



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE ABAETETUBA  
FACULDADE DE HISTÓRIA DO TOCANTINS  
CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA

ELANDO PANTOJA E PANTOJA

**ESTADO LAICO E GESTÃO DEMOCRÁTICA ESCOLAR NO COLÉGIO SÃO  
FRANCISCO XAVIER (2011-2015)**

ABAETETUBA-PA  
2019

ELANDO PANTOJA E PANTOJA

**ESTADO LAICO E GESTÃO DEMOCRÁTICA ESCOLAR NO COLÉGIO SÃO FRANCISCO XAVIER (2011-2015)**

Trabalho de Conclusão de Curso, sob orientação do Professor Dr. Josué Berlesi, como parte dos requisitos necessários para a obtenção do Grau de Licenciado em História pela Universidade Federal do Pará, Campus de Abaetetuba.

ELANDO PANTOJA E PANTOJA

**ESTADO LAICO E GESTÃO DEMOCRÁTICA ESCOLAR NO COLÉGIO SÃO FRANCISCO XAVIER (2011-2015)**

Trabalho de Conclusão de Curso, sob orientação do Professor Dr. Josué Berlesi, como parte dos requisitos necessários para a obtenção do Grau de Licenciado em História pela Universidade Federal do Pará, Campus de Abaetetuba.

Aprovado em: 02/ 12 / 2019

Banca Examinadora:

---

Prof. Dr. Josué Berlesi – UFPA  
Orientador – Faculdade de História do Tocantins – UFPA

---

Prof. Dr. Ariel Feldman – UFPA  
Examinador (a) – Faculdade de História do Tocantins– UFPA

ABAETETUBA-PA  
2019

Dedico este trabalho a minha família, em especial a minha mãe que sempre me incentivou a estudar e me mostrar que para alcançar meus objetivos devo ter força de vontade e persistência.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço a minha família, que sempre me ajudou e me deu forças em todas as situações, sejam elas boas ou ruins, que me apoiou nos meus estudos, em especial também a minha mãe Jacqueline Lobato Pantoja, bem como meu pai Edilson Matias Pantoja, que desde muito cedo me incentivavam a estudar como uma forma de garantir um futuro melhor.

Agradeço a minha equipe: tribo dos renegados (Paulo Leitte, Claudio Sergio, Luan Neves) que me acompanharam nos anos de universidade e também mostraram que o necessário já é o suficiente. Ao longo do percurso sempre nos mantivemos unidos, e a amizade ia além da sala de aula.

Agradeço aos professores da faculdade, que contribuíram para o meu crescimento acadêmico; ao meu orientador, que me ajudou a direcionar meu trabalho de conclusão de curso para um caminho certo; às pessoas que me ajudaram de forma direta ou indireta. Agradeço também aos meus colegas de curso, que contribuíram com meu crescimento acadêmico e pessoal.

## RESUMO

A perspectiva da pesquisa “Estado Laico e Gestão Democrática Escolar no Colégio São Francisco Xavier (2011-2015)” é destacar e compreender como que no atual cenário constitucional brasileiro uma escola religiosa confessional que faz relações de parceria com o Estado. Nesse sentido, por ter sua formação com base no catolicismo, lida com a diversidade religiosa presente no ambiente escolar. Logo, o presente trabalho tem como objetivo analisar como ocorre o respeito à laicidade dentro da escola, através do papel da gestão. Nessa perspectiva, o processo metodológico que sucedeu a pesquisa foi através da análise dos documentos que viabilizam a relação da Diocese de Abaetetuba com a SEDUC. Além disso, foram feitas análises dos Projetos Políticos Pedagógicos do colégio do ano de 2011 a 2015, bem como entrevistas feitas com professores, gestão escolar, diretor e aluno. Com referencial teórico pautado em Yin (2005), com a utilização do estudo caso, através do uso da história oral; Bourdieu (2000) sobre o conceito de poder simbólico; Cury (2006) sobre o papel do gestor na garantia de uma gestão democrática pautada nos direitos constitucionais; e Reimer (2013), que aborda sobre a liberdade religiosa pautada nas constituições do Brasil. A pesquisa permitiu um olhar sobre uma relação incomum de uma escola pública, de viés religioso, com o Estado. Por esse motivo, o trabalho se volta à questão da educação como direito de todos junto à liberdade religiosa.

**Palavras-chave:** Estado Laico. Gestão Democrática. Educação. Liberdade Religiosa.

## **ABSTRACT**

The perspective of the research Laic State and School Democratic Management at College São Francisco Xavier (2011-2015), is to highlight and understand how in the current Brazilian constitutional scenario a public school maintains partnership with the State, and for having its formation based on Catholicism deals with the present religious diversity. Thus, the present work aims to analyze how respect for secularism occurs within the school, through the role of management. In this sense, the methodological process that followed the research was through the analysis of the documents that make possible the relationship of the Diocese from Abaetetuba with SEDUC, besides the analysis of the Pedagogical Political Projects of the school from 2011 to 2015, and interviews with teachers, school management, principal and student. With theoretical framework based on Yin (2005) for the use of the case study, through the use of oral history, Bourdieu (2000) on the concept of symbolic power, Cury (2006) on the role of the manager in ensuring a democratic management based on constitutional rights, and Reimer (2013) on the religious freedom based on the constitutions of Brazil. The research allowed a look at an unusual relationship of a public school, religious bias, with the state. And for this reason, the work turns to the issue of education as a right of all together with religious freedom.

**Keywords:** State lay. Democratic management. Education. Religious freedom.

## LISTA DE FOTOGRAFIAS

<b>Fotografia I</b> - Capela do Colégio.....	54
<b>Fotografia II</b> - Nossa Senhora com o menino Jesus localizada no centro da escola.....	55
<b>Fotografia III</b> - Nossa Senhora da Conceição como simbolismo da padroeira da cidade, em cima o Brasão da Diocese de Abaetetuba.....	55

## **LISTA DE TABELAS**

<b>Tabela 1</b> - Relações de dependências do imóvel.....	40
<b>Tabela II</b> - Relação de equipamentos e mobiliários.....	41

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO.....</b>	<b>11</b>
<b>2. CAPÍTULO I - A EDUCAÇÃO DA COLÔNIA A REPÚBLICA: NO BRASIL, NO PARÁ, E EM ABAETETUBA.....</b>	<b>18</b>
<b>2.1 A Educação Brasileira da Colônia ao Império (1530-1822).....</b>	<b>18</b>
<b>2.2 A Educação Brasileira do Império à República (1822-1889).....</b>	<b>19</b>
<b>2.3 A Educação Brasileira no Período Republicano (1889-2019).....</b>	<b>20</b>
<b>2.4 A Gênese da Educação no Grão-Pará da Colônia ao Império (1530-1822).....</b>	<b>24</b>
<b>2.5 A Educação no Grão-Pará do Império à República (1822-1889).....</b>	<b>25</b>
<b>2.6 A Educação no Pará no Período Republicano (1889-2019).....</b>	<b>27</b>
<b>2.7 A Educação em Abaetetuba no século XVII.....</b>	<b>33</b>
<b>2.8 A Educação em Abaetetuba no século XIX.....</b>	<b>33</b>
<b>2.9 A Educação em Abaetetuba do século XX ao XXI.....</b>	<b>35</b>
<b>3. CAPÍTULO II - RELAÇÃO IGREJA E ESTADO: A DUALIDADE PRESENTE NO COLÉGIO SÃO FRANCISCO XAVIER, E A GESTÃO DEMOCRÁTICA COMO AGENTE ATUANTE NO RESPEITO À DIVERSIDADE.....</b>	<b>38</b>
<b>3.1 O histórico do Colégio São Francisco Xavier.....</b>	<b>38</b>
<b>3.2 A parceria Diocese e SEDUC através do Contrato de Comodato.....</b>	<b>39</b>
<b>3.3 A parceria Diocese e SEDUC através do Acordo de Cooperação técnica.....</b>	<b>41</b>
<b>3.4 O olhar sobre a relação do Colégio com o Estado.....</b>	<b>44</b>
<b>3.5 Projetos Políticos Pedagógicos do Colégio São Francisco Xavier (2011-2015).....</b>	<b>46</b>
<b>3.6 A disciplina de Ensino Religioso no Ensino Fundamental.....</b>	<b>51</b>
<b>3.7 A disciplina de Ensino Religioso no Ensino Médio e no EJA.....</b>	<b>55</b>
<b>3.8 Gestão escolar democratizante.....</b>	<b>58</b>
<b>4. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>61</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>64</b>
<b>ANEXO A – Roteiro de Entrevista com o Aluno.....</b>	<b>68</b>
<b>ANEXO B - Roteiro de Entrevista com o Diretor.....</b>	<b>69</b>
<b>ANEXO C - Roteiro de Entrevista com a Gestão escolar.....</b>	<b>71</b>
<b>ANEXO D - Roteiro de Entrevista com o Professor de Ensino Religioso de Matriz Católica.....</b>	<b>73</b>

<b>ANEXO E - Roteiro de Entrevista com o Professor de Ensino Religioso de Matriz</b>	
<b>Evangélica.....</b>	<b>75</b>
<b>ANEXO F – Contrato de Comodato N° 205/2014 – SEDUC.....</b>	<b>78</b>
<b>ANEXO G – Acordo de Cooperação Técnica N° 308/2014.....</b>	<b>82</b>
<b>ANEXO H – Autorizações.....</b>	<b>86</b>

## 1. INTRODUÇÃO

Para se entender o que é Estado Laico hoje, é preciso compreender que um Estado não nasce laico, mas sim se torna advindo de um processo, ao qual quando priva-se de uma religião para sua legitimidade como meio de coesão social em prol da soberania popular, esse Estado torna-se laico. Historicamente falando, o Brasil não era laico no início de sua formação, em termos culturais e religiosos. Destaca-se a celebração do padroado entre o reino de Portugal e a Santa Fé, por volta de 1551<sup>1</sup>, visto que, o acordo consistia de maneira em que a Igreja delegava a monarquia, o rei, o papel de protetor das Igrejas. Por isso, ele tinha obrigações de zelar pelas leis da Igreja, de enviar missionários evangelizadores para terras até então descobertas, como também arrecadar dízimos, e outros. Por meio desse sistema de padroado, a Igreja católica detinha absoluto monopólio em termos religiosos no Brasil.

Com a Constituição do Império de 1824 promulgada por Dom Pedro I, que manteve a Religião Católica Apostólica Romana como a religião oficial do Império, e que também foi outorgada "em nome da Santíssima Trindade", o que proferia a tradição religiosa imperante do país, remetendo-se as origens Ibéricas. Ainda sendo outorgada "por graças de Deus", sendo que expressões similares irão se repetir em quase todas as outras constituições exceto as de 1891 e de 1937, que silenciam o respeito (MIRANDA, 1967, p. 497-8; 434-4 Apud REIMER, 2013, p.52). Em tese, ainda manteve o domínio religioso colonial, pois a Igreja Católica continuaria a gozar dos privilégios consuetudinários devido à relação de padroado, tendo as suas despesas arcadas pelo erário público (Art. 102, Inciso II). Na prática, o domínio estava minado devido à permissão expressa de que "todas as outras religiões" serão permitidas, com base na constituição que determinava que seu culto deveria ser doméstico ou particular, em casa destinado a essas finalidades, sem forma exterior de templo.

Nesse caso, as demais religiões, como as de matrizes africanas, e até indígenas, quando toleradas, eram proibidas de promoverem cultos em locais públicos, apenas em lugares fechados, sem conter a forma exterior de templos. Havia também o fato de que os professores das instituições públicas eram obrigados a jurarem fidelidade à religião oficial, fazendo parte integrante do currículo das escolas públicas primárias e secundárias.<sup>2</sup>

Como hoje o Brasil é um país Laico, ele tem como obrigação zelar e não discriminar qualquer religião, e até mesmo por quem decide não professar nenhuma, pois segundo o incisivo

---

<sup>1</sup> REIMER, Haroldo. Liberdade Religiosa na História e nas Constituições do Brasil. /Haroldo Reimer. – São Leopoldo: Oikos, 2013, p. 46.

<sup>2</sup> CUNHA, Luiz Antônio. A Educação Brasileira na Primeira Onda Laica: do Império à República / Luiz Antônio Cunha. – Rio de Janeiro: Edição do Autor, 2017. p. 109.

VI do Art. 5<sup>3</sup> que diz que é inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e a suas liturgias; Essa liberdade configura-se em um dos direitos fundamentais de cada pessoa, além de ser papel fundamental do Estado reconhecer e promover a dignidade humana, assim como, abarcar toda a diversidade cultural e religiosa. Está presente no Artigo 18 da Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 que “Todo homem tem direito à liberdade de pensamento, consciência e religião”. Nessa conjuntura, esse direito inclui a liberdade de mudar de religião ou crença, e também, a liberdade de manifestá-las, pelo ensino, pela prática do culto e pela observância, isolada ou coletivamente, em público ou particular.

A relação do país com a Igreja Católica, através das constituições se manteve muito presente ao longo do seu processo histórico, sendo que a de 1891 outorgou a separação entre a Igreja e o Estado, e que nas constituições posteriores houve uma reaproximação entre eles. Vale ressaltar que, a constituição de 1937 não fez menção a Deus em seu preâmbulo. Nesse aspecto, é possível perceber certa “tradição religiosa” presente que vem desde a colônia com o sistema de padroado e que transitava por diversos âmbitos da sociedade, como por exemplo, a educação. Por isso, a educação brasileira percorreu um processo histórico, desde a educação jesuítica, que em grande parte é ligada moralmente à religião cristã, tendo-a como alicerce de boas condutas e provedora de boas índoles.

No Estado do Pará, segundo a Lei 4.371 de 15 de dezembro de 1971, criada no período militar, que consiste em “O Governo do Pará prestará, anualmente, as honras de Estado à padroeira dos paraenses”. E tendo nesse sentido a laicidade do Estado, é notável uma desvalorização das demais religiões em relação à católica, indo de encontro ao Estado Laico. Assim, boa parte da educação paraense, especialmente a abaetetubense, se mantém carregada de prerrogativas religiosas que vão de encontro ao conceito de laicidade.

Assim sendo, muitas escolas da cidade de Abaetetuba que são de responsabilidade do Estado, possuem em seu ambiente físico imagens representativas de santos da religião cristã, em especial, de Nossa Senhora de Nazaré, padroeira do Estado e do Município. De tal forma que, supõe-se que quando um ambiente favorece uma determinada religião, excluindo-se assim as demais, institui-se implicitamente, a ideia de que há uma religião acima das outras.

Então, um ambiente escolar deve respeitar e garantir os direitos dos alunos, agregando uma pluralidade cultural e religiosa que acolha toda essa diversidade presente em nossa

---

<sup>3</sup>[https://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/CON1988\\_05.10.1988/art\\_5\\_.asp](https://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/CON1988_05.10.1988/art_5_.asp). Acesso em: 18 novembro. 2019.

sociedade. E para que isso se efetive em um ambiente escolar, é necessário que haja uma gestão, e que ela trabalhe de forma democrática para garantir todos os direitos dos alunos.

A gestão dentro da escola deve trabalhar em conformidade com o plural, por isso não deve se atentar a uma “única” verdade, que nesse caso possa ser atribuído a um único Deus de uma determinada religião. Lembrando que como seres vivos, somos capazes de amar ou odiar, de aceitar ou negar, de respeitar ou criticar. E uma boa gestão escolar deve saber como orientar seus estudantes.

Dentro da escola, espaço de relações multidimensionais e plurais, não é nem pode ser diferente de outros espaços públicos: deve primar na laicidade. Rezar a ave-maria tem o seu valor em uma religiosidade, já em outras não tem sentido. Dizer “vamos rezar” ou “orar” têm um valor para uns e para outros pouco ou nenhum significado. Dito de outro modo, qualquer expressão religiosa e de fé doutrinária em repartições públicas não são viáveis na medida em que cada sujeito possui a sua fé ou mesmo não seja adepta a nenhuma tendência e não tenha a crença em algum sistema religioso. (CURY, 2006, p. 9 Apud HARTWIG, 2014, p. 31).

Pensando nisso, a minha pesquisa foi realizada em um colégio tradicional da cidade, que tem como base de formação filosófica preceitos cristãos. A escolha desse colégio viabiliza a constatação de elementos, nos quais se basearam o estudo pretendido.

O Colégio em questão se chama Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio São Francisco Xavier, a qual fica localizada na Avenida 15 de agosto, número 339, bairro centro, na cidade de Abaetetuba. A referida atende às modalidades de Ensino Fundamental do 6º ao 9º ano, Ensino Médio, Educação de Jovens e Adultos (3ª e 4ª Etapas do Ensino Fundamental), Educação de Jovens e Adultos (1ª e 2ª Etapas do Ensino Médio), e Educação especial (integrada com sala de recursos). Possui uma estrutura física constituída de 27 salas de aula, 1 secretaria, 1 diretoria, 1 vice-diretoria, 1 laboratório multidisciplinar, 1 biblioteca, 1 sala de leitura, 2 laboratórios de informática, 1 sala de recursos multifuncional, 2 quadras cobertas, 1 auditório com capacidade para 500 pessoas, 1 sala de professores, 1 coordenação dividida em três ambientes, 6 banheiros divididos cada um em 5 boxes, 1 capela, 1 cozinha e uma ampla área de recreação. Com um quadro de funcionários composto por um diretor, três vice-diretores, cinco técnicos em magistério, cinco professores readaptados, uma secretária, oito assistentes administrativos, quatro vigias, nove serventes, seis serventes readaptados, três merendeiras, setenta e sete professores em regência e servidores particulares.

Este trabalho tende a ser uma tentativa de buscar compreender um fenômeno social complexo. Para isso, foi realizado uma pesquisa estratégica, descritiva e exploratória por meio de processo de pesquisa documental, bibliográfico, entrevistas, e estudo de caso, como estratégia para a realização da pesquisa. E a utilização dessa estratégia se dá pelo fato de que segundo Yin (2005, p.19 apud HARTWIG, 2014, p. 48), “os estudos de caso representam a

estratégia preferida quando se colocam questões do tipo “como” e “por que”, quando o pesquisador tem pouco controle sobre os acontecimentos e quando o foco se encontra em fenômenos contemporâneos inseridos em algum contexto da vida real”. E esse estudo é moldado sobre a égide da “cultura política”. De acordo com Sergen Berstein (1997 Apud BARROS, 2011, p 45), “cultura política” constitui um conjunto coerente em que todos os elementos estão em estreita relação uns com os outros, tendo por componentes fundamentais uma “base filosófica ou doutrinal”, através de uma concepção política e ideal. Essa noção de cultura se refere a um conjunto de atitudes, crenças e sentimentos que dão ordem e significado a um processo político, pondo em evidência as regras e pressupostos nos quais se baseia o comportamento dos seus sujeitos.

Portanto, passa a caracterizar-se como uma leitura simples do passado histórico, uma visão institucional que se reproduz através de uma organização política, uma concepção de sociedade ideal, um discurso codificado com vocabulário próprio. Além de ritos e símbolos que estabelecem um plano de representação para a cultura política em questão, conforme Berstein (1997 Apud BARROS, 2011, p 45).

As entrevistas foram realizadas com perguntas direcionadas a um membro da equipe gestora do Colégio, ao diretor, aos professores de ensino religioso, sendo um católico e um evangélico. Vale destacar que, um aluno é praticante da umbanda, religião de matriz africana. E por meio das entrevistas, tentou-se compreender como o Colégio se posiciona frente à diversidade religiosa de seus alunos.

O primeiro contato foi com o diretor do Colégio, apresentando a proposta de pesquisa e sua metodologia. Após isso, conheci o corpo gestor, e dos professores. Vale salientar que, a elaboração do roteiro das entrevistas foi parte fundamental para o sucesso da coleta de dados. Com as entrevistas, foi possível levantar informações que contribuíram para elucidar os objetivos específicos do presente trabalho. Posteriormente, cada entrevista realizada foi gravada em áudio, e em um momento posterior, foi transcrita para realizar-se uma análise dos dados, que foram utilizados como fontes.

Com relação às entrevistas, foram feitas de forma que se encaixasse melhor no horário dos entrevistados. Ademais, foi dito que eles poderiam ficar à vontade para responder ou não às perguntas, caso as de cunho pessoal os deixassem incomodados.

O segundo aspecto importante da pesquisa foi a análise dos projetos políticos pedagógicos dos anos de 2011 e 2015, bem como dos documentos que viabilizam a relação entre a escola e o Estado. A importância dessas análises é justamente constatar como a escola

lida com a pluralidade cultural e religiosa dentro do seu regimento, além de entender como mantém a relação com o Estado, e como a disciplina de ensino religioso é tratada no colégio.

Além das entrevistas e da análise documental, viu-se a necessidade de realizar uma observação dos ambientes da escola, como murais e trabalhos expostos, momentos de entrada na sala, de orações, e também, os locais de maior movimento. As observações foram realizadas em dias diversos, analisando-se a rotina escolar em perspectivas diferentes. Segundo YIN (2005, Apud HARTWIG, 2014, p. 49), as evidências observacionais são úteis para fornecer informações adicionais sobre o objeto estudado. As anotações que foram escritas e gravadas durante as observações juntamente com todo o material analisado, resultaram nas reflexões e análises que encontram-se no resultado final.

Vale frisar que, parte da discussão teórica da minha pesquisa gira em torno dos preceitos da constituição e do direito à liberdade religiosa. Tal assunto, discutido por Haroldo Reimer, o qual traz consigo, como essa liberdade está inserida na história e nas constituições do Brasil. Do mesmo modo que essa contemple todos os âmbitos sociais.

Compreender esse direito de liberdade religiosa se torna necessário para aplicar a discussão sobre Estado Laico e Educação, e através disso compreender o papel dos gestores no espaço escolar em conformidade com o direito à liberdade e à pluralidade. Trabalhar gestão escolar democrática em detrimento dos direitos constitucionais carece de uma leitura a qual Cury auxilia para se compreender o papel do gestor nesse campo.

E nessa pesquisa, também como aporte teórico, foi feita uma relação interdisciplinar entre a história e outras teorias, como a sociologia, pois estabelece uma relação com a Nova História Cultural, objetivando o caráter cultural das manifestações religiosas. E no que diz respeito a isso, Bourdieu aborda sobre o conceito de poder simbólico, o que segundo o autor, é o poder invisível, que só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que estão sujeitos a esse poder ou mesmo que o exercem (BOURDIEU, 2000). Além do mais, ele também trata da questão dos instrumentos simbólicos como formas de dominação, que representam os interesses de um grupo dominante, no sentido de adotar um sistema de valores que passa a ser socialmente legitimado através de processos ideológicos.

E o motivo da minha pesquisa é voltar-se para essa temática, porque hoje há discussões sobre os mais variados assuntos que contemplam o social, assuntos esses que entram no âmbito de uma questão mais problematizada como de raça, cor, etnia, preferência sexual, língua, religião, conforme Hartwig (2014). Nessa perspectiva, o valor da pesquisa no campo social é que se torna necessário uma gestão democrática que precisa está embasada no respeito a

diversidade e igualdade de todos os tipos sobre todos os valores, para assim a ver uma construção social que englobem respeito, compreensão e solidariedade.

Já no que tange à importância no âmbito acadêmico, a educação como direito pertencente a cada cidadão, assim como a liberdade religiosa, são elementos primordiais que devem ser trabalhados juntos para que haja maior respeito e conhecimento sobre o Estado laico. Além disso, acredita-se que se torna necessário a desconstrução da ideia de que a religião é a única condutora de bons costumes, e que só através dela possa se adquirir boa conduta, ética e preceitos morais.

Por isso, a educação é direito do cidadão e dever do Estado, assim como de seus representantes, que possuem o papel de assegurar o direito à educação como forma de alcance da cidadania e de seu exercício consciente (CURY, 2006 Apud HARTWIG, 2014, p. 12). E como tal, a minha pesquisa objetiva analisar como ocorre o respeito à laicidade na escola pública, além de compreender como a escola sendo vinculada à diocese, respeita um ambiente laico, e qual o papel dos gestores para que isso aconteça. E por fim, analisar atitudes que venham pressupor a naturalidade de existir uma verdade única, e de como ela é tratada.

Com base nisso tudo, o primeiro capítulo trata da educação brasileira da colônia a república, assim como da educação no Pará e em Abaetetuba, ambos focados no mesmo período. São feitas também algumas alusões da educação pautada na constituição de cada momento, assim como a relação do Estado com a Igreja no que diz respeito a uma educação religiosa, ou baseada em preceitos religiosos. Além de algumas análises de cada época, e como elas possuíram certas divergências em cada local.

O segundo capítulo está centralizado na pesquisa em si, trazendo consigo a relação da Diocese com a SEDUC, ou seja, da escola com o Estado, através da documentação que garante a dependência pedagógica administrava ao Colégio, como também o espaço físico. São feitas também análises dos Projetos Políticos Pedagógicos no que tange a questão da gestão escolar e de como ela lida com a diversidade presente no seu espaço educacional. Da educação a qual é transmitida, em enfoque a educação religiosa, e das análises feitas de todo o espaço escolar. Tudo isso, relacionado com o material teórico estudado, e com as entrevistas realizadas com parte do corpo docente, administrativo e discente.

Por fim, a pesquisa está voltada para a análise do trabalho como um todo, desde a educação iniciada pelos jesuítas até o nosso momento mais atual. Ela busca também analisar a relação da Igreja com o Estado em diversos aspectos, seja na ligação entre elas, através dos documentos, das análises feitas dos Projetos Políticos Pedagógicos, como também uma análise dessa relação com base na constituição de 1988. A pesquisa se voltou ao fato de que como uma

gestão escolar democrática que tem como objetivo garantir os direitos dos alunos lida com a variante religiosa presente, frente à liberdade religiosa constitucional.

## **2. CAPÍTULO I - A EDUCAÇÃO DA COLÔNIA À REPÚBLICA: NO BRASIL, NO PARÁ, E EM ABAETETUBA**

### **2.1 A Educação Brasileira da Colônia ao Império (1530-1822)**

A história da educação brasileira inicia-se em 1549<sup>4</sup>, com a chegada dos padres jesuítas, visto que, eles foram movidos pelo forte sentimento religioso de propagação da fé cristã, sendo quase os únicos responsáveis pela educação por quase 200 anos<sup>5</sup>.

Com isso, a escola era uma instituição religiosa e serviu à Igreja Católica para a catequese e para a transmissão de sua visão de mundo, e não havia questionamentos acerca de sua constituição. Sendo responsável pela criação de diversas escolas de ler e escrever, a prioridade dos jesuítas era a escola secundária, grau do ensino onde eles organizaram uma rede de colégios de reconhecida qualidade, oferecendo modalidades de estudos correspondentes ao ensino superior.

Elementos religiosos estavam presentes em todos os aspectos sociais, e o poder da Igreja tinha grande força na imposição de comportamentos e regulamentações da sociedade para formar fiéis. Nessa conjuntura, a Igreja objetivava formar cidadãos, através da transmissão de juízo de valores com intuito de servir de alicerce para boas condutas e provedora de boas índoles. Com a separação entre Estado e Igreja, em decorrência da Constituição Republicana de 1891<sup>6</sup>, a estrutura escolar continuou seguindo o modelo jesuítico proposto. Contudo, esse modelo estrutural foi adotado também por aspectos religiosos que acabaram sendo utilizados na educação escolar.

Os jesuítas foram expulsos das colônias em 1759<sup>7</sup> por divergências com a Corte, enquanto o objetivo da educação das Companhias de Jesus tinha por destino servir os interesses da fé, a educação de Pombal servia aos interesses do estado. Com a partida dos jesuítas, seus bens foram apreendidos e seus livros e manuscritos destruídos. Com a expulsão dos jesuítas ocorreu a ilusão, no que diz respeito à história da educação brasileira, que a partir da ruptura cristã com a catequização se faria uma educação diferente. Entretanto, o sistema educacional ficou estagnado sem apoio organizacional de ensino que pudesse fazer a substituição do ofício

---

<sup>4</sup> SHIGUNOV NETO, A.; MACIEL, L. S. B. O ensino jesuítico no período colonial.; Educar, Curitiba, n. 31, p. 169-189, 2008. Editora UFPR, p. 175.

<sup>5</sup> BELLO, José Luiz de Paiva. Educação no Brasil: a História das rupturas. Pedagogia em Foco, Rio de Janeiro, 2001, p. 2.

<sup>6</sup> AQUINO, Maurício. Modernidade republicana e diocesanização do catolicismo no Brasil: as relações entre Estado e Igreja na Primeira República (1889-1930). Revista Brasileira de História. São Paulo, p. 143-170, 2012, p. 151.

<sup>7</sup> SHIGUNOV NETO, A.; MACIEL, L. S. B. A educação brasileira no período pombalino: uma análise histórica das reformas pombalinas do ensino. Educação e Pesquisa, São Paulo, p. 465-476, set. /dez. 2006, p. 474.

dos padres. Tentou-se implementar algumas medidas para reconstruir o ensino brasileiro, porém não obtiveram êxito. Assim, só em 1772<sup>8</sup> foi estabelecido um Sistema Público Oficial.

Ao invés das aulas de cunho religioso de aspecto humanitário, realizado pelos missionários por mais de 200 anos, as aulas foram alteradas pelo Sistema das Aulas Régias. Sob a tutela da coroa real, os professores portugueses organizavam planos e metas de ensino que se fundamentavam em assuntos dispersos e fragmentados. Os educadores geralmente não tinham preparação para ministrar as aulas por serem improvisadas, o que os deixavam distante de seus contextos educacionais, além de serem mal pagos.

A partir do Sistema das Aulas Régias, foram criadas em toda a colônia dezessete aulas de ler e escrever, quinze de gramática, seis de retórica, três de grego e três de filosofia. Ao todo são calculadas quarenta e quatro aulas, sendo que, o restante da educação formal era dado em escolas religiosas, seminários e aulas particulares (ARANHA, 1996). Percebe-se que mesmo com a saída dos padres jesuítas, o novo sistema não impediu a continuação do oferecimento de estudos nos seminários e colégios de ordens religiosas criados pelos antigos padres missionários. O resultado dessa mudança na educação fez com que no início do século XIX, ela estivesse reduzida a quase nada. Com o sistema jesuítico desfeito, não houve um sistema organizacional que pudesse atender e dar continuidade à educação.

A educação brasileira só começou a tomar novos rumos com a vinda da família real portuguesa em 1808<sup>9</sup>, pois a educação se encontrava desorganizada com a saída dos jesuítas, mesmo tentando ser reorganizada com as medidas de Pombal. Logo com a sua chegada ao Brasil, o Príncipe Regente abriu os portos às nações amigas, criando assim o curso de Medicina e Cirurgia junto ao Hospital Militar. A abertura dos portos, além do sentido comercial, permitiu aos brasileiros acesso a um conhecimento acadêmico abrangente e a uma cultura mais erudita.

## **2.2 A Educação Brasileira do Império à República (1822-1889)**

Com a volta de D. João VI para Portugal em 1821<sup>10</sup>, seu filho D. Pedro I assume, e em 1822<sup>11</sup> proclama a Independência do Brasil. Em 1824<sup>12</sup>, outorga a primeira Constituição

---

<sup>8</sup> VIEIRA, A. M. D. P.; GOMIDE, A. G. V. HISTÓRIA DA FORMAÇÃO DE PROFESSORES NO BRASIL: O PRIMADO DAS INFLUÊNCIAS EXTERNAS. Paraná: EDUCERE, 2008, p 3839.

<sup>9</sup> OLIVEIRA, Marcos Marques. As Origens da Educação no Brasil Da hegemonia católica às primeiras tentativas de organização do ensino. Ensaio: aval. pol. público. Educ., Rio de Janeiro, v.12, n.45, p. 945-958, out./dez. 2004, p. 947.

<sup>10</sup> FERNANDES, C. A.; Junior. Ricardo, O. F. DOM JOÃO VI: ARQUITETO DA EMANCIPAÇÃO BRASILEIRA. Trabalho apresentado no XXII Simpósio de História do Vale do Paraíba, realizado na Associação Educacional Dom Bosco – Resende, RJ, de 15 a 17 de agosto de 2008, p. 7.

<sup>11</sup> Idem;

<sup>12</sup> BONAVIDES, Paulo. A evolução constitucional do Brasil. Conferência feita pelo autor na Academia Piauiense de Letras em 27 de julho de 2000, p. 168.

brasileira. O Art. 179 desta Lei Magna dizia que a “instrução primária é gratuita para todos os cidadãos”.

Em 1823,<sup>13</sup> na tentativa de melhorar o sistema educacional e de se suprir a falta de professores, instituiu-se o Método Lancaster ou do “ensino mútuo”, no qual o aluno treinado (decurião) ensinava um grupo de dez alunos (decúria) sob a rígida vigilância de um inspetor. Esse modelo ainda é característico, com devidas adaptações, ao que é conhecido hoje como sistema de monitoria.

Em 1826<sup>14</sup>, houve a elaboração de um plano integral de ensino público que foi elaborado pela Comissão de Instrução Pública da Assembleia Legislativa, onde os Srs. Januário da Cunha Barbosa, Pereira Mello e Ferreira França, ambos pertencentes a Comissão de Instrução Pública, ofereceram a Câmara dos deputados um projeto de Ensino Público Integral. Esse projeto consistia em todos os graus escolares e todos os aspectos de sua organização e administração, que instituiu quatro graus de instrução: Pedagogias (escolas primárias), Liceus, Ginásios e Academias. Em 1827<sup>15</sup>, um projeto de lei propõe a criação de escolas básicas com a utilização da pedagogia de ensino mútuo em todas as cidades, vilas, e lugares populosos, além de que, os presidentes das províncias iriam prover o exame na seleção de professores, para nomeação. Propunha ainda a abertura de escolas para meninas. Um aspecto importante dessa nova reformulação do sistema educacional brasileiro é que deveriam ser ensinados os princípios da moral cristã e de doutrina da religião católica e apostólica romana sobre a lei 15 de outubro de 1827 no que consistia:

Art. 6º Os professores ensinarão a ler, escrever, as quatro operações de aritmética, prática de quebrados, decimais e proporções, as noções mais gerais de geometria prática, a gramática de língua nacional, e os princípios de moral cristã e da doutrina da religião católica e apostólica romana, proporcionados à compreensão dos meninos; preferindo para as leituras a Constituição do Império e a História do Brasil.

O que tem como característica o fato de que mesmo a educação sendo responsabilidade do Estado, o ensino com base nos moldes religiosos ainda se fez presente.

### **2.3 A Educação Brasileira na República (1889-2019)**

Com a proclamação da República, o Brasil adotou o federalismo, no qual se tinha o poder centralizado no Imperador, agora passa a ser a ser dividido entre o presidente e os

<sup>13</sup> BASTOS, Maria Helena Câmara. A instrução pública e o ensino mútuo no Brasil: uma história pouco conhecida (1808-1827). *História da Educação*. ASPHE/ FaE/UFPE, Pelotas (1): 115-133, abr. 1997, p 129.

<sup>14</sup> PERES, Tirsia Regazzini. *Educação Brasileira no Império*. PALMA FILHO, J. C. *Pedagogia Cidadã – Cadernos de Formação – História da Educação – 3. ed.* São Paulo: PROGRAD/UNESP/Santa Clara Editora, 2005, p. 29-47, p. 5.

<sup>15</sup> BASTOS, Maria Helena Câmara. *Op. Cit.*, p. 131.

governos estaduais. Durante esse período da Primeira República, a educação parece ter sido pensada por positivistas e ter as reformas na educação feitas por eles, em nível nacional. Benjamin Constant, entre 1890<sup>16</sup> e 1891, realizou a reforma do ensino primário e secundário, tendo como princípios orientadores a liberdade e laicidade do ensino. Em seguida, Rivadávia Correa, 1911<sup>17</sup>, pretendeu que o curso secundário se tornasse formador do cidadão e não como simples promotor a um nível seguinte. Logo após, vieram a reforma de Carlos Maximiliano (1915)<sup>18</sup> e a reforma de ensino de Rocha Vaz em 1925<sup>19</sup>. Contudo, ainda tiveram várias outras nesse período da Primeira República.

Um ponto importante sobre esse período foi a constituição de 1891, a primeira após a proclamação da República, que estabeleceu em definitivo a separação da união Igreja-estado, fazendo dessas duas intuições distintas. Dessa forma, a Igreja Católica deixou de ser a religião do estado, de forma que promulgou a liberdade de culto e assegurou a liberdade de organização para todas as religiões, sobre a proteção do Estado. Essa constituição silencia a referência a Deus, o que marca justamente a mudança de ideário que já vinha ocorrendo:

Sobre a realidade religiosa, ele já havia se manifestado em um escrito de 1876, dizendo: “Não há religião sem liberdade; não há liberdade sem religião”. Talvez por conta de sua influência, já durante o governo republicano provisório foi instaurado uma separação entre o Estado e a Igreja por meio do Decreto 119-A, de 17 de janeiro de 1890, sendo esse norteador para as formulações na primeira Constituição republicana (REIMER, 2013, p. 56).

Vale destacar nessa constituição os parágrafos 6º, 7º do Artigo 72<sup>20</sup> que tratam:

**Art. 72** - A Constituição assegura a brasileiros e a estrangeiros residentes no País a inviolabilidade dos direitos concernentes à liberdade, à segurança individual e à propriedade, nos termos seguintes:

§ 6º - Será leigo o ensino ministrado nos estabelecimentos públicos

§ 7º - Nenhum culto ou igreja gozará de subvenção oficial, nem terá relações de dependência ou aliança da união ou dos Estados.

O parágrafo 6º institui o caráter laico ao ensino público, o que em tese retirava o Ensino religioso das escolas que eram mantidas pelo poder público, deixando-as em alguns estabelecimentos específicos, como no caso de escolas de cunho religioso. O parágrafo 7º reafirma a separação Igreja-Estado, o que levou à necessidade de uma reorganização de sua estrutura dentro do país, por meio da criação de novas dioceses e a instalações de novas ordens

<sup>16</sup> SEKI, A. L. S.; MACHADO, M. C. G. A DISCIPLINA DE INSTRUÇÃO MORAL E CÍVICA NA REFORMA EDUCACIONAL DE BENJAMIN CONSTANTE DE 1890. Universidade Estadual de Maringá – UEM, JORNADA DO HISTEBR, VIII, 2008, p. 10.

<sup>17</sup> MAGALHÃES, Lívia Diana Rocha. A EDUCAÇÃO NA PRIMEIRA REPUBLICA. Postado (Revista HISTEDBR on-line, n. 4) em seg. 15/10/2018 - 20:02, p. 3.

<sup>18</sup> Idem;

<sup>19</sup> Idem;

<sup>20</sup> [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao91.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao91.htm). Acesso em: 05 julho. 2019

(VASQUES, 2005 Apud REIMER, 2013, p. 56). Nas constituições seguintes, houve uma reaproximação da Igreja com o Estado, levando à inserção do Ensino Religioso nas escolas públicas através do meio facultativo.

Com a Revolução de 30, tem-se como marco a entrada do Brasil no sistema capitalista de produção, com a acumulação de capital, do período anterior. Isso permitiu que o Brasil investisse no mercado interno e na produção industrial. Entretanto, com essa nova realidade era necessária mão de obra especializada, assim seria preciso investir na educação. Sendo assim, em 1930<sup>21</sup>, foi criado o Ministério da Educação e Saúde Pública. E, em 1931<sup>22</sup>, o governo provisório sancionou decretos, organizando o ensino secundário e as universidades brasileiras existentes.

Em 1932<sup>23</sup>, um grupo de educadores lançou à nação o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, redigido por Fernando de Azevedo e assinado por outros conceituados educadores da época. Em 1934<sup>24</sup>, a nova Constituição (a segunda da República) dispõe, pela primeira vez, que a educação é direito de todos, devendo ser ministrada pela família e pelos Poderes Públicos. Reforçando que a educação é dever do Estado, por isso deve zelar por ela.

Sobre tendências fascistas, a constituição de 1937<sup>25</sup> está voltada para uma política educacional com o foco no mundo capitalista. Com isso, seu objetivo ainda é de atender a necessidade de mão de obra, de maneira que ocorreu uma mudança no sistema educacional. Nessa conjuntura, o ensino colegial perdeu o seu caráter propedêutico, de preparatório para o ensino superior, e passou a se preocupar mais com a formação geral. Nesse momento histórico, as questões sobre educação que geravam debates calorosos no período anterior, ficam estagnadas em uma espécie de hibernação.

Com o fim do Estado Novo em 1946<sup>26</sup>, adotou-se uma nova Constituição de cunho liberal e democrático. Com a nova Constituição, foi determinada a obrigatoriedade de se cumprir o ensino primário e foi dada competência à União para legislar sobre as diretrizes e

---

<sup>21</sup>GRANDO, B. L.; EL-KAREH, C. A; SAYD, D. J. Ciência e ensino médico no Brasil (1930-1950) História, Ciências, Saúde - Manguinho, abril-junho, 2007, pp. 469-487 Fundação Oswaldo Cruz Rio de Janeiro, Brasil, p. 471.

<sup>22</sup>BRITO, Silvia Helena Andrade. A EDUCAÇÃO NO PROJETO NACIONALISTA DO PRIMEIRO GOVERNO VARGAS (1930-1945). Postado (Revista HISTEDBR on-line, n. 4) em seg. 15/10/2018 - 20:02, p.13.

<sup>23</sup>AMADOR, I. P.; ROOS, L.T. W. EDUCAÇÃO BASILEIRA: DO PERÍODO COLONIAL ATÉ A PROMULGAÇÃO DA LDB DE 1996. VI Escola de Inverno de Educação Matemática XIII Encontro Gaúcho de Educação Matemática 4º Encontro Nacional Pibid Matemática ISSN 2316-7785V. 4N. 3–2018, p. 5.

<sup>24</sup>BRITO, Silvia Helena Andrade. Op. Cit., loc. Cit.

<sup>25</sup>ALVES, C. P.; COBRA, C. M. Políticas Públicas de Educação no Brasil: possibilidades de emancipação? RG&PP vol. 3(1): 132-151, 2013, p. 142.

<sup>26</sup>FERR

EIRA, Jorge. 1946 – 1964: a experiência democrática no Brasil. Revista tempo, 2010, p. 13.

bases da educação nacional. Que foi aprovado 13 anos depois dando origem a LDB (Lei de Diretrizes Bases da Educação), a qual organiza todo o sistema de educação do país.

A educação passa a ser considerada como direito de todos que será dado no lar e na escola, inspirando-se nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana (Art. 166)<sup>27</sup>. O ensino dos diferentes ramos será ministrado pelos poderes públicos e é livre à iniciativa particular (Art. 167)<sup>28</sup>. Um aspecto marcante desse período, além dos projetos educacionais e das próprias criações de ministérios que se voltam a cuidar da questão educacional, foi que a igreja católica que nos anos 30 tentou ministrar a educação pública, acabou limitando-se agora à administração de um conjunto restrito de escolas.

Em 1964<sup>29</sup>, a educação brasileira foi marcada por diversas transformações, da educação primária ao ensino superior. Assim sendo, iniciou-se um processo centralizado de modernização que, à medida que incrementava o campo acadêmico, também censurava, controlava e vigiava as práticas e as representações universitárias não afinadas com o regime (VERAS, 2014, p.97). E para acabar com os “excedentes” (aqueles que tiravam notas suficientes para serem aprovados, mas não conseguiam vaga para estudar), foi criado o vestibular classificatório. Foi criado também o Movimento Brasileiro de Alfabetização, que tinha como objetivo erradicar o analfabetismo no Brasil, mas por motivos de denúncias de corrupções, acabou sendo extinto e no seu lugar criou-se a Fundação Educar.

Só que o principal marco da educação desse período de Regime Militar foi o caráter antidemocrático de sua proposta ideológica de governo. Houve as iniciativas de se revolucionar a educação brasileira, sob o pretexto de que as propostas eram “comunizantes e subversivas”. Professores foram presos e demitidos, universidades foram invadidas, estudantes foram presos e feridos nos confrontos com a polícia, e alguns foram mortos. Como consequência, estudantes e professores foram calados pelo Decreto-Lei 477 <sup>30</sup>, e assim, e a União Nacional dos Estudantes foi proibida de funcionar.

---

<sup>27</sup> <https://www.jusbrasil.com.br/topicos/10613321/artigo-166-da-constituicao-federal-de-18-de-setembro-de-1946>. Acesso em: 05 julho. 2019.

<sup>28</sup> Idem.

<sup>29</sup> PAULINO, A. F. B.; PEREIRA, Wander. A EDUCAÇÃO NO ESTADO MILITAR (1964-1985). Campinas, 2006, p. 37.

<sup>30</sup> Define infrações disciplinares praticadas por professores, alunos, funcionários ou empregados de estabelecimentos de ensino público ou particulares, e dá outras providências. <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1960-1969/decreto-lei-477-26-fevereiro-1969-367006-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 05 julho. 2019

Nesse período, foi instituída a Lei 5.692/1971<sup>31</sup>, que foi uma reformulação da Lei nº 4.024/1961<sup>32</sup>, ambas são as Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. A característica mais marcante dessa lei era tentar dar à formação educacional um cunho profissionalizante. Logo após esse período de repressão, a educação já não era mais pensada e discutida, encontrando-se em um novo momento de hibernação.

Nesse momento, chamou-se pensadores de outras áreas que pudessem discutir questões mais amplas do que simplesmente à escola, à sala de aula, à didática, à relação direta entre professor e estudante e à dinâmica escolar em si mesma. Através disso, muito foi se fazendo no sistema educacional, incluindo a apresentação de uma nova LDB, e um significativo número de projetos voltados a educação sendo executados.

Portanto, a educação brasileira se assemelha à educação de outros países, mantendo os alunos em “status quo” que lhe oferecem conhecimentos didáticos básicos para uma educação, porém não eram oferecidos conhecimentos para uma vida prática. Na educação brasileira, é perceptível o início, o meio e o fim, além de rupturas no processo de evolução dela. Mesmo diante dessas rupturas e evoluções, a educação brasileira não evoluiu muito no quesito qualidade, então podemos dizer que o Brasil logo terá outro momento de ruptura, e que assuma uma responsabilidade de respeitar as diferenças culturais e sociais agregando assim uma maior pluralidade cultural, e que principalmente atenda nossas necessidades e que seja eficaz.

#### **2.4 A Gênese da Educação no Grão-Pará da Colônia ao Império (1530-1822)**

A educação do Pará se encontra de forma fragmentada, então não há trabalhos ou documentos que mostrem a educação em uma forma processual, mas sim por períodos históricos. Entretanto, esses períodos condizem com a própria história da educação brasileira. Dessa forma, iniciou-se com a educação jesuítica, que constituiu o ensino doutrinário nas aldeias e a educação dos filhos dos colonos portugueses e de outros religiosos.

Nas aldeias, os jesuítas ensinavam os meninos e as meninas indígenas a ler, a escrever, e ainda, a catequese pela pregação do evangelho. Bettendorff (1910) menciona que o ensino da alfabetização irradiava às aldeias, pois, no abc, eram instruídos, utilizando a areia da praia como lousa para formar as letras no chão, com apenas alguns pauzinhos feitos pelos missionários e, como não tinham folha de papel, escreviam nas folhas da pacobeira. O ensino, neste aspecto, era bastante diferenciado do ministrado nas cidades onde os filhos dos moradores eram ensinados com cartapácio e tinta pelos

---

<sup>31</sup>Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. Art. 1º O ensino de 1º e 2º graus tem por objetivo geral proporcionar ao educando a formação necessária ao desenvolvimento de suas potencialidades como elemento de autorrealização, qualificação para o trabalho e preparo para o exercício consciente da cidadania. <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-5692-11-agosto-1971-357752-publicacaooriginal-1-pl.htm>. Acesso em: 05 julho. 2019

<sup>32</sup> <http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/lei-de-diretrizes-e-bases-da-educacao-nacional-lbden>. Acesso em: 05 julho.2019.

jesuítas no Colégio de Nossa Senhora da Luz, em São Luiz no Maranhão e no Colégio de Santo Alexandre, em Belém do Grão-Pará (SANTOS e SOUSA, 2017, p. 8).

Através da égide da contrarreforma, a Igreja Católica visava à conversão dos indígenas e propagação da fé. Em contrapartida, para a coroa portuguesa, os jesuítas serviam para “amansar” os gentis, além disso o ensino do português servia para um controle político e ideológico do novo mundo. Além das aulas de ler e escrever, que eram elementares, os jesuítas também ofereciam mais três cursos: o curso de Letras, o de Filosofia e Ciências, considerados ensino secundário; o curso de Teologia e Ciências Sagradas, nivelados em nível de ensino superior, cuja função era principalmente a de formar sacerdotes (XAVIER, 1994 Apud CARDOSO, 2016, p.25).

As primeiras escolas reúnem os filhos dos índios e colonos, mas a tendência da educação jesuítica é separar os “catequizados” e os “instruídos”. A ação sobre os índios se resume na cristianização e na pacificação, tornando-os dóceis para o trabalho. Com os filhos dos colonos, porém, a educação tende a ser mais ampla, estendendo-se além da escola elementar de ler e escrever (ARANHA, 1998, p. 101 Apud CARDOSO, 2016, p.25).

Com a intenção de catequizar os indígenas, os jesuítas passaram a construir missões/reduções, que eram povoações longínquas, afastadas dos centros urbanos, mantendo-se distante dos colonizadores portugueses e espanhóis. Nesse cenário, a prática missionária foi desenvolvida no Grão-Pará durante os séculos XVII-XVIII. A educação jesuíta pendurou por 200 anos, até o momento que o primeiro-ministro de Portugal, Marquês de Pombal os expulsou. A partir de então, houve um decaimento da educação, devido à lacuna deixada pelos jesuítas. Com relação à Província do Grão-Pará, os jesuítas criaram, em 1652<sup>33</sup>, o Colégio Jesuíta de Santo Alexandre, no Pará, e o Colégio Jesuíta de Nossa Senhora da Luz, no Maranhão (SCHMITZ, 1994, p. 45 Apud CARDOSO, 2016, p.26).

## **2.5 A Educação no Grão-Pará do Império à República (1822-1889)**

Como a educação do Grão Pará estava associada à própria educação brasileira, a partir de 1820 começou a se adotar de forma gradativa, o sistema de ensino mútuo, que consistia em um professor ensinar um grupo de meninos mais “amadurecidos e inteligentes”. Posteriormente, os meninos dividiam-se em pequenos grupos que ensinavam outras crianças, visto que, o método tinha como objetivo “diminuir as despesas da instrução, abreviar o trabalho do mestre

---

<sup>33</sup> SANTOS, B. S. M.; ANTÓNIO, D. S. **A prática missionária jesuítica no estado do Maranhão e Grão-Pará (século XVII)**. Anais do III Encontro de Discentes de História da UNIFAP. Macapá, AP. 23-27 de agosto de 2017, p. 8.

e acelerar os progressos do aluno”<sup>34</sup>, inicialmente dado na cidade do Rio de Janeiro por militares que eram recrutados do corpo militar.

Com a primeira Constituição Brasileira, outorgada em 1824, reza em seu art. 179, parágrafo XXXII: “A instrução primária é gratuita a todos os cidadãos”. Esta mesma constituição, ao estabelecer “OS CONSELHOS GERAIS DE PROVÍNCIA E SUAS ATRIBUIÇÕES”, art. 73, regulamenta que, o Conselho Geral da Província do Pará “constará de vinte e uns membros” (NOGUEIRA, 2001 Apud CARDOSO, 2016, p. 29).

Houve também a Lei de 15 de outubro de 1827<sup>35</sup>, através da qual se determinava a criação de escolas básicas em todas as cidades e lugarejos, por meio da adoção do sistema mútuo em todas as escolas de primeiras letras do país. Por volta de 1832<sup>36</sup> no Grão Pará, a educação se apresentava do seguinte modo:

De acordo com Baena (2004, p. 203), a Instrução Pública na Província do Grão-Pará contemplava dois níveis apenas: enquanto o primeiro grau ou ensino elementar compreendia “o ensino da arte de ler e escrever, e dos princípios e regras fundamentais da aritmética e das verdades morais do catecismo”, o segundo grau dispunha de “escolas de gramática latina, de filosofia racional e moral, de teórica, de geometria e de língua francesa” (CARDOSO, 2016, p. 30).

Com o ato institucional de 1834<sup>37</sup>, no que se refere à instrução pública foi determinado que as províncias tivessem como sua responsabilidade as instruções primária e secundária, através das Assembleias Provinciais, excetuando o ensino superior, que continuaria sob responsabilidade do poder central. Entretanto, essa nova realidade legal não pôde ser concretizada no Estado, devido a problemas político-econômicos que culminaram na cabanagem, e foi somente no final desse período que puderam ser criadas condições para legislar sobre essa nova instrução pública.

Em 1839<sup>38</sup>, notou-se a necessidade de criar uma Escola normal no Estado para formar professores de primeiras letras e humanidades. Assim, foi promulgada a Lei n°33, de 30 de setembro de 1839<sup>39</sup>, que determinou a criação de uma Escola Normal na região; só depois de passados dois anos que foi expedida a Lei n° 27, de 28 de junho de 1841<sup>40</sup>, que dava início à criação do Liceu Paraense e que regulamentou a instrução primária e secundária na Província.

<sup>34</sup>ANDRADE; E. V. MILLI; A. M. M.P. CULTURA ESCOLAR, O MÉTODO DE ENSINO MÚTUO E AS ESCOLAS RURAIS MULTISSERIADAS. In: XVIII ENDIPE Didática e Prática de Ensino no contexto político contemporâneo: cenas da Educação Brasileira. ISSN 2177-336X, p. 4.

<sup>35</sup>BASTOS, Maria Helena Câmara. A instrução pública e o ensino mútuo no Brasil: uma história pouco conhecida (1808-1827). História da Educação. abr. 1997, passim.

<sup>36</sup>CARDOSO, Sergio Ricardo Pereira. **A EDUCAÇÃO PARAENSE NA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XIX: COM A PALAVRA, ANTÔNIO LADISLAU MONTEIRO BAENA.** p. 19-36, jul. /dez. 2016, p. 30.

<sup>37</sup> Ibidem, p. 34.

<sup>38</sup> FRANÇA, Maria do Perpétuo Socorro Gomes de Souza Avelino. **HISTÓRIA DA ESCOLA NORMAL DA PROVÍNCIA DO GRÃO-PARÁ NO IMPÉRIO.** Revista Cocar. Belém, p. 29-40| jan-jul 2012, p. 3.

<sup>39</sup> Idem.

<sup>40</sup> Ibidem, p. 4.

Porém, não foi concretizada a criação de uma Escola Normal, ao longo dos anos podia se encontrar nos relatórios dos presidentes das províncias a tentativa de criação, e até mesmo, as dificuldades decorrentes do Estado para a criação. Só em 13 de abril de 1871<sup>41</sup>, o Presidente Joaquim Pimentel Machado Portela criou na capital da província a Escola Normal, destinada a preparar homens e mulheres para o magistério público primário (CARDOSO, p.10). Só que em 1872<sup>42</sup>, a escola normal foi extinta, por isso seus cursos foram anexados ao Liceu Paraense; só em 1874<sup>43</sup>, foi recriada e funcionou até 3 de dezembro de 1885<sup>44</sup>, quando foi extinta novamente.

## 2.6 A Educação no Pará no Período Republicano (1889-2019)

O período da Primeira República (1889-1930)<sup>45</sup> visava conduzir o país à construção de uma nação rumo ao progresso e à civilização que, no entanto, não contava com a participação popular no seu momento inicial, e necessitava dela para estabelecer-se. É com isso, que a educação assumiu um lugar especial na pauta da recém-proclamada República, na qual buscava-se legitimar sua ideologia política progressista.

Esse novo conceito de educação que o governo pregava tinha como meta superar os resquícios do ensino tradicional monarquista – o qual era criticado pelos republicanos e que se dizia ser ineficiente para atender aos anseios da nova sociedade republicana de modernizar o país por meio da instrução (PANTOJA, DAMASCENO, 2018). No Pará, nesse período, além de ocorrer a mudança educacional em relação à criação de escolas novas, e a mudança das escolas primárias, o papel dos mestres professores também foi fundamental.

Orientou, aqui no Pará, a Educação dessas novas gerações de *republicanos*, *civilizados* e *racionais cidadãos* que se queria construir, tomando como problema o ideal de formação docente que este regime pretendeu, então, implantar para os chamados “mestres” no Pará do início do século XX, tidos enquanto *responsáveis* 11 *diretos* pelo êxito dessa investida do Estado (NAGLE, 1974; RIBEIRO, 1995; ROMANELLI, 1988 Apud COSTA, 2011, p. 10).

Nesse cenário, o professor deveria assumir uma postura diante de sua profissão que ia desde a maneira que se vestia ao seu método pedagógico, e sua relação com os alunos. Tudo isso foi respaldado pelo Regulamento Escolar do Ensino Primário, que era um documento oficial, redigido por José Veríssimo, Diretor Geral de Instrução Pública. Nesse documento

<sup>41</sup> GASPAR, E. S.; BORGES, GLEEDSON, F. L.; CHAQUIAM, M. **LICEU PARAENSE: BERÇO CULTURAL NA AMAZÔNIA**. Traços, Belém. p. 149-169, jun. 2010, p. 151.

<sup>42</sup> BARROS, JÔNATAS BARROS. A ESCOLA NORMAL DO PARÁ E A INTRODUÇÃO DO ENSINO DAS CIÊNCIAS NATURAIS DO PARÁ (1870 A 1930). Universidade Federal do Pará, Belém, 2010, p. 47.

<sup>43</sup> Idem.

<sup>44</sup> Ibidem, p. 49.

<sup>45</sup> NEVES, M. de S.: Os cenários da república. O Brasil na virada do século XIX para o século XX. In: DELGADO, Lucília de Almeida Neves e FERREIRA, Jorge Luís (Org.). Brasil Republicano: Estado, sociedade civil e cultura política. *O tempo do liberalismo excludente. Da Proclamação da República à Revolução de 1930*. 1a ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2003, v. 4. P. 14 a 44. P. 13.

constava as prescrições normativas acerca dos programas, horários e instruções pedagógicas para as escolas públicas primárias do Estado.

As regras estabelecidas pelo regulamento aqui descritas tinham como objetivo moldar o comportamento do professor de acordo com o perfil projetado e esperado pelo regime republicano. A atuação desejada do professor, sendo disciplinada e inflexível, deveria se tornar referência moral e política para seus alunos, sendo também eivada de exemplos inquestionáveis de dedicação, devotamento, entrega e sacrifício; tudo em nome do novo regime que se instaurara; (PANTOJA, DAMASCENO, 2015, p. 243).

Esse papel do professor no Estado Pará foi bastante influenciado pela “A Escola: revista oficial do Ensino no Estado do Pará”, a qual foi publicada entre os anos de 1900 a 1905. A revista repercutia o ideal de formação de professores, proposto no discurso oficial do novo regime, a partir da concepção de “bom professor” veiculada pela revista. Ela tinha como objetivo o desenvolvimento do projeto político-educacional republicano, o qual era ligado à representação da profissão como “sacerdócio”, como “missão” na construção da *nação* brasileira (COSTA, 2011, p. 90). Dessa maneira, o professor foi colocado no epicentro desse processo; e isto traduziu-se na instrução de um conteúdo moral e cívico ligado à tradição cristão-católica familiar e ao amor à pátria (COSTA, 2011, p. 90).

Deste modo, a formação moral da população passaria pela exaltação de sentimentos religiosos, notadamente cristão-católicos, objetivados em princípios de toda a humanidade. Não se trataria de um conteúdo acessório, isto é, opcional, complementar, mas de um conteúdo estrutural na instrução das novas gerações, visto o sentido desta educação para o alcance dos objetivos políticos do regime republicano. Naquilo que objetivava com o campo educacional, este conteúdo moral, juntamente com o cívico, era ainda mais importante do que o regular de instrução das primeiras letras e outros assuntos (COSTA, 2011, p. 81).

O problema que sugere essa tradição cristão-católica familiar e ao amor à pátria é que no atual contexto constitucional da época, houve a separação da Igreja-Estado, e nesse caso, a educação pública ficaria a cargo do Estado, e como tal, não teria vínculo institucional com a Igreja.

A comparação do amor à profissão com o amor à pátria é, então, facilmente compreendida neste contexto. Aquele referente à religião, no entanto, traz à tona um paradoxo: o Estado Republicano teve como uma das bases de sua constituição o fundamento de ser um estado laico. Dessa forma, a exaltação da religião, notadamente de matriz cristã, por veículos oficiais, a princípio, parece ferir a este pressuposto. Todavia, o laicismo republicano brasileiro, leigo ou não-confessional, conta com a influência do caráter religioso na formação histórica das sociedades americanas, inclusive dos grupos que compõem os espaços de poder, o que se reflete na ação do Estado, mesmo laico – *laico*, isto é, sem religião oficial, o que não quer dizer *ateu*. (COSTA, 2011, p. 27).

Esse período da República, seja no Pará ou no Brasil como um todo, buscava inserir-se política, educacional e ideologicamente nos padrões de uma *nação* rumo ao *progresso*, e contava com a educação para isso, e para além do papel do professor. Foi observado que a formação moral e cívica também esteve no centro dos esforços do governo para a popularização

do seu ideário republicano, naquilo que foi veiculado a partir dos chamados *manuais* ou *livros escolares* (COSTA, 2011, p. 90).

Foi, contudo a atenção dispensada à Educação pelo regime republicano o que potencializou o seu uso, sob novas bases. Uma vez que o regime – influenciado, ele também, pelos pensamentos positivistas – acredita na Educação como “signo de progresso”, a instrução pública foi impulsionada. Foram fundados os grupos escolares, renovados os métodos e a organização didático pedagógica, cuja bandeira agora é da “educação popular” – disseminada na Europa desde a primeira metade do século XIX, sobretudo na França, país de grande influência cultural sobre o Brasil e suas instituições. Dava-se, assim, à escola primária uma finalidade nacionalizadora, cívica e moral, segundo o programa ideológico da República, reorganizado o espaço e o tempo escolar a partir de um novo método de ensino- aprendizagem. O Estado republicano também passou a controlar, desde o início, a adoção de livros escolares nas escolas públicas sob a alegação tanto da necessidade de uniformização do ensino quanto o fato de que era o legislador que definia programas e currículos, e também, o principal comprador do produto (RAZZINI, 2004, p. 12 Apud COSTA, 2008, p. 28).

Lourenço Filho assegura que graças aos esforços locais “a matrícula nos Estados crescera bastante nos últimos anos da Primeira República e triplicara durante a Segunda República” (PAIVA, 1987, p. 115 Apud DAMASCENO, 2015, p. 230). Tornando-se perceptível o aumento exponencial do número de matrículas na Segunda República (1930-1945) em relação à Primeira República. E no Pará, essa realidade é muito notável ao ter dados que comprovam o aumento no número de matrículas, já que de 1929 a maio de 1936, as matrículas cresceram cerca de 242%. Isso caracteriza, de fato, uma maior preocupação com a expansão das oportunidades de escolarização (DAMASCENO, 2015, p. 230). E o papel do Estado na educação nesse período foi muito importante, pois.

Do financiamento federal beneficiaram-se os Estados do Sul, onde o problema das ‘escolas estrangeiras’ nas zonas de imigração determinou a nacionalização das escolas; os demais Estados contavam com seus próprios recursos além de alguma aplicação municipal (PAIVA, 1987, p. 115 Apud DAMASCENO, 2015, p. 230).

Outro aspecto importante nessa época é em relação à educação rural, da qual houve um esforço em garantir a expansão das oportunidades e escolarização no interior. E isso era visível nos jornais da época, nos quais poderiam ser encontradas referências das obras que o governo estadual, na época do então Interventor Federal Joaquim Magalhães Barata, estava desenvolvendo.

A instrução pública do Pará tem atingido, nos dias presentes, um grande desenvolvimento acima de toda expectativa. É sobremodo consolar o movimento que, nesse sentido, se opera em todo o Estado. As escolas se multiplicam, as matrículas se elevam, o aparelhamento pedagógico melhora e aumenta, sendo extraordinária a remessa de material escolar para o interior pelo almoxarifado da directoria da Educação e Ensino Público (O ESTADO DO PARÁ: 26-5-1933, p. 2 Apud DAMASCENO, 2015, p. 231).

E as notícias dessas realizações educacionais em municípios dos interiores são várias, na medida em que em uma só edição do jornal “Estado do Pará” constaram ações do regime

revolucionário em Acará, Santo Antônio de Aruans, Óbidos, Abaeté, Curuçá, Irituia, Igarapé-Miri, Gurupá e Marapanim (O ESTADO DO PARÁ: 9-4-1934, p. 14, 16, 18, 20, 22 e 24 Apud DAMASCENO, 2015, p. 231).

Outra medida educacional que o Estado tomou junto às iniciativas federais, foi a utilização da comunicação através do rádio, que visava, sobretudo à educação rural. Essa utilização que era feita para transmitir mensagens oficiais e extras oficiais, aliou-se à educação para difundi-la, e também, a nova ordem política no Pará.

Continua na Segunda república, o movimento em favor da educação popular através do rádio, iniciado nos anos 20. A defesa da rádio-educação havia sido incorporada pelos renovadores e já na Reforma do Distrito Federal em 1928 era prevista a criação de uma rádio-escola municipal (PAIVA, 1987, p. 119 Apud DAMASCENO, 2015, p. 231).

A educação do Pará no período da ditadura militar também sofreu um grande impacto, já que esse período possui um caráter antidemocrático de sua proposta ideológica de governo, no qual houve iniciativas de revolucionar a educação brasileira, sob o pretexto de que as propostas eram “comunizantes e subversivas”. Desse modo, diversos setores da educação foram afetados, tomando como partida a educação básica no Pará, seja na capital ou nos interiores, assim o reflexo dessa educação autoritária era nitidamente notado.

Nos interiores se tinha a visão de um campo mais fértil para se plantar suas políticas educacionais e propagar suas ideologias, devido ao desconhecimento da maioria das pessoas daquele período. Esse desconhecimento era alimentado, em alguns casos, pela própria Igreja, a qual era uma instituição elitista e conservadora, e que via naquela época o comunismo como uma ameaça à ordem social vigente.

A implantação desse novo modelo educacional, através do governo autoritário, possuía dois grandes objetivos: sendo o primeiro a formação da mão de obra adequada ao modelo de desenvolvimento econômico dos militares aquele período. O segundo seria a difusão de uma ideologia favorável ao regime entre as crianças e adolescentes, começando por impor aos jovens um padrão de comportamento regrado e obediente, característico dos militares. Estes aspectos se associavam a uma rígida disciplina escolar, baseada no medo, fortalecendo a obediência social no ambiente de trabalho e no ambiente escolar, e ainda, promovia-se o aumento da produtividade na economia.

E o reflexo desse modelo educacional instaurado pelo um governo autoritário se deu através de perseguições de educadores e professores, além daqueles que foram calados, expulsos, presos, exilados, e até assassinados. No ambiente escolar, os educadores tinham que obedecer às normas impostas de como deveriam agir, sendo que eram obrigados a ser assíduos

nas suas obrigações e não deveriam tratar de assuntos que fossem contrários aos que foram passados. Caso contrário, poderia haver perseguições e punições, uma vez que os educadores eram vigiados constantemente.

Já os alunos tinham que obedecer aos horários impostos pela escola, como horário de chegada e de saída, juramento à bandeira, cantar o hino nacional, além de receberem aulas com conteúdo que visavam o patriotismo e a obediência. Também tinham que desfilar no dia 7 de setembro e não eram livres de punições, caso não cumprissem com a determinação da escola.

No Pará, também houve lutas e manifestações contra o regime autoritário insaturado pelo governo, através dos estudantes universitários que mostravam-se atuantes no movimento estudantil contra a ditadura. A resistência apresentada pelos estudantes mostrou-se de diversas maneiras: nas manifestações de rua, militâncias dentro de partidos políticos, luta armada, e também, através da imprensa alternativa que serviu como forma de comunicação entre a classe estudantil (AMORIM & SILVA, 2015, p. 7).

No período na ditadura militar, foi instaurada a Lei 4.371 de 15 de dezembro de 1971,<sup>46</sup> a qual proclama Nossa Senhora de Nazaré Patrona do Estado do Pará e de outras providências. Demonstrou-se assim, uma inclinação do Estado perante a religião católica, fato que poderia justificar a presença de imagens religiosas dentro de algumas escolas do Estado.

No período pós-ditadura militar, mais precisamente nos anos 90 e início dos anos 2000, o governo estadual paraense colocou em prática o Plano Estadual de Educação, um conjunto de ações e metas postas no campo educacional no Estado. Esse plano de educação representa uma diretriz estabelecida pelo governo estadual a fim de viabilizar a consolidação do “Plano Decenal de Educação para Todos”, veiculado pelo governo federal em 1990<sup>47</sup> (CORREA, 2000).

O plano gerou uma série de encontros e reuniões, além de conferências e fóruns para a discussão sobre o processo de melhoria da educação. O governo quis viabilizar uma série de metas que perpassavam pela educação em todos os setores, sejam elas na estrutura, em questões sociais, sobre evasão escolar, déficit de reprovações. A própria gestão escolar sobre a disponibilidade de professores via como mais capacitados os de dentro de Belém dos que os professores dos municípios do interior.

Uma medida tomada pelo governo que gerou certa repercussão foi priorizar o ensino do 1º grau, devido ao quadro de alunos que não se mostrava bom para esse nível; de certa forma, foi deixado de lado o 2º grau, no qual documentos mostravam a falta de investimentos

---

<sup>46</sup> <http://sociedadeparaense.blogspot.com/2011/10/patrona-do-para-por-forca-da-vontade-do.html>. Acesso em setembro/2019. Acesso em: 05 julho. 2019

expressivos para esse nível. Isso se deu pelo fato de o governo acreditar que quanto maior fosse a absorção de alunos pelo 1º grau, maior seriam as chances de eles alcançarem o 2º grau.

“(…) deverá ser transferida de forma gradual para a administração dos municípios a gerência do ensino de 1º Grau; investir na melhoria da qualidade do Ensino Fundamental; intensificar o processo de municipalização da merenda escolar e da aquisição do livro didático; na área de abrangência do ensino de 2º Grau, adotar uma nova filosofia quanto às escolas profissionalizantes, tornando-as centros de produção que oportunizem o ingresso dos alunos no mercado de trabalho; integração escola-comunidade; descentralizar praticamente todos os procedimentos administrativos, financeiros, e até mesmo, pedagógicos, transferindo para a órbita das Unidades Regionais de Ensino (UREs) e das Escolas-Sede decisões administrativas que estão totalmente concentradas no Órgão-Sede; política de valorização dos servidores do magistério; investir na melhoria e na recuperação da rede física; investir na qualidade e na produtividade da educação pela modernização da estrutura técnico-administrativa e pela otimização dos recursos financeiros; viabilização da gestão democrática na escola; incentivar a informática educativa; aumentar a comunicação entre todos os segmentos do sistema, através de recursos de telecomunicações (viabilizados pelos projetos: Telecurso 2.000, Um Salto para o Futuro, TV- Escola, TV-SEDUC, e Vídeo-Escola Apud CORREA, 2000, p. 19)”.

Atualmente, a educação paraense se mostra como umas das piores<sup>48</sup> do Brasil. Os dados revelam altas taxas de evasão no ensino médio, assim como aponta uma alta taxa de crianças e adolescentes de 4 a 17 anos fora das escolas, tendo cerca de mais de cem mil pessoas em idade escolar que não estão devidamente matriculadas. Esses são apenas alguns dos fatores a serem exaltados, pois há também a questão das estruturas das escolas públicas, as quais majoritariamente encontram-se em estado de abandono por parte do governo, principalmente em áreas rurais e periféricas. Além disso, professores não são bem remunerados, o que gera greves e reivindicações por parte dos educadores. Enfim, uma série de problemas que levam a educação do Estado a um dos piores níveis do Brasil.

A educação paraense no que concerne ao Estado do Pará tem como órgão administrativo e regulamentador a SEDUC (Secretaria de Educação do Estado do Pará), que é responsável por diversos âmbitos que envolvem a educação como: a Regulamentação e a Consolidação das Normas Estaduais e Nacionais Aplicáveis à Educação Básica no Sistema Estadual de Ensino do Pará; a jornada de trabalho dos professores; da lotação de gestores (USE/URE), diretores e vice-diretores, entre outros. Ou seja, ela é o pivô da educação paraense.

## **2.7 A Educação em Abaetetuba no século XVII**

A gênese da educação Abaetetubense está relacionada com o distrito de Beja, que no início, constituía-se de vila distintas, mas depois elas incorporaram-se e passaram a ser um

---

<sup>48</sup> O Estado tem a mais alta taxa de evasão em todas as etapas de ensino, chegando a 16% no ensino médio, ante 12% da média nacional. Isso é o que aponta o Censo Escolar, que contém os indicadores de fluxo escolar, divulgado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) e Ministério da Educação.

único município. Os frades capuchos de Santo Antônio, após fundarem o Convento do Una, em Belém, em 1617<sup>49</sup>, passaram a percorrer as terras onde habitavam os índios remanescentes da tribo Mortiguar. Nesse território, construíram uma aldeia com caráter de missão religiosa, característica do processo da educação jesuítica presente no Brasil.

Então, o atual governador da época, Francisco Xavier de Mendonça Furtado nomeou a nova aldeia de Sumaúma. Algum tempo depois, a aldeia de Sumaúma foi instalada como Freguesia, com o nome de São Miguel de Beja (atual Vila de Beja). Os frades capuchos ali permaneceram até 1653<sup>50</sup>, sendo substituídos pelos padres jesuítas, inicialmente através do padre alemão Aluizio Conrado Pfeil, que já catequizava a tribo dos índios abaetés. Com a sua ida, substituiu-lhe o padre Antônio Ekel, que deu início à construção de um templo, concluído somente dois séculos depois; em 1883<sup>51</sup>, pelo padre Francisco Manoel Pimentel. Outro jesuíta de renome que se destacava e que por lá andou foi o padre João Felipe Bettendorf, autor da obra intitulada *História*, que serve de base para o estudo do passado colonial do Estado do Pará.

## **2.8 A Educação em Abaetetuba no século XIX**

No século XIX<sup>52</sup>, precisamente em 2/10/1839, a Freguesia de Beja foi extinta e transformada em distrito de Abaeté; em 1840 o distrito estava sem aulas das primeiras letras, devido à falta de professor na escola elementar local. Em 11/9/1844, Abaeté foi anexada ao município de Igarapé-Miri até 1/10/1844. Já em 1847, Justo José Correa de Miranda, originário da então Vila de Igarapé-Miri, era o professor da Escola de Instrução Primária, para o sexo masculino, na então Freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Abaeté, reduzida após a Freguesia de Abaeté.

Em 1861, 1862 e 1863, Beja, Igarapé-Miri e Abaeté só possuíam a escola masculina; em 1863, a escola de Abaeté foi criada por Lei Provincial nº 6, de 8/5/1863, tendo como professor Lourenço Justiniano da Silva, o qual junto com o professor Camillo de Léllis Pereira de Barros, foram removidos mesmo sendo interinos. Isso se caracteriza muito em 1867, quando muitos professores eram removidos pelo governo provincial devido às condições deploráveis da instrução pública primária na província, isso como uma forma de melhoria da educação. Em

---

<sup>49</sup> <http://abaeteagora.blogspot.com/2011/02/origem-do-municipio-de-abaetetuba.html>. Acesso em: 06 julho. 2019.

<sup>50</sup> Idem.

<sup>51</sup> Idem.

<sup>52</sup> Devido à falta de fontes sobre a instrução pública do município de Abaetetuba no século XIX, todas as datas que se remetem a esse período foram retiradas do Blog do Ademir. <http://ademirhelenorocha.blogspot.com/2011/05/instrucao-publica-na-abaete-antiga-1.html>, Acesso em: 06 julho. 2019.

1879, foi construída a escola pública do Piquiarana, distrito de Abaeté; em 23/3/1880, a Freguesia de Abaeté foi elevada à condição de Vila de Abaeté.

A partir de 1880, várias localidades possuíam escolas públicas elementares. Em 1885, a localidade Arumanduba tinha como professor da escola pública elementar Antônio Américo dos Santos; em 1885, a localidade Tucumanduba tinha como professor da escola pública elementar Capitolino Pereira de Barros; em 1885, a localidade Beja tinha como professora da escola pública elementar Maria da Glória Philocrão, e em outra escola, o professor José Melchíades Aranha Neves; em 1885, o distrito de Abaeté tinha como professor J. Clarismundo da Fonseca; em 1885, a localidade de Beja tinha também como professor João Emílio de Queiroz Coutinho; em 1885, a localidade Arapiranga tinha como professor Bernardo Pereira dos Santos<sup>53</sup>.

Como panorama geral da instrução pública abaetetubense, no século XIX, tem-se: em 1887, Manoel José da S. Vilhena alugou uma casa que serviria de escola para o sexo masculino de Beja; em 1887, a escola de 1º grau de Abaeté possuía 50 alunos e 31 em 1888; em 1887, a escola provisória do Maracapucu possuía 31 alunos. No mesmo ano, a escola provisória do rio Guajará possuía 32 alunos; a escola do Tucumanduba possuía 33 alunos; a escola de 1º grau de Beja possuía 64 alunos; a escola de 1º grau de Beja possuía 65 alunos (devia ser uma masculina e outra feminina); a escola do Arapiranga era provisória; e a escola provisória do Tucumanduba possuía 57 alunos (devia existir uma escola masculina e outra feminina nessa localidade).

Em 1888, eram os professores das escolas públicas da Província que recebiam do Governo provincial os tubos com a *Lympha Vaccínica* (linfa vacínica) e com instruções de uso para combater a epidemia de varíola que grassava na Província e nas localidades: Barcarena, Conde, Bujaru, Maracapucu, Beja, Moju, Cairary e outras localidades. Por fim, em 15/11/1889 aconteceu a Proclamação da República Brasileira, quando se iniciou o período do Brasil Republicano.

Esse período republicano visava o progresso da nação brasileira e acreditava que uma das formas de progredir seria através da educação, por essa razão, fez mudanças significativas nela. Como já foi mencionado, das mudanças educacionais ocorridas no Pará e no Brasil, para além do papel do professor, a questão da formação moral e cívica também esteve no centro dos esforços do governo para a popularização do seu ideário republicano. Entretanto, escolas do interior do Estado, como Abaetetuba, sofriam com precariedades na estrutura e na educação.

---

<sup>53</sup> Devido ao fato de que a pouca produção sobre a educação de Abaetetuba e de que esses professores fazem parte da história da educação local, eu achei necessário citar todos esses nomes. Até mesmo como uma forma de contextualizar e argumentar melhor sobre o processo da educação abaetetubense.

Isso levava também à desmotivação por parte dos docentes daquele período. Ademais, pode-se dizer que nem todas as cidades gozaram do mesmo tipo de progresso que a nação buscava, limitando-se a uma situação educacional precária.

## 2.9 A Educação em Abaetetuba do século XX ao XXI

A datar do século XX, começou a surgir as escolas que hoje são referências na educação do município. A primeira foi a Escola Estadual Basílio de Carvalho, a qual foi fundada no dia 02 de abril de 1902<sup>54</sup>, com o nome inicial de Grupo Escolar de Abaeté, localizada na Avenida 15 de agosto nº 157 e teve como seu primeiro diretor o professor Bernardino Pereira de Barros.

Por ter sido a primeira Escola fundada no município de Abaetetuba, no começo do século passado, atendia aos filhos da elite do município que era formada pelos donos de engenho de cana-de-açúcar e promissores comerciantes. Seus professores, em sua maioria, eram filhos da terra que tiveram a oportunidade de estudar na capital do estado do Pará e em outros Centros Educacionais da época. Alguns retornavam de seus estudos e implantavam ideias novas e visionárias, como por exemplo, a criação de um Conselho Escolar baseado no decreto nº 1.689, o qual selecionava a admissão de seu alunado através de teste de Língua Portuguesa, Aritmética, Zoologia, Botânica, Física, Geometria, História do Brasil e Geografia, elevando, assim, o conceito de uma educação de qualidade no município (RIBEIRO, 2014, p. 11).

Em 1953<sup>55</sup>, as Irmãs Capuchinhas trataram de fundar uma escola ginásial, logo acrescida do Curso Normal. Essas irmãs vieram com missão de participar do desenvolvimento espiritual, educacional, e catequético dos abaetetubenses. Elas foram trazidas pelos seus congêneres da Ordem de São Francisco de Assis, os Padres Capuchinhos, inspiradas pelo Frei João Pedro de Sexto São João. A chegada delas foi uma revolução na educação de Abaeté e a presença dessas religiosas franciscanas, nesse tempo, serviu como formadora para pessoas no campo religioso como catequistas, e também nos diversos segmentos da sociedade como (professoras, diretoras, funcionárias, grupos de jovens, religiosas, etc.).

Em 1962<sup>56</sup>, a Escola Bernardino iniciou suas atividades, funcionando no prédio do Grupo Escolar Basílio de Carvalho, com duas turmas no período noturno, e só veio a ter seu próprio prédio em 1966<sup>57</sup>, mesmo ano em que foi fundado o Colégio São Francisco Xavier, o qual é alvo de minha pesquisa. A população abaetetubense vivia um tempo de conservadorismo nos costumes, além de outros fatores, através da influência da religiosidade popular, ou seja, o

<sup>54</sup> RIBEIRO, Valdir Rodrigues. **A E.E.E.F.M. Prof. Basílio de Carvalho no contexto da proposta do desenho universal: acessibilidade para qualidade escolar.** Revista Especialize On-line IPOG - Goiânia - 8ª Edição nº 009 Vol.01/2014 dezembro/2014, p. 11.

<sup>55</sup> <http://ademirhelenorocha.blogspot.com/2012/03/escola-bernardino-escolas-de-abaetetuba.html>. Acesso em: 06 julho. 2019.

<sup>56</sup> <http://bernardinopereiradebarros.blogspot.com/p/historia.html>. Acesso em: 06 julho. 2019.

<sup>57</sup> <http://ademirhelenorocha.blogspot.com/2012/03/escola-bernardino-escolas-de-abaetetuba.html>. Acesso em: 06 julho. 2019.

devocionismo popular. Isso favoreceu o período da ditadura militar, 1964<sup>58</sup>, que encontrou na cidade um campo fértil para doutrinar a população, através de todos os meios possíveis da sociedade. Assim, incluindo parte dos governantes, dirigentes de órgãos públicos, de parte do clero da Igreja Católica, dos diretores e professores de escolas e também de grande parte da população que de forma mecânica aceitou a instituição da “ditadura militar no Brasil” que, mais tarde, confrontaram com as ações das nascentes minorias de religiosos e jovens engajados politicamente.

Em 1968<sup>59</sup>, foi inaugurada a escola Dr. Vicente Maués, que se originou das chamadas Escolas Isoladas, que vêm desde 1936<sup>60</sup>. Essa escola consistia em apenas um mestre que ensinava um grupo de alunos, cujas idades e conhecimentos cobriam todo o ensino primário (VIDAL, 2005). E posteriormente, as Escolas Reunidas foram a união das Escolas Isoladas que funcionavam em determinado local e atendiam o equivalente a três classes com um determinado número de alunos.

E um dos setores que sentiu fortemente essa implantação da doutrina militar foi a educação, pois diretores de escolas queriam impor o patriotismo assim como um civismo exacerbado; e aqueles que tentavam se abster dessa doutrinação, como alunos e professores, poderiam ser expulsos, ou até mesmo, perseguidos e poderiam sofrer violência física. Esse cenário só começou a mudar após a implantação do Núcleo Universitário do Baixo Tocantins, através de uma nova visão trazida pelos professores recém implantados que eram adeptos da “Teologia da libertação”<sup>61</sup>.

Além dessas escolas mencionadas, outras também foram surgindo durante o século XX, como por exemplo, a escola E.E.F.M. Esmerina Bou Habib, fundada em 1978<sup>62</sup>; e a escola Cristo Redentor, fundada em 1992<sup>63</sup>, assim como diversas outras. Atualmente, a cidade possui cento e setenta e seis escolas municipais, dezessete estaduais, treze privadas e uma federal<sup>64</sup>. A cidade está ligada ao Estado, o qual é responsável pela educação no que tange à grade curricular e ao sistema educacional, bem como à infraestrutura, além de outros quesitos da maioria das

---

<sup>58</sup> <http://ademirhelenorocha.blogspot.com/2015/02/>. Acesso em: 03 outubro. 2019

<sup>59</sup> <http://ademirhelenorocha.blogspot.com/2015/02/>. Acesso em: 06 julho.2019.

<sup>60</sup> VIDAL, Diana Gonçalves. Culturas escolares: estudo sobre práticas de leitura e escrita na escola pública primária (Brasil e França, final do século XIX). [S.l: s.n.], 2005. p. 1.

<sup>61</sup> <http://ademirhelenorocha.blogspot.com/2013/02/escola-cristo-redentor-historia.html>. Acesso em: 15 setembro. 2019.

<sup>62</sup> <http://escolaesmerina.blogspot.com/2010/11/historia-da-origem-da-escola-esmerina.html>. Acesso em: 17. julho. 2019.

<sup>63</sup> <http://ademirhelenorocha.blogspot.com/2013/02/escola-cristo-redentor-historia.html>. Acesso em: 17 julho. 2019.

<sup>64</sup> <http://www.escolas.inf.br/pa/abaetetuba>. Acesso em: 06 julho. 2019

escolas. Além disso, possui um IDEB que se mostra de forma crescente em relação aos últimos anos, assim como apresenta um índice de pessoas nas escolas superior aos anos inferiores, além de conselhos escolares.

Apesar das escolas de Abaetetuba encontrarem-se em um patamar educacional mais elevado do que os últimos anos, até mesmo em comparação com outros municípios do Estado, elas ainda possuem uma base devocional forte, principalmente no que diz respeito a Nossa Senhora da Conceição. Então, identificar aspectos religiosos nas escolas é algo comum, como por exemplo, imagens e estátuas.

Portanto, no que concerne à educação de Abaetetuba, há evoluções, uma vez que, mesmo passando por um processo inicial de pertencimento a outro distrito e municípios, Abaetetuba foi se destacando pelo comprometimento de muitos educadores. Eles, ao longo do tempo, foram fazendo história não apenas por levar o ler e escrever à sociedade, mas também por proporcionar ajuda social e humanitária, levando assim ao crescimento pessoal dos cidadãos. Não esquecendo de que a educação está moldada em uma base religiosa, a qual vem desde frades capuchinos, passando pelos jesuítas e freis, além de freiras e padres que também passaram pela cidade, e ainda se encontram presentes. Todos esses atuaram firmemente no município, sendo na educação e na sociedade, levaram a um devocionismo presente até os dias atuais.

Então, podemos dizer que até hoje as escolas sofrem certa influência das igrejas e da religião, em especial a católica, como no caso do Colégio São Francisco Xavier.

### **3. CAPITULO II - RELAÇÃO IGREJA E ESTADO: A DUALIDADE PRESENTE NO COLÉGIO SÃO FRANCISCO XAVIER, E A GESTÃO DEMOCRÁTICA COMO AGENTE ATUANTE NO RESPEITO À DIVERSIDADE**

#### **3.1 O histórico do Colégio São Francisco Xavier**

O Colégio São Francisco Xavier foi fundado em 10 de abril de 1966<sup>65</sup>, pelo padre Vicente Mitidieri, sendo também o primeiro diretor do Colégio<sup>66</sup>. Era mantido pela Prelazia do Baixo Tocantins, atualmente Diocese de Abaetetuba. Inicialmente, foi denominada como escola paroquial<sup>67</sup>, constituída apenas por alunos do sexo masculino, funcionando em uma das dependências da paróquia de Nossa Senhora da Conceição, padroeira da cidade.

Anos depois, passou a situar-se à Avenida 15 de agosto, 339, Centro, onde funcionava o antigo seminário da Diocese, o qual, nessa época, já abrangia alunos de todos os sexos. O Colégio se apresenta como uma entidade inovadora do Município de Abaetetuba. Primando por uma formação política voltada a conscientização, foi tornando-se referência nos movimentos sindicais e estudantis. Como foi o primeiro Colégio das escolas públicas do Estado do Pará a realizar a eleição para escolha de diretor, exerceu um ato democrático em voga de um processo que se dava através de indicação<sup>68</sup>.

No que se refere à organização estudantil, ele foi a primeira escola no município a trabalhar a conscientização política com participação dos estudantes, visando sua organização, elegendo assim o primeiro Grêmio Estudantil das escolas públicas do município no ano de 1980<sup>69</sup>. Favoreceu ainda o surgimento da UESA, União dos Estudantes Secundaristas de Abaetetuba. Outro fator importante foi em relação à efetivação do primeiro Conselho Escolar também no ano de 1980<sup>70</sup>.

Com isso, o Colégio São Francisco Xavier vem construindo historicamente uma educação que se apresenta de fato, como referência educacional no município, no estado e a

---

<sup>65</sup> Todas as referências sobre o CSFX estão passíveis de alteração, reelaboração e atualização dos dados, de acordo com o desenvolvimento da pesquisa de campo. As construções apresentadas a partir desta seção constituem-se de um conjunto de informações extraídas: dos PPP / CSFX, versão 2011 e 2015 e também dos dados contidos no site do Colégio, [http://csfxabaetetubapa.blogspot.com/2009\\_06\\_01\\_archive.html](http://csfxabaetetubapa.blogspot.com/2009_06_01_archive.html). Acesso em: 08 julho. 2019.

<sup>66</sup> Relação dos diretores desde a fundação até o atual – Pe. Vicente Metidieri – fundador, Ir. Stela Maria, Ir. Águi da Marlene de Melo, Ir. Marlene Aparecida Sandoli, Marilda Loureiro Maués, Hilma Terezinha Pinto Flexa, Nestor Deitos, Adelino Ferranti, Athaide Feio Neves, Nestor Deitos, Irácea das Graças Ferreira Gonçalves, Luiz Gonzaga Leite Lopes, Ana Lúcia de Lima Santos e Miguellina Bitencourt de Araújo.

<sup>67</sup> Modelo de Escola surgido na Idade Média, voltadas para formação eclesiástica, seguindo uma educação essencialmente cristã (GADOTTI, 1987).

<sup>68</sup> As escolhas eram baseadas na nomeação, que estava diretamente relacionada ao clientelismo político, já que a escolha era feita de acordo com os apadrinhamentos, dessa forma criando um vínculo submisso do ocupante do cargo com quem lhe indicou, assim sendo o primeiro diretor eleito foi o professor Ataíde Feio Neves, no ano de 1983.

<sup>69</sup> Projeto Político Pedagógico, 2015.

<sup>70</sup> Projeto Político Pedagógico, 2011.

nível nacional. Dessa forma, favorece a organização na luta por direitos de cidadania, resultando em diversas conquistas para a comunidade abaetetubense. Além disso, é considerado como vanguarda da Instituição na Educação Básica, que atende não somente aos cursos de Ensino Fundamental e Médio, mas também a projetos voltados a parcerias externas. Tais parcerias são voltadas à questão da educação, por meio da formação continuada de professores, bem como de projetos de iniciativas de pesquisa para os alunos, entre outros<sup>71</sup>.

A história de formação do Colégio é uma história de formação religiosa, que tem seus princípios e valores cristãos inspirados no evangelho e que toma como base a valorização da pessoa humana em suas diversidades culturais. Isso se deve ao fato de que os valores evangélicos devem constituir o eixo em torno do qual se organize o ensino, assumindo assim o lema: “Fé e Ciência”. O objetivo disso é unir a aquisição do saber a vivência da fé em uma escola, onde sendo o lugar de crescimento intelectual, de amadurecimento da Fé e de compromisso com a transformação da sociedade, torna-se assim, um centro de irradiação cultural e social. Nessa conjuntura, com base nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, assim como seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho<sup>72</sup>.

### **3.2 A parceria Diocese e SEDUC através do Contrato de Comodato**

A Diocese de Abaetetuba é a entidade mantedora do Colégio São Francisco Xavier e por meio do Bispo Diocesano, José Maria Chaves dos Reis, presidente da entidade, elabora a filosofia e pressupostos da entidade e articula parcerias, ações e convênios que visam à melhoria da qualidade dos serviços prestados a comunidade.

A Diocese de Abaetetuba mantém convênio com a Secretaria de Estado de Educação (SEDUC) através do CONTRATO DE COMODATO Nº 205/2014-SEDUC, e do ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº 308/2014, os quais deixam à disposição do Colégio, o local de atuação das aulas e poderes administrativos e pedagógicos. Essa relação faz com que o Colégio tenha uma dupla identidade: é pública e estadual, e ao mesmo tempo privada, pois, pertence à Diocese de Abaetetuba, funcionado legalmente, por meio de relação conveniada com

---

<sup>71</sup> Segundo o PPP 2011/2015 – são várias as parcerias firmadas entre a escola e demais segmentos da sociedade, entre elas parcerias com empresas públicas e privadas que representam um ganho para eles, de acordo com os registros do PPP, pois, segundo a Escola, elas “vieram contribuir com a formação e qualidade educacional da sociedade abaetetubense, além de captação de recursos financeiros para a escola, o que ajudou no seu auto sustentabilidade.

<sup>72</sup> Projeto Político Pedagógico, 2015, p 10.

a Secretaria Executiva de Educação do Estado do Pará – SEDUC, a exemplo do que atualmente se constitui o público-privado<sup>73</sup> (ARAÚJO, 2012, p. 34).

O Contrato de Comodato<sup>74</sup> N° 205/2014-SEDUC realizado entre a Secretaria de Estado de Educação e a entidade Associação Obras Sociais da Diocese de Abaetetuba/ Escola São Francisco Xavier coloca que o Comandante, a SEDUC, empresta gratuitamente, sob a forma de Comodato, à Comotadoria, Colégio São Francisco Xavier, o imóvel individualizado com área total de 5.944,67 m<sup>2</sup> (Cinco Mil, Novecentos e Quarenta e Quatro Metros Quadrados e Sessenta e Sete Centímetros).

O documento também relaciona todas as dependências do imóvel em espaços, quantidades e metragem, assim como a relação de equipamentos e suas quantidades. Ou seja, através desse documento o Conselho de Estado da Educação autoriza o Colégio São Francisco Xavier para atuar em suas dependências.

a) Relações de dependências do imóvel:

<b>ESPAÇOS</b>	<b>QUANTIDADE</b>	<b>METRAGEM (m<sup>2</sup>)</b>
Salas de Aula	6	46,70
Salas de Aula	1	42,12
Salas de Aula	3	47,30
Salas de Aula	2	61,90
Salas de Aula	2	63,67
Salas de Aula	2	45,10
Salas de Aula	2	44,94
Salas de Aula	2	45,78
Salas de Aula	2	67,70
Salas de Aula	2	52,16
Sala de Recurso Multifuncional	1	43,75
Laboratório de Informática	1	45,78
Sala de Leitura	1	49,98
Biblioteca	1	169,78

<b>ESPAÇOS</b>	<b>QUANTIDADE</b>	<b>METRAGEM (m<sup>2</sup>)</b>
Quadra Esportiva Coberta	2	698,83
Sala de Professores	1	70,10
Banheiros com 5 Boxes	4	75,25
Diretoria	1	19,68
Sala para Vice-Diretor	1	7,70
Coordenação Pedagógica	1	20,00

<sup>73</sup> Relação que há muito se arrasta no sistema educacional brasileiro, que em muito alimenta os propósitos públicos afirmados por políticos e autoridades, que sistematicamente e diretamente estão subordinados ao atendimento de interesses privados. Talvez a relação praticada no CSFX, seja um exemplo categórico desta relação de subordinação que incluem as diversas políticas públicas praticadas no sistema educacional, a concessão de subsídios públicos a escolas privadas (SANTOS, 2007 Apud ARAÚJO, 2012, p.34).

<sup>74</sup> O Contrato de Comodato N° 205/2014- SEDUC foi assinado no dia 30 de dezembro de 2014.

Auditório	1	240,00
Secretaria	1	33,18
Laboratório Multifuncional	1	70,10
Cozinha	1	30,00
Área de Lazer	1	240,00

b) Relação de equipamentos e mobiliários:

<b>EQUAMENTOS E MOBILIARIOS</b>	<b>QUANTIDADE</b>
Computador Completo	24
Fontes de Alimentação/ Estabilizador	11
Impressora Multifuncional	4
No Break	1
Roteador	3
Ar Condicionado/Central de Ar	38
Lixeira com Tampa	15
Lixeira sem Tampa	21
Armário	5
Arquivo	2
Cadeira Comum Estofada	1
Cadeira Giratória	1
Mesa	4
Mesa para Computador	5
Frigobar/Geladeira	1
Aparelho de Fax	1
Sofá	19
Mesa de Centro	1
Hack	3
Armário para Professor	17
Datashow	5
Microscópio	3
Cadeiras de Plástico	100

O acordo também mostra que o Colégio tem como obrigações o pagamento integral de impostos, taxas de faturas de consumo de água, energia elétrica, telefone e qualquer outro que julgar necessário para o seu funcionamento, além da manutenção do imóvel. O documento também mostra que reformas, manutenções e construções a serem realizadas nas dependências do Colégio devem ser autorizadas pela SEDUC. Isso significa que o seu processo de construção atual tem aval do Estado.

### **3.3 A parceria Diocese e SEDUC através do Acordo de Cooperação Técnica**

Desde 30 de Dezembro de 2014<sup>75</sup>, a Associação Obras Sociais de Abaetetuba e Governo do Estado do Pará assinaram o Termo de Cooperação Técnica nº 308/2014, esse é outro documento que viabiliza o convênio do Colégio com a SEDUC. O objeto principal é a Coordenação Administrativa e Pedagógica da Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio São Francisco Xavier, criada pela portaria nº 03/2014 – SEAN/SEDUC, publicado no DOE nº 32.569 em 24/01/2014.

Segundo a “Cláusula 2.6 do acordo de Cooperação Técnica nº 308/2014, a SEDUC fará funcionar, no prédio em comodato, Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio São Francisco Xavier, a qual ficará sob responsabilidade Administrativa e Pedagógica da Associação Obras Sociais da Diocese de Abaetetuba”. Seguindo com o Parágrafo Único que diz que: “em virtude do presente Acordo de Cooperação técnica, a Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio São Francisco Xavier possuirá Regimento Diferenciado, o qual deverá ser previamente aprovado pela SEDUC sem procedimento próprio”.

Por meio da análise da Cláusula e do Parágrafo único, é perceptível que mesmo o Colégio tendo aprovação prévia da SEDUC em relação ao seu regimento, ele age de forma independente em relação a sua administração e pedagogia das demais escolas públicas do município. Isso faz com que ele tome a decisão em relação ao conteúdo ministrado, assim como a forma com que será transmitido e até quem transmitirá, já que a Diocese geralmente dispõe de um padre ou alguém pertencente à igreja para ministrar as aulas de Ensino Religioso. Entretanto, é preciso entender até que ponto a diocese interfere nas tomadas de decisões da escola, o que inclui também o PPP, segundo o diretor:

Veja bem, a diocese apesar de ela ser a mantenedora juntamente com a Secretaria de Estado da Educação da escola Estadual São Francisco Xavier, por outro lado, ela dá liberdade para que autonomia política administrativa da escola seja garantida. Então, é eles têm um acompanhamento, é a grande preocupação da diocese é com que os valores, é cristãos eles sejam vivenciados dentro da escola, então, eles acabam respeitando aquilo que o coletivo dessa comunidade educacional é acredita enquanto valor da vida humana<sup>76</sup>.

Vale ressaltar que a SEDUC coloca à disposição da Diocese os servidores pertencentes ao seu quadro, de acordo com o número de dependências, áreas cobertas ou livres, número de alunos e turnos, dentre os servidores da referida secretária; isso é identificável na Cláusula Terceira da II Seção sobre as obrigações da SEDUC.

---

<sup>75</sup> ACORDO DE COOPERAÇÃO TECNICA Nº 308/2014 que está escrito QUE ENTRE SI CELEBRAM, DE UM LADO, A ENTIDADE ASSOCIAÇÃO OBRAS SOCIAIS DA DICOESE DE ABAETETUBA / ESCOLA SÃO FRANCISCO XAVIER E, DE OUTRO LADO, O GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ POR INTERMEDIO DA SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO- SEDUC.

<sup>76</sup> Entrevista concedida por Manoel Carlos Guimaraes da Silva. **Entrevista V**. [27. jun. 2019]. Entrevistador: Elando Pantoja e Pantoja. Abaetetuba, 2019. Disponível no acervo pessoal de Elando Pantoja.

O Colégio tem um quadro de professores, dos quais grande parte é concursada, e nesse caso, chamo atenção à professora de Ensino Religioso da escola, pois sua denominação religiosa é de matriz evangélica, e o seu vínculo com a instituição de ensino é através do concurso do Estado, ou seja, SEDUC. Não sendo a única com a mesma denominação religiosa e ministrando a mesma disciplina, já que a outros dois professores que possuem a condição similar a dela. A professora disse que nunca sofreu preconceito dentro da escola ou foi forçada a aderir a uma prática que não condiz com sua religião.

Mas ainda sobre o Acordo de Cooperação Técnica Nº 308/2014, o Colégio deve orientar e participar do processo de escolha de diretor e vice-diretores, lembrando que ele foi o primeiro a realizar eleições para diretor no Estado. Além de indicar para nomeação pela SEDUC o secretário (a), respeitando as normas regimentais aprovadas pelo Conselho Estadual de Educação, e tendo como base observação das diretrizes pedagógicas da SEDUC<sup>77</sup>.

A SEDUC fornece, dependendo de sua disponibilidade orçamentária e financeira, materiais necessários à realização das atividades da escola, bem como apoia nos projetos socioeducativos. Além de fornecer também materiais de avaliação, como Histórico Escolar, Ficha Individual, de Matrícula, Certificado de Conclusão de Curso, Boletim Escolar, Diploma e Diário de Classe. Bem como, gêneros alimentícios destinados exclusivamente à merenda escolar diária, devendo prestar conta de recebimento e execução dos gêneros, confeccionando mapas relativos ao controle do atendimento, isso no caso de a merenda não ser municipalizada<sup>78</sup>.

De acordo com o contrato de comodato, o Colégio São Francisco Xavier deve pagar as taxas de consumo de água, energia elétrica, telefone e outros. Entretanto, a SEDUC pode realizar esses pagamentos em nome do colégio somente caso seja necessário. Salientado que o Contrato de Comodato, assim como o Acordo de Cooperação Técnica, que disponibilizam tanto o espaço físico de atuação como a responsabilidade administrativa e pedagógica, não envolvem transferências de recursos diretos<sup>79</sup>, tratando-se de verbas destinadas a objetos específicos tratados aqui.

---

<sup>77</sup> A SEDUC Dispõe sobre a regulamentação e a consolidação das normas estaduais e nacionais aplicáveis à Educação Básica no Sistema Estadual de Ensino do Pará.

<sup>78</sup> O fornecimento de materiais escolar e o apoio nos projetos socio educativos através da SEDUC, está localizado no Acordo de Cooperação Técnica, na Clausula terceira: das Obrigações das Partes.

<sup>79</sup> Segundo o Parágrafo Único do Acordo de Cooperação Técnica no que diz respeito a Clausula Nona: Da não transferência de Recursos financeiros, não representa transferência de recursos as verbas públicas oriundas dos repasses legais às Escolas da Rede Pública como, por exemplo, o Fundo Rotativo e verbas do FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação), por se tratarem de verbas destinadas a objetivos específicos.

Com base na análise dos documentos assinados, encontra-se as justificativas que levam a esse convênio, identificado inicialmente na Cláusula Segunda: da responsabilidade administrativa e pedagógica a qual diz que “considerando que historicamente a Escola em Regime de Convênio São Francisco Xavier sempre foi administrada pela entidade Associação Obras Sociais da Diocese de Abaetetuba em regime de convênio”.

Baseado nisso, é válido dizer que o Colégio São Francisco Xavier sempre foi uma instituição autossuficiente, mesmo que receba auxílio em alguns setores específicos da SEDUC. Ele consegue se manter por meio da Diocese de Abaetetuba, a qual administra a questão orçamentária e financeira, como também paga mensalmente com um valor simbólico dos estudantes da escola que serve para ajudar a manter as dependências do local.

Outra justificativa é que “considerando que a Escola em Regime de Convênio São Francisco Xavier, sob a responsabilidade Administrativa e Pedagógica da entidade Associação Obras Sociais da Diocese de Abaetetuba, tem histórico de rendimento dos seus alunos acima da média estadual”. Desse modo, possui uma nota no indicador de rendimento de 0,9<sup>80</sup> no Ensino médio; e no Ensino Fundamental aparece com as maiores taxas de rendimento de 2005 a 2017<sup>81</sup>, sendo uma das maiores entre as escolas públicas de Abaetetuba e do Estado, além de possuir umas das maiores taxas de aprovações no ano.

E a “Cláusula 2.3 diz que considerando a história, tradição e rendimento escolar da Escola em Regime de Convênio São Francisco Xavier, os quais integram os direitos difusos da população do município e, assim, devem ser respeitados e preservados pela SEDUC.” Isso deve pela ausência do Estado no que diz respeito à construção de escolas no município. Nesses termos, a Diocese de Abaetetuba construiu 5 escolas, sendo a Escola Municipal de Ensino Fundamental Criança Esperança, Escola em Regime de Convênio M Educação Básica Maria Lorenza Civalleri, sendo que ambas possuem convênio com a Secretaria Municipal de Abaetetuba. A Escola Municipal Ensino Infantil Fundamental Cristo Redentor e a Escola em Regime de Convênio E M Cristo Trabalhador possuem convênio com o Estado, assim como o Colégio São Francisco Xavier.

### **3.4 O olhar sobre a relação do Colégio com o Estado**

---

<sup>80</sup> Resultado obtido através da divulgação do Inep (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira) no ano de 2017, sobre as escolas do Brasil que envolve taxa de aprovação, SAEB, IDEB, e Projeção por escola e do site <http://idebescola.inep.gov.br/ideb/escola/dadosEscola/15064280>. Acesso em: 15 outubro. 2019.

<sup>81</sup> <https://www.qedu.org.br/cidade/3155abaetetuba/explorar?grade=9&discipline=2&dependence=3&zoom=2&sort=name&sortDirection=asc&visualization=isotope>. Acesso em: 11 dezembro. 2019.

A partir dos documentos que viabilizam a relação do Colégio com a SEDUC, nos quais dispõem poderes administrativos e pedagógicos à instituição de ensino, é possível determinar que essa relação seja um tanto quanto incomum, já que desde a promulgação da Constituição de 1891<sup>82</sup>, houve a separação entre Igreja e Estado, acarretando em um distanciamento do poder civil e o poder religioso, no qual:

caberia ao Estado garantir a liberdade e a igualdade de todos os cidadãos, independente dos valores morais e religiosos. O que houve na verdade foi a modernização das bases jurídicas do Estado brasileiro, ou seja, o Estado brasileiro pretendia se tornar, do ponto de vista jurídico-constitucional, um Estado moderno que até então, tinha sido estruturado em bases exclusivamente católicas e conservadoras (JUNIOR, 2015, p. 14).

Em outras palavras, desde o momento em que a educação passou a ser responsabilidade do Estado, por meio dessa separação, não se tem uma relação onde o Estado sedita poderio administrativo e pedagógico a uma escola, deixando-a agir de forma independente em relação a suas ações e políticas pedagógicas. Nessa conjuntura, o Estado deve assumir posições firmes frente aos cidadãos para que haja a proteção individual em detrimento ao direito de igualdade e liberdade para que dessa forma não aconteçam violações por autoridades, servidores e empregados ou agentes públicos (REIMER, 2003, p. 29).

A liberdade religiosa não consiste apenas em o Estado a ninguém impor qualquer religião ou crença ou a ninguém impedir de professar determinada crença. Consiste ainda, por um lado, em o Estado permitir ou propiciar a quem seguir determinada religião o cumprimento dos deveres que dela decorrem (em matéria de culto, de família ou de ensino, por exemplo) em termos razoáveis (JORGE MIRANDA, 200, p. 409 apud REIMER, 2003, p. 30).

Sendo assim, o caráter laico deve prevalecer em todos os âmbitos sociais, em especial na educação, já que a escola tem como objetivo promover a democratização e a ascensão intelectual e social dos alunos, e a gestão escolar não deve impor conceitos a serem seguidos de “universalidade” como forma de agir e pensar, mas agir como forma de reconhecimento da diversidade religiosa e pluralidade cultural da nação.

A igualdade torna-se, pois, o pressuposto fundamental do direito à educação, sobretudo nas sociedades politicamente democráticas e socialmente desejosas de uma maior igualdade entre as classes sociais e entre os indivíduos que as compõem e as expressam (CURY, 2006, p. 7 apud HARTWIG, 2014, p. 20).

Então, um Colégio que tem maior independência a alguns segmentos educacionais, como administrativa e pedagógica, e que possui origem moldada em uma diretriz religiosa, pode de tal forma criar um ambiente propenso a favorecer uma determinada religião excluindo as demais, criando-se de forma subtendida a ideia de que há uma religião acima das outras.

---

<sup>82</sup> JUNIOR. Jose Pereira Sousa. ESTADO LAICO, IGREJA ROMANIZADA NA PARAIBA REPUBLICANA: RELAÇÕES POLITICAS E RELIGIOSAS - (1890 – 1930). Recife, p. 14.

Partindo de uma indagação de Dawkins (2007), o qual coloca que a religião pode ser um subproduto de algo, dizendo que a crença religiosa pode partir de um ensinamento de pais e autoridades. No caso da escola, ela pode agir de forma opressora a tal ponto de colocar os alunos para obedecerem sempre a ordens, de forma que nunca questionem sobre o que é dito, direcionando-os aos ensinamentos bíblicos.

Na perspectiva de Bourdieu (1989), nota-se que a religião é um sistema simbólico que está presente na estruturação de *habitus*<sup>83</sup> das pessoas. As concepções religiosas compõem e fazem parte do imaginário social de maneira profunda e enraizada no inconsciente, o que acaba refletindo-se nas práticas cotidianas dos fiéis, e não apenas deles, mas de quase todos os indivíduos. E essa concepção faz parte de uma cultura que traz uma carga de conceitos e valores morais religiosos construídos historicamente por uma cultura ocidental cristã.

Por isso, considero que algo assim leva os indivíduos a se tornarem intolerantes e até desrespeitosos. Portanto, em ambientes educacionais, é necessário que haja uma contemplação da diversidade cultural e religiosa, pois, segundo Cury (2006 apud HARTWIG, 2014, p. 21), também precisamos agregar a pluralidade. Sabendo que nosso país possui uma diversidade cultural muito ampla, ela precisa ser observada e deve ser executada por uma boa gestão escolar. Além do mais,

Por ser um “serviço público”, ainda que ofertado também pela iniciativa privada, por ser *direito de todos e dever do Estado*, é obrigação deste interferir no campo das desigualdades sociais e, com maior razão no caso brasileiro, no terreno das hierarquias sociais, como fator de redução das primeiras e eliminação das segundas, sem o que o exercício da cidadania ficaria prejudicado “a priori». A função social da educação escolar pode ser vista no sentido de um instrumento de diminuição das discriminações. Por isso mesmo, vários sujeitos são chamados a trazer sua contribuição para este objetivo, destacando-se a função necessária do Estado, *com a colaboração da família e da sociedade* (CURY, 2006, p. 7).

Devido a essa relação de convênio do Estado com o Colégio que o torna com a característica de público/privado, e que por meio dos documentos concede liberdade administrativa e pedagógica, que permiti que ele elabore seus PPPs de forma independente, passasse ser necessário analisar os PPPs para buscar como uma Instituição Escolar Confessional Católica por meio de sua Gestão Escolar lida com a pluralidade cultural e étnico presente nela.

### **3.5 Projetos Políticos Pedagógicos do Colégio São Francisco Xavier (2011-2015)**

---

<sup>83</sup> Conferir em Bourdieu (1983, p. 65). “Habitus – entendido como um sistema de disposições duráveis e transponíveis que, integrando todas as experiências passadas, funciona a cada momento como uma matriz de percepções, de apreciações e de ações- e torna possível a realização de tarefas infinitamente diferenciadas, graças as transferências analógicas de esquemas, que permitem resolver os problemas da mesma forma, e às correções incessantes dos resultados obtidos, dialeticamente produzidas por esses resultados” Apud JUNIOR, 2011, p. 52.

Os Projetos Políticos Pedagógicos do Colégio São Francisco Xavier têm uma durabilidade em torno de 4 anos. Passando esse período, outro PPP é elaborado sempre com pequenas modificações em relação ao anterior, sendo que tais alterações girão em torno dos quadros dos funcionários, até mesmo da estrutura, e às vezes, em relação ao ensino. Todavia, em relação aos objetivos do Colégio e seus métodos de ensino, eles se mantêm de forma intacta sem sofrer alterações. Por isso, analisar os PPPs é de suma importância para identificar como a escola lida com a diversidade, seja étnica e cultural que ela abrange dentro de si.

De acordo com o PPP (2011 e 2015) da escola, os objetivos a que se propõe, em linhas gerais são: “desenvolver a capacidade cognitiva do aluno, seja tanto em relação ao estudo (ler e escrever), quanto em fazer o aluno se reconhecer enquanto cidadão e ser pensante para que perceba o seu ambiente social, político e tecnológico”. Isso atribuído ao fortalecimento dos valores humanos e cristãos por meio de uma educação libertadora, para que seja um agente atuante na sociedade.

Desse modo, os desdobramentos específicos para a execução desse fim dão-se no sentido da melhoria da relação estabelecida com os alunos, pais e comunidade, mediante ações que visem diminuir o índice geral de abandono e reprovação; da promoção da qualificação de todos os servidores do colégio; da elevação do desempenho acadêmico dos alunos; do fortalecimento da participação dos pais na escola, e também, da participação da escola-comunidade como um todo. Promovendo assim, o crescimento e a melhoria dos seus estudantes e da própria escola.

Assim sendo, todos os objetivos da escola são voltados para proporcionar aos alunos condições concretas de construção de cidadania, por meio de situações de ajuda mútua, solidariedade e respeito pelos bens e serviços ofertados à comunidade. E esses atributos estão moldados sobre uma ética e moral que visa conceitos de crescimento pessoal, sobre uma égide de fraternidade e solidariedade promovida pelo colégio.

O Colégio acredita que para se efetivar uma boa gestão democrática, a participação de pais, alunos e comunidade escolar, é de grande importância para a tomada de decisões e encaminhamentos que assumam a função de analisar, orientar e decidir ações em prol dos Projetos Políticos Pedagógicos. Incluindo recursos financeiros e administrativos, e para que essas ações realmente se efetivem, os pais reúnem-se mensalmente em horário acertado entre todos.<sup>84</sup>

A gestão democrática como princípio da educação nacional, presença obrigatória em instituições escolares públicas, é a forma dialogal, participativa com que a

---

<sup>84</sup>Projeto Político Pedagógico, 2015, p. 21.

comunidade educacional se capacita para levar a termo, um projeto pedagógico de qualidade e da qual nasçam "cidadãos ativos" participantes da sociedade como profissionais compromissados (CURY, 2006, p. 11).

A participação dos alunos se dá através de suas lideranças de turma, ato esse feito de forma democrática mediante votação entre os estudantes, os quais não possuem mais um Grêmio Estudantil, devido ao fato de que os alunos que o integravam a coordenação terem concluído o 3º ano, deixando o cargo em vacância. A participação dos pais é articulada pelos representantes do Conselho Escolar<sup>85</sup> em uma reunião geral que acontece mensalmente ou em casos extraordinários. A presença dos pais, assim como dos alunos, torna-se fundamental no processo pedagógico. Tanto que a coordenação pedagógica dá atendimento especial aos pais que buscam a escola para orientações que veem como necessárias.

Por intermédio do Conselho Escolar que reúne pais, professores e estudantes, o Colégio São Francisco Xavier visa seu currículo justamente a partir do cotidiano dessas pessoas e dos demais funcionários. Isso ocorre porque, conforme a organização didático-pedagógica planejada com auxílio de todos, se constitui a materialização de concepções políticas e ideológicas, as quais preocupam-se com a lógica da humanização nas relações sociais e culturais, na quais são imprescindíveis valores coletivos de solidariedade.

A ERC. São Francisco Xavier atende uma diversidade de faixa etárias e níveis diferentes de alunos, desde crianças, adolescentes e jovens (Ensino Fundamental e Médio), adultos e idosos (EJA). Neste sentido, o currículo abarcado pela ERC São Francisco Xavier se volta à cultura da diversidade, igualdade e respeito às diferenças. Assim, acreditamos possibilitar uma sociedade democratizante e inclusiva atenta às diversas culturas, modo de ser e viver, provendo a emancipação dos sujeitos. Portanto, o currículo é flexível e voltado para a organização das práxis educativas. (ARAÚJO, 2012, p. 36).

Por meio disso, nota-se que o Colégio mesmo tendo sua base cristã, de fundamentação católica, busca trabalhar de forma coletiva e participativa em virtude da tomada de decisões que envolvem a escola, juntamente com as diferentes representações do colegiado, como o Conselho Escolar – que tem função consultiva, deliberativa e executiva; e ainda, a Associação de Pais e Mestres<sup>86</sup>. Assim sendo, o CSFX é uma escola aberta à comunidade. Por essa razão, a uma relação de efetiva comunhão e parceria com as distintas representações da comunidade, estabelecida por meio da confiança, solidariedade, responsabilização e compromissos com o bem público (ARAÚJO, 2012, p. 44).

---

<sup>85</sup> Composto por representantes de todos os segmentos que compõem a escola, proporciona significativa contribuição nos encaminhamentos de uma gestão democrática.

<sup>86</sup> Composta por todos os pais/responsáveis e por alunos que compõem o CSFX e que participam das atividades gerais da escola, e do acompanhamento do rendimento escolar e, ainda contribuem com mensalidade acessível para melhoria e manutenção da limpeza da escola (PPP, 2011).

Além do mais, como o Colégio cria seu currículo visando o cotidiano de cada aluno, junto aos pais e profissionais de atuação da escola, em diversos momentos dos PPPs cita-se que sua Gestão Escolar para ser democrática tem que atender a todos os tipos de alunos e seus anseios.

Se a escola tem como objetivo uma formação democrática, ela deve ter uma prática democrática, ou seja, o conhecimento deve expandir os muros da escola, e desarticular o que temos hoje, herança da cultura da educação tradicional, onde a prática educativa baseava-se na transmissão e na assimilação dos conteúdos pré-estabelecidos de um currículo muito convencional (PPP, 2015, p. 24).

Em suma, por assumir uma gestão democrática, o CSFX objetiva uma gestão de inclusão e diversidade, proporcionando uma política de inclusão e diversidade de gêneros, etnias, grupos sociais diversos que devem transcender ao espaço escolar (PPP, 2015). Tudo isso para que haja uma gestão inclusiva que auxilie na construção e afirmação de identidade, e conseqüentemente, no combate às diferentes formas de intolerância. Sobre esse aspecto, uma representante da gestão do colégio<sup>87</sup> disse que: “quando se trata de gestão democrática né? Fica bem claro a liberdade de expressão, de atitudes e de ações vinculados ao direito, ao direito individual de cada sujeito, o direito de ter sua liberdade em relação a sua religião que adota”.

E um dos objetivos que se mostra nos PPPs é justamente o reconhecimento do aluno enquanto um ser cidadão, independentemente de sua religião ou cultura; “por isso, é importante assegurá-los como agentes atuantes na sociedade para agirem de forma pensante com valores morais e éticos, e como já mencionado, sobre uma égide cristã. Além de reprimir-se qualquer sentimento de intolerância e preconceito, aceitando todas as diferenças que existem”. E sobre essa questão de a escola tentar assegurar todos os valores e direitos dos seus alunos, o diretor do colégio ao falar da laicidade e se a escola respeita isso, afirma que:

De certeza, apesar do vínculo da nossa escola com a Igreja Católica, através da diocese de Abaetetuba, mas o respeito à individualidade e à subjetividade é não só da questão religiosa, como as demais questões que envolvem os seres humanos são de fundamental importância que sejam respeitadas. Então por isso, nós acreditamos em Deus, que é vida que é pai que é amor, então todas as religiões elas dentro da visão do cristianismo são trabalhadas dentro da nossa escola e nós respeitamos é as religiões que nossos alunos é têm que isso é de fundamental importância dentro do contexto da educação<sup>88</sup>.

Essa afirmação do professor com relação à laicidade, é confirmada quando perguntado a uma aluna,<sup>89</sup> que é praticante da umbanda, sobre se os direitos dos alunos em relação a religião

<sup>87</sup> Entrevista concedida por Neuzilene Peixoto. **Entrevista III**. [27. jun. 2019]. Entrevistador: Elando Pantoja e Pantoja. Abaetetuba, 2019. Disponível no acervo pessoal de Elando Pantoja.

<sup>88</sup> Entrevista concedida por Manoel Carlos Guimaraes da Silva. **Entrevista II**. [27. jun. 2019]. Entrevistador: Elando Pantoja e Pantoja. Abaetetuba, 2019. Disponível no acervo pessoal de Elando Pantoja.

<sup>89</sup> Entrevista concedida por Mayra Carvalho. **Entrevista I**. [27. jun. 2019]. Entrevistador: Elando Pantoja e Pantoja. Abaetetuba, 2019. Disponível no acervo pessoal de Elando Pantoja.

são respeitados no ambiente escolar? Ela fala que “sim, todos os funcionários, os professores e funcionários respeitam a religião alheia”. E também, se em sua opinião, a escola consegue lidar com a diversidade cultural e religiosa presente nela. Como resposta, a aluna afirma que “sim, muitas das vezes eles não sabem dessa diversidade, pois as religiões mais comuns lá são o catolicismo e evangélicos”. No fim, ela também afirma que nunca sofreu preconceito devido à sua religião: “não, minha religião é de matriz africana. Porém, envolve o catolicismo, vou às missas inclusive”.

Em relação aos níveis de ensino, o Ensino Fundamental tem suas ações pedagógicas pautadas na Resolução CNE/CEB nº 07/2010, que fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 anos (BRASIL, 2010b).

Através dessa Resolução CNE/CEB nº 07/2010, o Ensino Fundamental representa o direito à educação, entendido como bem inalienável para a formação do Ser Humano, tendo como norteadores das ações pedagógicas princípios éticos, políticos e estéticos. (BRASIL, 2010b).

Junto dos princípios citados e, em conformidade com os Artigos 22<sup>90</sup> e 32<sup>91</sup> da Lei de Diretrizes Bases da Educação, Lei nº 9.394/96, são objetivos dessa etapa de escolarização: o desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo; a compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, das artes, da tecnologia e dos valores em que se fundamenta a sociedade; a aquisição de conhecimentos e habilidades e a formação de atitudes e valores, como uma visão crítica do mundo; o fortalecimento dos vínculos de família, dos laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca em que se assenta à vida social (BRASIL, 2010; BRASIL, 1996).

Esses são os princípios norteadores voltados à educação do ensino fundamental, vale ressaltar que o texto cita a questão dos laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca em que se assenta a vida social, ou seja, da aceitação das diferenças presente em nosso contexto social, sendo elas étnicas, culturais, religiosas, entre outras.

Por mais que o Colégio São Francisco Xavier seja pautado nas leis vigentes de ensino em relação a conteúdo e objetivos, como também respeita a questão do tempo escolar ser de 200 dias letivos, tendo o educando um tempo de permanência no colégio de 800 horas anuais,

---

<sup>90</sup> **Art. 22.** A educação básica tem por finalidades desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores.

<sup>91</sup> **Art. 32.** O ensino fundamental, com duração mínima de oito anos, obrigatório e gratuito na escola pública, terá por objetivo a formação básica do cidadão.

sendo que o aluno deve cumprir no mínimo 75% dessa carga horária<sup>92</sup>, ele visa para além de conteúdo, valores, conceitos, atitudes e competências, que irão contribuir com a formação de cada indivíduo que pertence ao local de ensino.

Ao elaborarmos o Projeto Político Pedagógico de nosso colégio, buscamos imprimir nele todos os anseios e sonhos que tentamos alcançar, pois entendemos que o trabalho escolar é um projeto de vida, um grande empreendimento, que envolve diversas etapas e diversos ingredientes na sua realização. Entre esses ingredientes, figuram os sonhos, as fantasias, a realidade, os projetos individuais e coletivos (PPP, 2015, p. 13).

Mesmo tendo em vista isso, as leis vigentes para o ensino fundamental e médio, o Colégio se organiza de acordo com as necessidades dos estudantes, a fim de garantir uma educação que não seja apenas voltada para questões conteudistas, mas que para além de encaixar na realidade dos estudantes, ela possa contribuir na sua formação enquanto cidadão. Reforça-se desse jeito, as características dela ser de base religiosa atribuindo não só com valores humanos, mas também religiosos que circunscrevem valores éticos e morais. Em síntese, para garantir isso é necessário que o corpo docente saiba lidar com essas questões das quais segundo o diretor:

Todas as disciplinas, os professores sentam ou por área ou até mesmo por disciplina, e eles definem aquilo que vão ensinar respeitando aquilo que hoje a base curricular nacional estabelece, nela está bem claro quais são os objetivos da aprendizagem que todo e qualquer brasileiro tem que aprender<sup>93</sup>.

### 3.6 A disciplina de Ensino Religioso no Ensino Fundamental

Sobre a disciplina de Ensino Religioso no Colégio, segundo a representante da gestão, é tratada nos PPPs:

[...] na mesma equivalência que as demais disciplinas, até porque o colégio trabalha muito a formação de valores, valores vinculados ao exercício da cidadania, como eu falei antes a liberdade de expressão, aqui no colégio nós temos uma clientela bem diversa. Nós temos alunos evangélicos, alunos católicos e com certeza de outras religiões, então democraticamente eles são bem acolhidos independente de sua religião, cor, raça<sup>94</sup>.

Só que ao afirmar que ela possui a mesma equivalência que as demais disciplinas, pressupõe-se que a disciplina é de caráter avaliativo, compondo-se de atividades e notas. E sobre isso, há uma divergência e certa indecisão sobre de qual caráter ela é, se é facultativo ou avaliativo, pois segundo a professora de Ensino Religioso, “elas são avaliativas, inclusive

<sup>92</sup> De acordo com o Ministério da Educação segundo o Despacho do Ministro em 12/12/2002, publicado no Diário Oficial da União de 13/12/2002, Seção 1, p. 96.

<sup>93</sup> Entrevista concedida por Manoel Carlos Guimaraes da Silva. **Entrevista II**. [27. jun. 2019]. Entrevistador: Elando Pantoja e Pantoja. Abaetetuba, 2019. Disponível no acervo pessoal de Elando Pantoja.

<sup>94</sup> Entrevista concedida por Neuzilene Peixoto. **Entrevista III**. [27. jun. 2019]. Entrevistador: Elando Pantoja e Pantoja. Abaetetuba, 2019. Disponível no acervo pessoal de Elando Pantoja.

consta na grade curricular da escola, entra no boletim dos alunos”. Por outro lado, o outro professor de ensino religioso disse que:

facultativo, facultativo pra que não, apesar de que se o aluno tiver é como foi ano passado só um aluno é ficou em recuperação é no último semestre, no último bimestre. Eu fiz a recuperação com ele, porque ficou chato pra ele não ter participado das atividades, e ao ter interesse próprio de assistir o encontro a aula, e foi para recuperação<sup>95</sup>.

Pode-se notar que a certa indecisão ao afirmar sobre o ensino religioso ser facultativo ou avaliativo. O próprio diretor disse que:

é, hoje o ensino religioso ele não é nem obrigatório nem facultativo, ele faz parte do currículo é a escola ela oferece é, no Colégio São Francisco aqui na escola Estadual São Francisco é como está dentro da sua estrutura organofuncional, dentro dos quadros de horários, é o aluno todos os alunos participam da aula de ensino religioso, mas é uma disciplina que ela não reprova, mas faz parte do currículo da nossa escola<sup>96</sup>.

No que se refere à Disciplina de Ensino Religioso no Componente Curricular do Ensino Fundamental, ela se apresenta com a maior carga horária em relação aos outros níveis de ensino, possuindo 160 horas<sup>97</sup>. A disciplina ainda possui seu ensino de forma tradicional em relação ao do ensino médio, sendo executada em sala de aula com temáticas voltadas à questão da vida ligada ao comportamento e à orientação da ética.

[...] O fundamental tem seu conteúdo próprio sobre o que é Deus, sobre o sentido da vida é tá tá tá... próprio de um conteúdo de formação, e o médio é tem um encontro de formação com todas as turmas, é feito assim com temas próprios, são temas próprios como os alunos são passando da adolescência pra juventude primeiro, segundo e terceiro ano, é já tem uma caminhada de maturidade de conhecimento sobre o que é religião<sup>98</sup>.

A disciplina é parte integrante do componente curricular e contempla a questão de trabalhos acadêmicos, presença e alguns outros aspectos. O Colégio considera o Ensino Religioso como uma disciplina importante na construção do currículo do aluno e não tem outra disciplina facultativa que possa substituí-la caso algum estudante resolva não participar. Isso leva a crer que ela é de caráter avaliativo.

<sup>95</sup> Entrevista concedida por Antônio Braga da Costa Junior. **Entrevista IV**. [06. agos. 2019]. Entrevistador: Elando Pantoja e Pantoja. Abaetetuba, 2019. Disponível no acervo pessoal de Elando Pantoja.

<sup>96</sup> Entrevista concedida por Manoel Carlos Guimaraes da Silva. **Entrevista II**. [27. jun. 2019]. Entrevistador: Elando Pantoja e Pantoja. Abaetetuba, 2019. Disponível no acervo pessoal de Elando Pantoja.

<sup>97</sup> Projeto Político Pedagógico, 2011, p. 34.

<sup>98</sup> Entrevista concedida por Antônio Braga da Costa Junior. **Entrevista IV**. [06. agos. 2019]. Entrevistador: Elando Pantoja e Pantoja. Abaetetuba, 2019. Disponível no acervo pessoal de Elando Pantoja.

O Colégio promove alguns eventos religiosos<sup>99</sup>, os quais canônicos<sup>100</sup>, que integram todo o corpo docente e discente como uma maneira de unir as pessoas para um bem maior, na concepção religiosa, seria a comunhão de todos. Só que segundo a professora de Ensino Religioso, esses eventos não exigem a participação dos alunos, sendo opcional para eles.

[...] Semana santa tem o retiro para funcionárias, coordenadores, a direção tem o encontro no Laranjal, os alunos são tem na escola na rádio alguma reflexão assim. Tem as festas comemorativas sim, mas são assim em horários de aulas, entendeu? Por exemplo, durante a festa de Conceição, ela vai visitar a escola aquela prática católica, mas não em horário letivo, entendeu? Pode ser no sábado, no feriado aí é convidado todo mundo, mas vai quem quer<sup>101</sup>.

Vale ressaltar que, segundo o diretor, esses eventos são planejados com todo mundo, “no início do ano quando a escola senta para fazer seu planejamento, não só as programações religiosas como também as programações culturais, esportivas, elas são pensadas dentro do calendário letivo”.

Um fator interessante sobre essas comemorações é que diferente do caso do laranjal<sup>102</sup>, são realizadas fora da escola em uma área destinada a retiros e encontros católicos; são exercidas no interior do colégio, sendo geralmente na quadra poliesportiva ou no auditório, ambos os locais comportam um número grande de pessoas. Contudo, a escola possui uma capela que se encontra logo na sua entrada e que é pouco utilizada para fins religiosos. Geralmente, fica aberta para os alunos em qualquer horário, dando total acesso a qualquer um. Outra observação realizada na escola é que ela também possui uma escultura de Nossa Senhora em mármore bem no seu centro, além de outras imagens de representação da fé católica. Nesse aspecto:

cumpra lembrar que é por meio da religião/religiosidade que os homens firmam um entendimento e um relacionamento com o que é transcendente, sobrenatural, abstrato, infinito. Aqui se considera é uma construção social que possui uma função nomizadora e conservadora de uma determina ordem social (BOURDIEU 2009 apud VALENTE, 2015, p. 9).

Esses símbolos religiosos que a escola possui podem ser identificados por meio das imagens.

<sup>99</sup>Segundo o professor de ensino religioso esses eventos estão ligados ao calendário litúrgico, com datas como semana santa e corpus christi.

<sup>100</sup>Canônico tem especial significado quando se refere à Igreja Católica Romana, acompanhando diversos elementos ligados à Igreja: vinho canônico, rito canônico, oração canônica, lista de santos reconhecidos pela igreja etc.

<sup>101</sup> Entrevista concedida por Berenice Ferreira Vasconcellos. **Entrevista V**. [07. agos. 2019]. Entrevistador: Elando Pantoja e Pantoja. Abaetetuba, 2019. Disponível no acervo pessoal de Elando Pantoja

<sup>102</sup> Centro de formação laranjal, Rod. Dr. João Miranda - Aviação, Abaetetuba - PA

**Fotografia I - Capela do Colégio**



**Fonte: Arquivo pessoal do Autor**

**Fotografia II - Nossa Senhora com o menino Jesus localizada no centro da escola**



**Fonte: Arquivo pessoal do Autor**

**Fotografia III - Nossa Senhora da Conceição como simbolismo da padroeira da cidade, encima o Brasão da Diocese de Abaetetuba**



**Fonte: Arquivo pessoal do Autor**

### **3.7 A disciplina de Ensino Religioso no Ensino Médio e no EJA**

O Ensino Médio também tem como princípio a Lei de Diretrizes e Bases 9.394/96, que contém na seção V, Art. I – a consolidação e o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no ensino fundamental, possibilitando o prosseguimento de estudos; e no II- a preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando, para continuar aprendendo, de modo a ser capaz de se adaptar com flexibilidade a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores<sup>103</sup>.

As diretrizes para a organização curricular do Ensino Médio, conforme o art. 36 tem como finalidades: a educação tecnológica básica, a compreensão do significado da ciência, das letras e das artes; o processo histórico de transformação da sociedade e da cultura; a língua portuguesa como instrumento de comunicação, acesso ao conhecimento e exercício da cidadania, e, ainda, adotar metodologias de ensino e de avaliação estimulem a iniciativa dos estudantes. (PPP, 2015, p. 15).

A Lei de Diretrizes orienta um Ensino médio como um prosseguimento dos estudos do Ensino Fundamental, assim como o aprofundamento de conhecimentos dessa etapa, só que agora visando mais a construção da vida em sociedade. Com isso, ele busca integrar saberes construídos de anos escolares anteriores com novos para que o estudante esteja preparado para viver em sociedade e consiga obter êxito profissional e competência pessoal.

---

<sup>103</sup> Projeto Político Pedagógico, 2015, p. 15.

A reorganização da base curricular abre possibilidades para que cada escola possa fazer modificações e adaptações de acordo com a necessidade de sua realidade. Ressaltando os princípios da LDBEN<sup>104</sup>, sendo os seguintes: identidade, diversidade, autonomia, currículo voltado para as competências básicas, interdisciplinaridade e contextualização. Portanto, cada escola deve construir seu currículo seguindo esses princípios básicos, e o Colégio São Francisco Xavier tende a definir sua proposta pedagógica, seguindo esses princípios de diversidade, associando-os com uma matriz curricular que gere uma competência acadêmica e pessoal, tornando o indivíduo mais ativo e tolerante. Não esquecendo que ele age em conformidade com a comunidade e seus alunos para que dessa forma possa gerar um Projeto Político Pedagógico que efetive sua ação democrática e contemple a realidade vivida dos alunos e da comunidade.

Sobre a disciplina de Ensino Religioso, o ensino médio possui um ensino diferente em relação ao Fundamental. Mesmo que ambos se voltem à mesma temática sobre vida e busquem os mesmos objetivos de prosperidade espiritual e ética, a forma que a disciplina se dá é diferente. Isso porque no Ensino Médio, as aulas são substituídas por encontros mensais fora da sala de aula, geralmente ocorrendo dentro do auditório da escola, com uma duração de 5 horas<sup>105</sup>. Como já mencionado, esses encontros abordam temas que envolvem a vida e a religião, presentes em nossa realidade. E assim como o ensino fundamental, não a uma disciplina facultativa que substitua a de Ensino Religioso. Ademais, os alunos que não participarem dos encontros terão que desenvolver redações com os temas desses encontros ou atividades com critério de avaliação, e a decisão fica a cargo do professor.

no caso os encontros eles são pros terceiros ano que não tem aula em sala, entendeu? As turmas que tem encontro elas não têm aula em sala. A religião na sociedade dentro do, a gente tenta ver assim por exemplo, vai trabalhar no Enem o aspecto político da religião como a religião é utiliza espaço público, como a religião interfere na economia, busca assim é temas assuntos que vão de alguma forma ajudar eles no Enem. Inclusive é trabalhado muito redação, eles participam de encontros e depois fazem redação do que aconteceu nos encontros, essas redações são avaliativas e que gera a nota deles. Na verdade, é assim quem participa do encontro não é obrigado fazer a redação, entendeu? Ele já tem a nota pela frequência, pela presença<sup>106</sup>.

Essa mudança em relação ao Ensino Médio é algo relativamente novo, uma vez que alguns anos atrás a escola resolveu aumentar a carga horária dos ensinos médios com viés preparativo para o Enem, isso especificamente voltado para os alunos dos terceiros anos, fazendo com que as aulas de Ensino Religioso fossem afetadas.

A disciplina de ensino religioso ela tem uma aula por semana, 45 minutos, então nós percebemos que é não era muito rendoso, os alunos não tinham muito proveito então

<sup>104</sup> Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

<sup>105</sup> Essa duração de tempo foi dita pelo diretor, sendo que ela não está presente de forma escrita nos PPPs.

<sup>106</sup> Entrevista concedida por Berenice Ferreira Vasconcellos. **Entrevista V.** [07. agos. 2019]. Entrevistador: Elando Pantoja e Pantoja. Abaetetuba, 2019. Disponível no acervo pessoal de Elando Pantoja.

a gente resolveu tirar do horário normal das aulas e organizar um encontro por mês de 4 horas e que são debatidos assuntos importantes dentro da epistemologia religiosa<sup>107</sup>.

O Colégio também atende a Educação de Jovens e Adultos (EJA) no turno da noite, a educação para essas pessoas é um pouco diferente das demais em decorrência dos alunos apresentarem situações econômicas de pouco rendimento. Tais alunos moram em periferias e apresentam uma renda familiar de até um salário mínimo, a também questões em relação ao trabalho, visto que grande parte trabalha durante o dia e estuda à noite. Por isso, a educação dessas pessoas é diferenciada, e o Projeto Político Pedagógico possui ações que se voltam à melhoria e à permanência dos seus alunos.

A disciplina de ensino religioso para essas pessoas possui carga horária de 120 horas<sup>108</sup> e é dada em sala assim como no ensino fundamental; as temáticas e objetivos não fogem das demais, e assim tenta-se atribuir valores educacionais e éticos.

Mesmo que os conteúdos se diferenciem de acordo com o grau educacional, todos tentam se voltar para um ensino que vise uma questão ética e moral. Em suma, por mais que seja uma escola de predominância católica, segundo a professora de Ensino Religioso, os conteúdos não se voltam só para essa religião. Ela disse que “não, não porque nós temos formação pra ir pra sala de aula fazer proselitismos, né? A gente passa por uma universidade que nos ensina a trabalhar a religião de forma científica é ciência da religião, então a gente não tá lá pra fazer proselitismo de jeito nenhum”.

O Colégio possui o sistema de Orientação Religiosa, presente em seus PPPs, ele é como se fosse uma continuidade do processo de ensino religioso, porque age de forma a motivar o censo religioso e a espiritualidade do ambiente educacional, além de cultivar relações para uma cultura de paz e da solidariedade. Dessa forma, para além do ensino em sala, ele utiliza ações como mensagens pela rádio da escola, retiros espirituais e os encontros de formação, os quais são justamente realizados pelo Ensino Médio.

Foi observado que o Colégio mantém uma prática religiosa cotidianamente com o objetivo de envolver todos os alunos. Essa prática consiste em um momento inicial de oração antes das aulas, ou seja, independente da disciplina ou do professor, os alunos tiram uns minutos iniciais da aula, sendo sempre no primeiro horário em qualquer turno. Esse primeiro momento geralmente é realizado pelo líder de turma que é eleito de forma democrática pelos demais colegas. A escolha é realizada no início do ano e todos os anos ela acontece. Esse aluno fica

---

<sup>107</sup> Entrevista concedida por Manoel Carlos Guimarães da Silva. **Entrevista II**. [27. junho. 2019]. Entrevistador: Elando Pantoja e Pantoja. Abaetetuba, 2019. Disponível no acervo pessoal de Elando Pantoja.

<sup>108</sup> Projeto Político Pedagógico, 2011.

conhecido como líder religioso e possui como uns dos objetivos iniciar o momento de oração e de reflexão, bem como é responsável em levar, em alguns momentos, textos reflexivos, leituras espirituais ou não, e ainda, informativos sobre eventos e comemorações religiosas.

[...] nós temos em cada turma os 5 primeiros minutos de cada aula momentos de orações, mas não é momentos apenas dentro das orações do catolicismo, então fica aberto para os alunos trabalharem inclusive letras de músicas, poemas, é mensagens, é passagens bíblicas, coisas que falem da história dos homens, é as questões sociais, políticas e econômicas à luz dos evangelhos de Jesus Cristo<sup>109</sup>.

É importante entender que isso é uma prática religiosa da escola que se mantém há alguns anos, e que parte da ideia de que, em assuntos de fé, a religião procura aproximar aqueles que são iguais e excluir aqueles que são diferentes (PRANDI, 2008, p.159; BOURDIEU, 2009, p.43 apud VALENTE, 2015, p.13), e por ser um hábito católico, é valioso saber se há alunos que optam por não realizarem essa ação em sala, o que segundo a professora de Ensino Religioso:

ele fica à vontade para não fazer, tem evangélico que não reza ave maria, entendeu? Então, a gente tenta não fazer orações específicas, por exemplo, o pai nosso é abrangente todas as religiões aceitam, então é feita a oração do pai nosso no primeiro horário devocional, mas se o aluno é ateu e não quer fazê-lo fica à vontade<sup>110</sup>.

Como apontado, uma aluna praticante de religião de matriz africana, umbanda, disse que a escola respeita a religião alheia e que não exige dos alunos a prática dessas ações. O diretor também argumenta que faz de tudo para poder garantir o direito dos alunos e uma educação pública de qualidade. O que reforça mais a fala da professora de Ensino Religioso quando diz sobre a forma de ensinar em sala: “A gente passa por uma universidade que nos ensina a trabalhar a religião de forma científica é ciência da religião, então a gente não tá lá pra fazer proselitismo de jeito nenhum”.

### 3.8 Gestão escolar democratizante

Ainda sobre a questão da Gestão Democrática do Colégio, há uma ação coletiva junto à Coordenação Pedagógica, na qual:

Quando falamos da gestão democrática na escola, estamos é claro falando também em descentralização do poder, isso pode ser feito incentivando a participação e respeitando as pessoas e suas opiniões, onde os coordenadores pedagógicos, juntamente com os gestores devem criar um clima de confiança entre os vários segmentos das comunidades escolar e local, ajudando a desenvolver competências básicas necessárias à participação. É assegurado no âmbito da coordenação pedagógica a articulação entre gestão e organização da escola, mediante o exercício da gestão democrática (participativa, descentralizada e autônoma) (PPP, 2015, p 28).

<sup>109</sup> Entrevista concedida por Manoel Carlos Guimarães da Silva. **Entrevista II**. [27. junho. 2019]. Entrevistador: Elando Pantoja e Pantoja. Abaetetuba, 2019. Disponível no acervo pessoal de Elando Pantoja.

<sup>110</sup> Entrevista concedida por Berenice Ferreira Vasconcellos. **Entrevista V**. [07. agos. 2019]. Entrevistador: Elando Pantoja e Pantoja. Abaetetuba, 2019. Disponível no acervo pessoal de Elando Pantoja.

Tendo como base Bourdieu (1998) considerando que os campos sociais, possuem uma estrutura, um espaço de jogo, onde um conjunto de relações objetivas entre posições historicamente definidas se entrelaçam, onde os atores sociais ocupam uma posição já determinada, onde estão relacionados a certos interesses “orientados para a produção de efeitos sociais”. Essa ideia de interesse está intrinsicamente ligada “as estratégias de manipulação simbólica que tem em vista determinar, através da distribuição mental ou objetiva (emblemas, bandeiras) atos de percepção de conhecimento e ou reconhecimento”, fazendo agir em diferentes campos sociais no caso político, religioso e cultural<sup>111</sup>. Portanto, podemos dizer que essa coletividade administrativa do colégio gera uma democratização em torno dos participantes da comunidade local e estudantil, dessa forma descentralizando o poder que ocorre no colégio gerando o ato democrático e coletivo com outros.

A escola se mostra exercendo um ato democrático dentro dos seus setores e estendendo à comunidade, e mostrando que para além de democratizar a própria práxis, é fazer com que ela também seja democrática e que valorize a diversidade cultural, onde estiverem inseridos poder aquisitivo, faixas etárias distintas, etnia, sexo, habilidades e competências individuais de cada pessoa. E fazendo com essas diferenças individuais não sejam um problema, mas que as utilizem para realizar um trabalho coletivo, eliminando qualquer barreira que apareça em detrimento das diferenças sociais, religiosas e etc.

E em soma a tudo a que já foi dito, o colégio recebeu o Prêmio de Referência Nacional em Gestão<sup>112</sup>, sendo a 1ª Escola premiada como referência estadual pelo Comitê Estadual. E em virtude desse prêmio junto à parceria firmada com o CONSED<sup>113</sup>, a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), concebeu ao gestor Manoel Carlos Guimaraes da Silva, uma viagem para a Europa para aperfeiçoamento em Gestão Escolar.

A viagem lhe permitiu novos conhecimentos que proporcionaram uma reflexão profunda das práticas já existentes no Brasil, assim a escola tomou uma nova posição em relação a sua equipe gestora para assim melhorar e garantir uma educação pública de qualidade. E uma das mudanças ocorridas foi a intensificação do vínculo professor-aluno-família-comunidade, por intermédio da culminância de projetos que visem à valorização da cultura, da arte, da realidade e da ciência.

---

<sup>111</sup> BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000, p 107-113.

<sup>112</sup> O Colégio participou pela primeira vez, no ano de 2004 do concurso de Referência Nacional em Gestão Escolar, sendo classificada a melhor do Estado do Pará. Em 2012 concorreu novamente ao prêmio gestão 2013.

<sup>113</sup> Conselho Nacional de Secretários da Educação.

Os PPPs mostram que a escola tenta buscar uma educação que vise o coletivo, seja na questão do aprendizado em que ela tenta passar valores que retratam a vida dos alunos e que ajudarão no futuro profissional e pessoal deles.

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Buscou-se evidenciar nessa pesquisa como que no atual cenário constitucional brasileiro uma escola pública de tradição religiosa cristã, mais precisamente católica, mantém uma relação de Cooperação técnica e Comodato com o Estado. E por meio disso, procurou-se, mais especificamente identificar mediante entrevistas, observações em sala de aula e do espaço físico, além da análise dos Projetos Políticos Pedagógicos, como que o colégio que é vinculado à Diocese da cidade, mas também pertencente ao Estado, respeita a laicidade dentro do seu ambiente escolar educacional.

A pesquisa teve como alguns objetivos compreender como a escola sendo vinculada à Diocese, respeita um ambiente laico, e qual o papel dos gestores para que isso aconteça. Além de analisar atitudes que viriam a pressupor a naturalidade de existir uma verdade única. Para tal, a pesquisa aborda a Constituição Brasileira e o papel do Estado, essa que em determinada medida reproduz uma influência cultural e religiosa, chamada de “tradição”. As Constituições de 1889 e 1937 foram as únicas que não fizeram menção a Deus em suas cartas. A constituição de 1824 mantém o catolicismo como credo oficial, permitindo assim que as outras igrejas mantivessem seus cultos domésticos e casa sem aspecto exterior de templo. Somente com a constituição de 1891, que influenciada pelos ideais liberais, promoveu a separação entre Igreja e Estado e que se manteve nas constituições seguintes garantindo, com formulações distintas, a liberdade matricial de consciência, de crença e de culto.

Com base nisso, no primeiro capítulo, procuramos abordar de uma maneira geral e processual a educação brasileira ao longo dos séculos. Todavia, não apenas ela, mas também de uma forma mais específica, a educação do Pará e da cidade de Abaetetuba. Com isso, colocou-se através de uma cronologia histórica, indicando seu momento originário com a educação dada pelos jesuítas no período colonial, passando pelo Império e pela República. Fazendo também algumas análises da educação com relação à Igreja sobre a égide constitucional de cada momento.

Por meio disso, podemos perceber que apesar de o sistema educacional brasileiro tentar abranger a nação como um todo, cada local teve uma experiência e um sistema educacional voltado mais para seu entorno, mesmo sobre um sistema nacional. Como tal, o período Republicano iniciado em 1889, que tinha como uma das principais visões o progresso da nação e que se caracterizou por desfazer a relação Igreja/Estado, e que por meio disso, inferiu diretamente na educação rompendo com moldes educacionais da monarquia. Em conclusão, foi reorganizado o espaço e o tempo escolar a partir de um novo método de ensino- aprendizagem.

E no Pará, mesmo sobre a nova ótica republicana, ainda se tinha uma educação voltada para uma base religiosa, que estaria ligada à tradição cristão-católica familiar e de amor à pátria.

E mesmo Abaetetuba pertencendo ao Pará, ela não vivenciou esse progresso como Belém, capital do estado, já que sua educação nesse período era precária com parte dos professores vindo da capital. Nessa conjuntura, a cidade não foi a única do interior que vivenciou isso, o que demonstra que independente de ambas pertencerem a um sistema educacional nacional, elas tiveram suas particularidades.

O segundo capítulo adentra na análise da relação do colégio com o Estado, como também aborda alguns aspectos históricos do colégio que refletem hoje na sua referência como escola estadual e também formação religiosa. Para isso, coube ao trabalho mostrar a relação através dos documentos que viabilizam o espaço físico, atribuindo alguns equipamentos, e também um quadro de professores pertencentes à SEDUC. Ademais, a dependência pedagógica permite que a escola elabore seus PPPs de forma autônoma, apenas com a necessidade da aprovação da SEDUC. Outro aspecto importante desse capítulo foi a análise dos PPPs com base nas entrevistas feitas, do mesmo modo a análise em sala e do espaço referente a todo o corpo estudantil.

Também serviu para mostrar como que o colégio que tem seu PPP elaborado de forma dependente, diferente das demais escolas estaduais, lida com a diversidade cultural e religiosa dentro do seu espaço escolar, seja na questão da estrutura física ou principalmente da questão educacional. Como que um colégio com base cristã transmite e trabalha com as demais religiões, e até mesmo quem não pertence a nenhuma. No capítulo, foi tratado o ensino religioso e como ele é trabalhado no Ensino Fundamental e Médio, abordando também o EJA, e como ambos os níveis educacionais têm como princípio a Lei de Diretrizes e Bases.

Em suma, com os resultados obtidos por meio da pesquisa, podemos dizer que o Colégio São Francisco Xavier, mesmo com sua tradição católica, respeita os direitos dos alunos e as diferenças religiosas presentes dentro da escola. Garantido assim uma educação que não fica presa a uma verdade única, demonstrando que a Gestão escolar do colégio, o corpo administrativo e educacional, como o diretor, os professores e etc. agem de forma democrática em respeito à laicidade.

Entretanto, por mais que ele garanta e respeite os direitos e opiniões dos alunos, pertencentes ou não a uma religião, vai de encontro ao artigo 19 da Constituição, que veda a União aos Estados, ao Distrito Federal assim como os Municípios, de manter com eles ou com seus representantes, relações de dependência ou aliança, ressalvada, na forma da lei, a colaboração de interesse público. Nesse caso, a relação que atribui ao colégio o espaço físico e

dependência pedagógica através do Acordo de Comodato e de Cooperação técnica feita através da Diocese e do Estado, fere a Constituição, mais precisamente o artigo 19.

Em resumo, o Colégio São Francisco Xavier, no que concerne a uma Gestão Democrática Escolar frente ao Estado laico, preserva a diversidade religiosa, garantindo o respeito aos alunos, porque exerce uma gestão democratizante que vai além dos muros das escolas e se estende a toda comunidade, de maneira a saber lidar com toda a pluralidade cultural presente em nossa sociedade.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBERT, Verena. “Fontes orais: Histórias dentro da História”. In.: PINSKY, Carla B. (org.) Fontes Históricas. São Paulo: Contexto, 2006. pp.155-202.

AMORIM, C. R. T. C; SILVA, L. P. R. O movimento estudantil paraense e a comunicação alternativa na Ditadura Militar de 1964-1985. ALCAR 2015, 10º ENCONTRO NACIONAL DE HISTÓRIA DE MÍDIA, 2015, UFRGS, PORTO ALEGRE, RIO GRANDE DO SUL. P 16.

ARAÚJO, M. A. M. L. **A GESTÃO PREMIADA: a experiência de gestão do C.E.E.M.R.C. São Francisco Xavier em Abaetetuba – Pará.** (Doutorado em Educação) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Ciências da Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Belém, 2012.

BARROS, José d’Assunção. A nova História Cultural – considerações sobre o seu universo conceitual e seus diálogos com outros campos históricos. In: Cadernos de História. Belo Horizonte, v. 12, nº 16, 1º sem. 2011. p. 38-63.

BASTOS, M.H.C. **A instrução pública e o ensino mútuo no Brasil: uma história pouco conhecida.** (1808-1827). História da Educação. ASPHE/FaE/UFPel.Pelotas (1): 115-133, abr.199.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000, p 107-113.  
SOUZA, Mauro Ferreira. **A Igreja e o Estado: Uma Análise da Separação da Igreja Católica do Estado Brasileiro Na Constituição De 1891.** São Paulo: Universidade Presbiteriana Mackenzie, 2007.

BRASIL, MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO **CÂMARA DE EDUCAÇÃO BÁSICA.** Resolução CNE/CEB 7/2010. Diário Oficial da União, Brasília, 15 de dezembro de 2010, Seção 1, p. 34.

BRASIL, MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO **CÂMARA DE EDUCAÇÃO BÁSICA.** Resolução CNE/CEB 4/2010. Diário Oficial da União, Brasília, 14 de julho de 2010, Seção 1, p. 824.

BRASIL, MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO CONSELHO NACIONAL DE. **Despacho do Ministro em 12/12/2002, publicado no Diário Oficial da União de 13/12/2002, Seção 1, p. 96. EDUCAÇÃO.**

CARDOSO, S. R. P. **A INSTRUÇÃO PÚBLICA PARANESE EM 1832 SOB A PERSPECTIVA DA OBRA ENSAIO COROGRAFICO SOBRE A PROVINCIA DO PARÁ.** Universidade Federal de Pelotas, 20 de março de 2008.

COSTA, Rafaela Paiva. **A FORMAÇÃO DE PROFESSORES DA PRIMEIRA REPÚBLICA NO PARÁ (1900-1904).** 2011. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Educação na Linha de Currículo e Formação de Professores). Universidade Federal do Pará, Belém, 2011.

COSTA, E.S. **CIVILIZAR A NAÇÃO PELA INSTRUÇÃO PÚBLICA: FORMAÇÃO DE PROFESSORES E ENSINO PRIMARIO NO PARÁ (1891-1909).** Dissertação (Mestre em Educação). Faculdade de História, Universidade Federal do Pará, Belém, 2015.

COSTA, Rafaela Paiva. *Manuais Escolares e o “Dilema Brasileiro” o esforço civilizatório e a Educação da Primeira República no Pará* (1890-1930). (Monografia em História) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal do Pará, Belém, 2008.

CORRÊA, Paulo Sérgio de Almeida. A REFORMA DO ESTADO NO ANOS 90 E SUAS IMPLICAÇÕES ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS NA REGIÃOAMAZÔNICA. *Papers do NAEA - Papers do NAEA, PAPERS DO NAEA Nº 154, p 29*, Belém, janeiro de 2000.

CURY, Carlos Roberto Jamil. *O Direito à Educação: Um campo de atuação do gestor educacional na escola*. Brasília, Ministério da Educação, 2006.

DAWKINS, Richard, **1941- Deus; um delírio/ Richard Dawkins**; tradução de Fernanda Ravagnani. – São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

**Declaração Universal dos Direitos Humanos**. ONU, 1948.

DAMASCENO, Alberto. NOTAS SOBRE A EDUCAÇÃO PARAENSE NA SEGUNDA REPÚBLICA. *Revista HISTEDBR On-line, Campinas, nº 62, p.229-241, mai2015 – ISSN: 1676-2584*.

DAMASCENO, Alberto. A instrução no Grão-Pará imperial: do ato adicional de 1834 ao relatório Gonçalves Dias. *Rev. bras. hist. educ., Maringá-PR, v. 17, n. 1 (44), p. 37-64, janeiro/março 2017*.

HARTWIG, Fátima Bandeira. **O respeito à laicidade da escola pública na perspectiva de gestão democrática**. 60, [7] f. Monografia (Especialização em Gestão Escolar) —Universidade de Brasília, Brasília, 2014.

<http://abaeteagora.blogspot.com/2011/02/origem-do-municipio-de-abaetetuba.html>. Acesso em: 06 julho. 2019.

<http://ademirhelenorocha.blogspot.com/2015/02/>. Acesso em: 06 julho. 2019.

<https://apocalypseaccess.wordpress.com/2014/06/24/a-importancia-do-periodo-pombalino-para-a-educacao-brasileira/>. Acesso em: 08 julho. 2019.

[http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil\\_m/abaetetuba\\_pa](http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/abaetetuba_pa). Acesso em: 06 julho. 2019

<http://www.csfx.org.br/nossaescola.html>. Acesso em: 08 julho. 2019.

<http://www.diarioonline.com.br/noticias/para/noticia-426229-.html>. Acesso em: 08 julho. 2019.

<http://m.diarioonline.com.br/noticias/para/noticia-514816-a-cada-100-alunos-do-ensino-medio-no-para-46-estao-em-atraso-escolar.html>. Acesso em: 06 julho. 2019.

<http://odiarioimperial.blogspot.com/2015/11/a-educacao-no-imperio.html>.

<http://memoriasdaditadura.org.br/educacao-basica/>. Acesso em: 06 julho. 2019.

<http://www.deolhonosplanos.org.br/municipio/abaetetuba-pa/>. Acesso em: 06 julho. 2019.

<http://www.escolas.inf.br/pa/abaetetuba>. Acesso em: 06 julho. 2019.

[http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/periodo\\_imperial\\_intro.html](http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/periodo_imperial_intro.html). Acesso em: 10 agosto. 2019

[http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/artigos\\_frames/artigo\\_057.html](http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/artigos_frames/artigo_057.html). Acesso em: 10

<https://www.portalsaofrancisco.com.br/historia-do-brasil/educacao-no-brasil>. Acesso em: 10

<http://periodicos.pucminas.br/index.php/cadernoshistoria/article/view/P.2237.8871.2011v12n16p38/2958>. Acesso em: 10 agosto. 2019.

[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 05 julho. 2019.

<https://www.sistemas.pa.gov.br/sisleis/legislacao/3023>. Acesso em: 05 julho. 2019.

<http://www.fgv.br/CPDOC/BUSCA/dicionarios/verbete-tematico/movimento-brasileiro-de-alfabetizacao-mobral>. Acesso em: 06 julho. 2019.

<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decllei/1960-1969/decreto-lei-477-26-fevereiro-1969-367006-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 05 julho. 2019

<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-5692-11-agosto-1971-357752-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 05 julho. 2019

LIMA, Lauro de Oliveira. Estórias da educação no Brasil: de Pombal a Passarinho. 3. ed. Rio de Janeiro: Brasília, 1969. 363 p.

MALHEIROS, Rogerio Guimaraes. **Formação de professores na Província do Grão-Pará: os discursos de seus administradores acerca da necessidade de se instaurar uma Escola Normal (1838-1871)**. 2012. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-graduação em Educação, Instituto de Ciências da Educação, Universidade Federal do Para, Belém, PA, 2012. Disponível em: <http://repositorio.ufpa.br/jspui/Handel/2011/3255>. Acesso em: 4 set. 2016.

PANTOJA, S. M; DAMASCENO, A. O PROFESSOR NA PRIMEIRA REPÚBLICA NO PARÁ: notas sobre seu papel e função na relação família x escola. *Revista Exitus*, Santarém/PA, Vol. 8, Nº 3, p. 199 - 223, SET/DEZ 2018.

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO, do Colégio São Francisco Xavier, 2011 a 2015.

REIMER, Haroldo. Liberdade Religiosa na História e nas Constituições do Brasil. /Haroldo Reimer. – São Leopoldo: Oikos, 2013.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. História da educação no Brasil. 13. ed. Petrópolis: Vozes, 1991.

SANTOS, Benedita do Socorro Matos. **Ensino e Educação no Maranhão e Grão-Pará sécs. XVII e XVIII** – Os jesuítas e prática missionária através da obra de J. Felipe Bettendorff (1638-1759). Largo Marquês de Marialva: Universidade Évora, abril, 2016.

SANTOS, B. S. M. SOUSA, A. N. A prática missionária jesuítica no estado do Maranhão e Grão-Pará (século XVII). **ANAIS DO II ENCONTRO DE DISCENTES DE HISTÓRIA DA UNIFAP, 22,23,23 E 25 DE AGOSTO DE 2017**, Macapá, Ap. VERAS, Dimas Brasileiro. O ensino superior brasileiro nos anos de ditadura: a reforma universitária e a revista de cultura da UFPE (1964-1968). **Revista principia**, João Pessoa, nº 25, p 1-13, dez 2014.

VIDAL, Diana Gonçalves. *Culturas Escolares: estudo sobre as práticas de leitura e escrita na escola pública primária (Brasil e França, final do século XIX)*. Campinas – SP: Autores Associados, 2005.

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 3ª Edição. Porto Alegre: Bookman, 2005.

ZICHIA, A.C. *o direito a educação no Período Imperial: um estudo de suas origens no Brasil*. Dissertação (Mestrado em Educação). Faculdade de Educação da USP. São Paulo, 2008.

### ANEXO A – Roteiro de Entrevista com o Aluno

1. Você acha que os direitos dos alunos em relação à religião são respeitados no ambiente escolar?

**R: Sim, todos os funcionários, os professores e funcionários respeitam a religião alheia.**

2. Você acha que a escola consegue lidar com a diversidade cultural e religiosa presente nela?

**R: Sim, muitas das vezes, eles não sabem dessa diversidade, pois as religiões mais comuns lá são o catolicismo e evangélicos.**

3. Acontecem práticas religiosas dentro da escola? Se sim, quais?

**R: Acontecem, missas e encontros de formação religiosa voltados para o catolicismo**

4. Já presenciou algum caso de descaso de um aluno por conta de sua religião?

**R: Não, todos respeitam a religião alheia.**

5. Você já se sentiu vítima de preconceito devido à sua religião?

**R: Não, minha religião é de matriz africana. Porém, envolve o catolicismo, vou as missas inclusive.**

## ANEXO B - Roteiro de Entrevista com o Diretor

1. Você considera a escola na qual é diretor como uma escola que respeita a laicidade?

**R: De certeza, apesar do vínculo da nossa escola com a igreja católica, através da Diocese de Abaetetuba, mas o respeito à individualidade, à subjetividade é não só da questão religiosa como as demais questões que envolvem os seres humanos são de fundamental importância que sejam respeitadas. Então por isso, é nós acreditamos em Deus que é vida que é pai que é amor, então, todas as religiões elas dentro da visão do cristianismo são trabalhadas dentro da nossa escola e nós respeitamos é as religiões que nossos alunos é têm que isso é de fundamental importância dentro do contexto da educação.**

2. Acontecem práticas religiosas dentro da escola?

**R: De certeza, nós temos em cada turma os 5 primeiros minutos de cada aula momentos de orações, mas não é momentos apenas dentro das orações do catolicismo, então, fica aberto para os alunos trabalharem inclusive letras de músicas, poemas, é mensagens , é passagens bíblicas, coisas que falem da história dos homens, é as questões sociais, políticas e econômicas à luz dos evangelhos de Jesus Cristo.**

3. Você acredita que os direitos dos alunos sobre a questão religiosa são respeitados no ambiente escolar?

**R: Olha pelo menos aqui nós fazemos de tudo para garantir é o respeito não só o direito a ter uma religião, mas o direito de ter uma educação pública de qualidade.**

4. Já presenciou algum caso de descaso de um aluno por conta de sua religião?

**R: Não, aqui dentro da escola não. E também mesmo em outras escolas que eu trabalhei em Abaetetuba eu sempre presenciei o respeito à diversidade religiosa.**

5. Até que ponto a Diocese interfere na tomada de decisões pedagógicas do colégio?

**R: Veja bem, a diocese apesar de ela ser a mantenedora juntamente com a Secretaria de Estado da Educação da Escola Estadual São Francisco Xavier, por outro lado ela é dá liberdade para que a autonomia política administrativa da escola seja garantida. Então, é eles têm um acompanhamento, é a grande preocupação da Diocese é com que os valores é cristãos eles sejam vivenciados dentro da escola, então, eles acabam respeitando aquilo que o coletivo dessa comunidade educacional é acredita enquanto valor da vida humana.**

6. Como é tratada a disciplina de Ensino Religioso no Projeto Político Pedagógico?

**R: Olha, hoje nós trabalhamos dentro daquilo que são os direitos do aprender do aluno, então, ela é tratada é como uma disciplina formativa, uma disciplina que conscientiza, que politiza, uma disciplina que desperta no aluno é o sentimento do amor ao próximo, ao outro, no sentido de que a luz daquilo que foi o grande inspirador de todos os homens da**

peessoa de Jesus Cristo, ele possa ter um projeto de vida e viver é os ensinamentos desse Cristo aqui na terra.

7. As aulas de Ensino religioso são de caráter facultativo ou avaliativo?

**R: É, hoje o ensino religioso ele não é nem obrigatório nem facultativo, ele faz parte do currículo é a escola ela oferece é, no Colégio São Francisco aqui na escola Estadual São Francisco é como está dentro da sua estrutura organofuncional, dentro dos quadros de horários, é o aluno todos os alunos participam da aula de ensino religioso, mas é uma disciplina que ela não reprova, mas faz parte do currículo da nossa escola**

8. Como e porque ocorreu essa mudança na disciplina de Ensino Religioso em relação ao Ensino Médio?

**R: A disciplina de Ensino Religioso ela tem uma aula por semana, 45 minutos, então, nós percebemos que é não era muito rendoso, os alunos não tinham muito proveito, então, a gente resolveu tirar do horário normal das aulas, e organizar um encontro por mês de 4 horas, e que são debatidos assuntos importantes dentro da epistemologia religiosa.**

9. O colégio discute essa temática de Laicidade e traz alguma formação continuada docente sobre este tema? Senão como abordar este assunto?

**R: Olha, discutir a laicidade não. Nós trabalhamos o respeito às questões laicas, porque nós estamos num Estado Laico, então, é nós discutimos a importância do respeito, mas discutir e promover uma formação é nos ainda não experienciamos nessa formação.**

10. Como são tratadas e planejadas as comemorações de datas festivas cristãs dentro da escola?

**R: É planejado com todo mundo, no início do ano quando a escola senta pra fazer seu planejamento, não só as programações religiosas, como também as programações culturais, esportivas elas são pensadas dentro do calendário letivo.**

11. A opinião dos professores no que tange o conteúdo de Ensino Religioso é levada em consideração na elaboração do PPP?

**R: De certeza, é todas as disciplinas os professores sentam ou por área ou até mesmo por disciplina, e eles definem aquilo que vão ensinar respeitando aquilo que hoje a base curricular nacional estabelece, nela está bem claro quais são os objetivos da aprendizagem que todo é qualquer brasileiro tem que aprender.**

### ANEXO C - Roteiro de Entrevista com a Gestão escolar

1. Qual o papel da Gestão Democrática no respeito à Laicidade do Estado?

**R: quando se trata de gestão democrática ne? Fica bem claro a liberdade de expressão, de atitudes, e de ações vinculados ao direito, ao direito individual de cada sujeito, o direito de ter sua liberdade em relação a sua religião que adota**

2. Qual o papel do gestor na garantia dos direitos dos alunos?

**R: enquanto equipe gestora, todas as terças feiras nós nos reunimos para discutir as demandas que emergem dentro do Colégio, e aí essas demandas elas são discutidas e tudo que é encaminhado é encaminhado de forma democrática, com as observações e inferências das coordenações tanto do turno da manhã, da tarde quanto da noite.**

3. Como é tratado a disciplina de Ensino Religioso no Projeto Político Pedagógico?

**R: meu querido, a disciplina é tratada na mesma equivalência que as demais disciplinas, até porque o colégio trabalha muito a formação de valores, valores vinculados ao exercício da cidadania, como eu falei antes a liberdade de expressão, aqui no colégio nós temos uma clientela bem diversa. Nós temos alunos evangélicos, alunos católicos e com certeza de outras religiões, então democraticamente eles são bem acolhidos independente de sua religião, cor, raça.**

4. Como e porque ocorreu essa mudança na disciplina de Ensino Religioso em relação ao Ensino Médio?

**R: olha, os alunos do ensino médio eles trabalham a disciplina de ensino religioso, e por exemplo no 1ª bimestre como a escola é católica, do alinhamento católico, a gente trabalha sempre da campanha da fraternidade, e durante os demais bimestre se trabalha temática voltada a formação de valores, vivencia de valores, e respeito a diversidade , voltado também para inclusão para o acolhimento, e todas as pessoas independente de como eu já falei de cor, raça, credo.**

5. A Diocese interfere de forma direta no PPP?

**R: nem direta nem indiretamente, a diocese a linha filosófica presente no PPP ela tá alinhada ao pensamento da igreja católica, porem a escola em si ela trabalha no seu coletivo tudo e discutido democraticamente as decisões e os planejamentos. Não a diocese não interfere.**

6. A opinião dos professores em relação à religião é levada em consideração na elaboração do PPP?

**R: porque assim, todos os professores que estão aqui no colégio os evangélicos os católicos e outros demais pensamentos religiosos eles sabem que a sua escola, a sua essência é**

católica, então a um respeito muito grande. Inclusive por exemplo dois professores de ensino religioso eles são professores que são evangélicos, mas devido nosso planejamento, devido ao plano de ensino eles trabalham dentro dessa linha de respeito a diversidade, quer dizer eles estão aqui sabem que existe toda a essência católica, entretanto aqui eles são docentes.

7. O colégio discute essa temática de Laicidade e traz alguma formação continuada docente sobre este tema? Senão como abordar este assunto?

**R:** formação específica voltada para a laicidade? Não, nós temos momentos de formação dentro do colégio onde se elegem temas, esse tema não deixa de tá passando por outras temáticas. Tudo que é discutido é voltado para a melhoria da qualidade do processo de ensino aprendizagem, os projetos pedagógicos e sócios educativos, nós temos vários momentos aqui, várias programações que elas acontecem pra atender algumas especificidades mas principalmente pra envolver a comunidade escolar, pra envolver os alunos ne, então eu acho que isso é um reflexo é de tudo aquilo que a escola acredita que é principalmente acolher e respeitar o outro.

8. Como são tratadas e planejadas as comemorações de datas festivas cristãs dentro da escola? E são celebrações cristãs ecumênicas ou exclusivamente católicas?

**R:** organizado uma programação e essa programação é trabalhada via rádio, todas as nossas salas elas tem uma caixinha, então na reunião na primeira reunião do colégio a reunião geral com o pais, direção ela informa os pais que devido a escola ter cunho católico algumas programações elas vão ser direcionada nesse cunho, semana da pascoa tem uma programação específica. Só que a nossa programação, ela é uma programação bem fraterna, eu posso dizer, ela é bem acolhedora ela não direciona muito assim ela vem trabalhando a religiosidade contextualizando, trazendo pontos de reflexão, traz temas que aborda, tratada o evangelho trazendo o evangelho, aí dentro desse evangelho é contextualizado.

## ANEXO D - Roteiro de Entrevista com o Professor de Ensino Religioso de Matriz Católica

1. Qual sua denominação religiosa?

**R: católica**

2. O seu vínculo com a escola é de forma indicativa, contratual ou através de concurso?

**R: é contrato, pela diocese como a escola é como é com vínculo de contrato com a diocese que me convidaram pra lecionarem, acompanhar**

3. As aulas de Ensino religioso são de caráter facultativo ou avaliativo?

**R: facultativo, facultativo pra que não, apesar de que se o aluno tiver é como foi ano passado só um aluno é ficou em recuperação é no último semestre, no último bimestre. Eu fiz a recuperação com ele, porque ficou chato pra ele não ter participado das atividades, e ao ter interesse próprio de assistir o encontro a aula, e foi para recuperação**

4. Como são realizados esses encontros mensais de cunho Religioso?

**R: o encontro em si, tem uma programação de uma atividade de formação humana é social e religiosa, as três coisas precisam ter esse interesse são temáticas é... mensais para que o aluno é entre nesse cunho religioso mas de uma forma é, não de uma só denominação mas pra que a questão religiosa é seja fomentada na sociedade.**

5. Como e porque ocorreu essa mudança na forma de ensino no que diz respeito a esses encontros e o próprio Ensino Religioso?

**R: como são várias turma e é uma aula por semana praticamente as turma tem, e a chance melhor da gente de improvisar um tempo maior, é um encontro no auditório sempre foi no auditório, ou no ambiente na quadra, que possa ser direcionada pra esses temas, e são reunidos todos os alunos, manhã, tarde e à noite, com seu turno e quer mais? E praticamente uma duas horas e meia, no máximo no máximo.**

6. Os conteúdos administrados abrangem apenas uma determinada religião?

**R: não, nós somos é de uma a Escola São Francisco Xavier que é de cunho católico, é de uma origem católica, mas como o estado é laico ne? Que priva pra todas as religiões sentirem animadas e é o ensino é qualquer católico, é evangélico, que da umbanda, é qualquer espírita, tem todo tem várias denominações aqui na escola, apesar de ser uma escola de cunho católico**

7. Os conteúdos ministrados em sala no ensino fundamental e médio se diferem dos conteúdos realizados nos encontros?

**R: ano passado, anos passados, esse ano que eu acho que tá é diferente. O fundamental tem seu conteúdo próprio sobre o que é Deus sobre o sentido da vida é tá tá tá... próprio**

de um conteúdo de formação, e o médio é tem um encontro de formação com todas as turmas, é feito assim com temas próprios, são temas próprios como os alunos são passando da adolescência pra juventude primeiro, segundo e terceiro ano é já tem uma caminhada de maturidade de conhecimento sobre o que é religião

8. A casos de alunos que optam por não realizarem praticas religiosas em sala? Se houver, nesses casos qual a procedência que se toma?

**R: não, não, nunca houve aqui. Houve momentos de dissentimentos, mas poucos casos foram inflamados por essa questão de não quero, não quero.**

9. A sua opinião em relação à religião é levada em consideração na elaboração do PPP?

**R: porque nós temos, eu faço parte também da coordenação da escola, pela participação do ensino religioso eu sou integrante da coordenação da escola mas eu fico com a mais a parte religiosa, formação na religiosa e participo das reuniões da escola, das atividades, e tem momento de elaboração dessas temáticas que são próprias a partir do anseio da coordenação, dos professores, e bora fazer um encontro é x de para fortalecer esse espírito, de por exemplo agora eu tô preparando sobre sensualidade vamos falar alguma coisa de sensualidade mas também falar da sensualidade cristã, o ser cristão também tem sua sensualidade de conhecimento tudo vai ser nessa temática.**

## **ANEXO E - Roteiro de Entrevista com o Professor de Ensino Religioso de Matriz Evangélica**

1. Qual sua denominação religiosa?

**R: eu sou evangélica**

2. O seu vínculo com a escola é de forma indicativa, contratual ou através de concurso?

**R: eu sou concursada do Estado**

3. Dentro da instituição de ensino você foi vítima de preconceito ou estigma em decorrência de sua denominação religiosa não condizer com a da escola?

**R: não**

4. já se viu forçada a aderir uma pratica religiosa que não condiz com a sua?

**R: não**

5. A sua opinião em relação à religião é levada em consideração na elaboração do PPP?

**R: sim, nós temos uma liberdade de trabalhar sem catequese digamos assim, é uma escola pública apesar de ela ser conveniada com a diocese e ser denominada de escola católica, mas tem dinheiro do Estado lá, inclusive eu sou funcionária do Estado não da diocese. Então o PPP tem que abranger todas as classes, todas as religiões**

6. A escola já tentou restringir sua visão religiosa ao expor as aulas?

**R: não**

7. As aulas de Ensino religioso são de caráter facultativo ou avaliativo?

**R: elas são avaliativas, inclusive consta na grade curricular da escola, entra no boletim dos alunos**

8. Como são realizados esses encontros mensais de cunho Religioso?

**R: elas são baseadas em... a gente tenta juntar ne? Qual a função da religião na sociedade, já que a religião está em toda sociedade a gente tenta da, ensinar valores éticos, morais dentro da religião e da cidadania**

9. Como e porque ocorreu essa mudança na forma de ensino no que diz respeito a esses encontros e o próprio Ensino Religioso?

**R: olha, na verdade a disciplina não é obrigatória, obrigatória entre aspas ne? No ensino médio, mas lá como o São Francisco é uma escola diferenciada o diretor conseguiu colocar no ensino médio. Então, é inclusive o ensino médio é só encontro de aula de ensino religioso, no fundamental que é mais trabalhada a parte da cidadania. No ensino médio são 5 horas por mês, no fundamental são 10 por que trabalha cidadania juntamente com a ensino religioso, e aulas são abrangentes são tratadas todo os tipos de religião, os alunos são envolvidos nessas praticas ficam a vontade pra fazer as atividades que eles querem,**

por exemplo os alunos de umbanda eles querem fazer uma demonstração dentro da religião deles, das práticas deles eles podem eles tem liberdade pra isso. A gente tenta envolver eles o máximo, a gente não tá tipo impondo tem que ser católico, tem que ser evangélico, tem que espírita, não os alunos são envolvidos pra trabalhar dentro das religiões de cada um, e inclusive tem aqueles que não tem religião eles ficam à vontade pra assistir ou não

10. Os conteúdos administrados abrangem apenas uma determinada religião?

**R:** não, não porque nós não temos formação pra ir pra sala de aula fazer proselitismos ne? A gente passa por uma universidade que nos ensina a trabalhar a religião de forma científica é ciência da religião, então a gente não tá lá pra fazer proselitismo de jeito nenhum.

11. Os conteúdos ministrados em sala no ensino fundamental e médio se diferem dos conteúdos realizados nos encontros?

**R:** no caso os encontros eles são pros terceiros ano que não tem aula em sala, entendeu? As turmas que tem encontro elas não têm aula em sala. A religião na sociedade dentro do, a gente tenta ver assim por exemplo, vai trabalhar no Enem o aspecto político da religião como a religião é utiliza espaço público, como a religião interfere na economia, busca assim é temas assuntos que vão de alguma forma ajudar eles no Enem. Inclusive é trabalhado muito redação, eles participam de encontros e depois fazem redação do que aconteceu nos encontros, essas redações são avaliativas e que gera a nota deles. Na verdade, é assim quem participa do encontro não é obrigado fazer a redação, entendeu? Ele já tem a nota pela frequência pela presença. No ensino fundamental deles é prova porque existe uma base curricular nacional com os assuntos que a gente tem de seguir pra alcançar esses alunos então a gente chegue a BNCC

12. A casos de alunos que optam por não realizarem praticas religiosas em sala? Se houver, nesses casos qual a procedência que se toma?

**R:** ele fica à vontade para não fazer, tem evangélico que não reza ave maria, entendeu? Então a gente tenta não fazer orações específicas, por exemplo o pai nosso é abrangente todas as religiões aceitam, então é feita a oração do pai nosso no primeiro horário devocional, mas se o aluno é ateu e não quer fazê-lo fica à vontade.

13. São comemoradas as datas festivas cristãs dentro da escola?

**R:** sim comemora, a escola é convidada a participar, mas participar quem quer. Semana santa tem o retiro para funcionárias, coordenadores, a direção tem o encontro no Laranjal, os alunos são tem na escola na rádio alguma reflexão assim. Tem as festas

**comemorativas sim, mas são assim em horários de aulas, entendeu? Por exemplo durante a festa de conceição ela vai visitar a escola aquela pratica católica, mas não em horário letivo, entendeu? Pode ser no sábado, no feriado aí é convidado todo mundo, mas vai quem quer.**

## ANEXO F – Contrato de Comodato Nº 205/2014 – SEDUC



Comodato nº 205/2014-SEDUC  
EEEFM São Francisco Xavier  
Processo nº 774063/2014

Governo do Estado do Pará  
Secretaria de Estado de Educação  
Secretaria Adjunta de Gestão

**CONTRATO DE COMODATO Nº 205/2014-SEDUC.**  
QUE ENTRE SI FAZEM A **SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO**  
E A ENTIDADE **ASSOCIAÇÃO OBRAS SOCIAIS DA DIOCESE DE**  
**ABAETETUBA / ESCOLA SÃO FRANCISCO XAVIER.**

Pelo presente instrumento, o **ESTADO DO PARÁ**, pessoa jurídica de direito público interno, através de sua **SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO**, também chamada **SEDUC**, com CNPJ. n.º 05.054.937/0001-63, com sede na Rodovia Augusto Montenegro, Km 10, nesta cidade, neste ato representada por seu Titular Sr. **JOSÉ SEIXAS LOURENÇO**, brasileiro, casado, doutor (PHD), portador da Carteira de Identidade nº 488.640-SSP/PA e CPF. N.º 026.190.912-68, residente e domiciliado na Tv. Rui Barbosa, nº 1797, Apto. 1702, bairro Nazaré, nesta cidade, **Secretário de Estado de Educação**, nomeado através do Decreto Governamental publicado no Diário Oficial do Estado nº 32.571 em 28 de janeiro de 2014 e/ou **LICURGO PEIXOTO DE BRITO**, brasileiro, casado, doutor em geofísica, portador da Carteira de Identidade nº 2414484-SSP/PA e CPF. N.º 081.431.612-34, residente e domiciliado na Rua Diogo Móia, nº 254 – Bairro: Umarizal, nesta cidade, **Secretário Adjunto de Ensino**, nomeado através do Decreto Governamental publicado no Diário Oficial do Estado nº 32380 em 19 de abril de 2013, doravante denominada **COMODATÁRIO** e a **ASSOCIAÇÃO OBRAS SOCIAIS DA DIOCESE DE ABAETETUBA / ESCOLA SÃO FRANCISCO XAVIER**, com CNPJ/MF. N.º 02.727.757/0001-07, situada na Rua Padre Luiz Varela, nº 1.636, bairro: Centro, CEP.: 68.440-000, telefone: (91) 3751-1088, e-mail: [pjmchaves@yahoo.com.br](mailto:pjmchaves@yahoo.com.br), localizado no município de Abaetetuba, neste ato representada pelo **D. JOSÉ MARIA CHAVES DOS REIS**, portador da Carteira de Identidade N.º 1943088 e CPF/MF. N.º 132.457.242-68, doravante denominada **COMODANTE**.

As partes contratantes celebram o presente COMODATO com fundamento na Lei nº 8.666/1993, e alterações das Leis nº 8.893/1994 e nº 9.648/1998, e no Código Civil Brasileiro, e demais legislações pertinentes à espécie, tudo mediante as Cláusulas e condições seguintes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO**

1.1. A COMODANTE é a senhora e proprietária do imóvel localizado à AVENIDA 15 DE AGOSTO, Nº 339, BAIRRO: CENTRO, CEP: 68.440-000, ABAETETUBA, com área total de **5.944,67 m²** (Cinco Mil, Novecentos e Quarenta e Quatro Metros Quadrados e e Sessenta e Sete Centímetros), objeto da matrícula de nº 2.634, livro nº 02, folhas 2.634, do cartório do 1º Ofício de Registros de Imóveis da Comarca de Abaetetuba/PA.

1.2. A COMODANTE, através do presente Termo, empresta gratuitamente, sob a forma de Comodato, à COMODATÁRIA o imóvel individualizado na subcláusula "1.1.", o qual possui as seguintes dependências e mobiliários conforme descrito abaixo:

a) Relação das dependências do imóvel:

ESPAÇOS	QUANTIDADE	METRAGEM (m²)
Salas de Aulas	6	46,70
Sala de Aula	1	42,12
Salas de Aulas	3	47,30
Salas de Aulas	2	61,90
Salas de Aulas	2	63,67
Salas de Aulas	2	45,10
Sala de Aula	2	44,94
Salas de Aulas	2	45,78
Salas de Aulas	2	67,70
Salas de Aulas	2	52,16
Sala de Recurso Multifuncional	1	43,75
Laboratório de Informática	1	45,78
Sala de Leitura	1	49,98
Biblioteca	1	169,78

Comodato nº 205/2014-SEDUC  
 EEEFM São Francisco Xavier  
 Processo nº 774063/2014

ESPAÇOS	QUANTIDADE	METRAGEM (m²)
Quadra Esportiva Coberta	2	698,83
Sala de Professores	1	70,10
Banheiros com 5 Boxes	4	75,26
Diretoria	1	19,68
Sala para Vice-Diretor	1	7,70
Coordenação Pedagógica	1	20,00
Auditório	1	240,00
Secretaria	1	33,18
Laboratório Multidisciplinar	1	70,10
Cozinha	1	30,00
Área de Lazer	1	240,00

b) Relação de equipamentos e mobiliário:

EQUIPAMENTOS E MOBILIÁRIOS	QUANTIDADE
Computador Completo	24
Fontes de Alimentação/Estabilizador	11
Impressora Multifuncional	4
No Break	1
Roteador	3
Ar Condicionado/Central de Ar	38
Lixeira com Tampa	15
Lixeira sem Tampa	21
Armário	5
Arquivo	2
Cadeira Comum Estofada	1
Cadeira Giratória	1
Mesa	4
Mesa para Computador	5
Frigobar/Geladeira	1
Aparelho de Fax	1
Sofá	19
Mesa de Centro	1
Hack	3
Armário para Professor	17
Datashow	5
Microscópio	3
Cadeiras de Plástico	100

1.3. O imóvel objeto do presente Comodato será utilizado como sede da ESCOLA ESTADUAL DE ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO SÃO FRANCISCO XAVIER, autorizada a funcionar pelo CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO, através da Resolução nº 005/2011-CEE.

**CLÁUSULA SEGUNDA: DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DA COMODATÁRIA**

2.1. Utilizar as dependências do imóvel em Comodato;

2.2. Caso julgue necessário, realizar, considerando sua disponibilidade orçamentária e financeira, e desde que autorizado por escrito pela COMODANTE, reformas e construções necessárias para o perfeito funcionamento da ESCOLA ESTADUAL DE ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO SÃO FRANCISCO XAVIER;

2.2.1. Qualquer intervenção na estrutura física do imóvel dado em Comodato é de exclusiva competência da COMODATÁRIA, devendo as mesmas serem previamente solicitadas e autorizadas pelo COMODANTE.

2.3. Realizar, por ocasião da vigência deste Instrumento, a manutenção do imóvel objeto do presente COMODATO;

*Milton*

*Comodato n° 205/2014-SEDUC  
EEEFM São Francisco Xavier  
Processo n° 774063/2014*

- 2.4. Efetuar, por ocasião da vigência deste Instrumento, o pagamento integral de impostos, taxas e faturas de consumo de água, energia elétrica, telefone e qualquer outro que julgar necessário para o funcionamento da **ESCOLA ESTADUAL DE ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO SÃO FRANCISCO XAVIER**.
- 2.5. Permitir, a qualquer tempo, acesso às dependências do imóvel objeto do presente COMODATO dos representantes da COMODANTE para verificação das condições físicas do mesmo.

**CLÁUSULA TERCEIRA: DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DA COMODANTE**

- 3.1. Autorizar, no prazo máximo e improrrogável de 30 (trinta) dias, as reformas, manutenções e construções propostas pela COMODATÁRIA, quando necessárias para o funcionamento da **ESCOLA ESTADUAL DE ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO SÃO FRANCISCO XAVIER**;
- 3.2. Ter acesso a qualquer tempo às dependências do imóvel dado em COMODATO pelo presente instrumento, para verificação das condições físicas do mesmo;
- 3.3. Observar o prazo de duração do COMODATO, inclusive nos casos de redefinição;
- 3.4. Incorporar ao seu patrimônio, após transcorrido o prazo do presente COMODATO, quaisquer benfeitorias realizadas pela COMODATÁRIA no imóvel, não havendo nenhuma responsabilização de ônus de ressarcimento de tais benfeitorias;
- 3.5. Incorporar ao seu patrimônio, após transcorrido o prazo do presente COMODATO, bens móveis disponibilizados para o funcionamento da **ESCOLA ESTADUAL DE ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO SÃO FRANCISCO XAVIER** que tenham sido adquiridos pela COMODATÁRIA, com exceção daqueles obtidos por meio de recursos de programas de transferências federais.

**CLÁUSULA QUARTA: DO PRAZO DE DURAÇÃO DO COMODATO**

- 4.1. O prazo inicial de duração do presente COMODATO será de **48 (quarenta e oito) meses**;
- 4.1.1. Ajustam as partes o compromisso de se reunirem no período de até 18 meses que antecede o prazo de duração do COMODATO, por fim de decidir a renovação ou encerramento definitivo do presente contrato ajustado;
- 4.1.2. Ajustam as partes o compromisso de se reunirem semestralmente, nos meses de junho e dezembro de cada ano por fim de avaliação, sugestões e ajustes da gestão administrativa e operacional do presente contrato.

**CLÁUSULA QUINTA: DA RESILIÇÃO E RESCISÃO**

- 5.1. A qualquer momento, voluntariamente, poderá a parte interessada, desde que formalize a parte contrária, com antecedência mínima de 180 dias requerer a resilição ou rescisão do presente COMODATO;
- 5.2. O requerimento de resilição ou rescisão contratual, em hipótese nenhuma, poderá prejudicar o ano letivo em curso, onde, caso o requerimento seja formalizado no decorrer do segundo semestre do ano letivo, o término da resilição ou rescisão contratual deverá ocorrer no final do ano letivo seguinte;
- 5.3. Manifestada a intenção da resilição ou rescisão, e após encerramento o ano letivo em curso, a COMODATÁRIA poderá permanecer no imóvel, sem ônus, por um prazo adicional de 30 (trinta) dias, a fim de que possa efetivar os procedimentos necessários a desocupação do mesmo;
- 5.4. Constitui motivo para rescisão do presente COMODATO o inadimplemento de quaisquer das suas Cláusulas;

**CLÁUSULA SEXTA: DAS PENALIDADES**

É facultado às partes, garantindo-se à parte contrária o direito de ampla defesa, aplicar quaisquer das seguintes penalidades:

- Advertência expressa;
- Rescisão do COMODATO.

**CLÁUSULA SÉTIMA: DA PUBLICAÇÃO**

O presente Comodato será publicado no Diário Oficial do Estado e demais órgãos, no prazo legal a contar da data da assinatura.

Comodato n° 205/2014-SEDUC  
 EEEFM São Francisco Xavier  
 Processo n° 774063/2014

**CLÁUSULA OITAVA: DO FORO**


Fica eleito o Foro de Belém, Capital do Estado do Pará, para dirimir quaisquer dúvidas ou questões resultantes da interpretação e execução deste Comodato.

E por estarem assim, justas e contratadas, firmam as partes o presente Comodato em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas abaixo assinadas, para que produza os efeitos legais.

Belém (Pa), 30 de Dezembro de 2014.

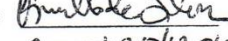
  
 Secretaria de Estado de Educação

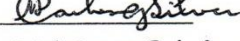
COMODATÁRIA

  
 Responsável pela Entidade  
 Associação Obras Sociais da Diocese de Abaetetuba  
 Escola São Francisco Xavier

COMODANTE

**TESTEMUNHAS:**

Nome   
 CPF n° 300.543542.34

Nome   
 CPF n° 329736912-49

## ANEXO G – Acordo de Cooperação Técnica Nº 308/2014



Acordo nº 308/2014-SEDUC  
EEEFM São Francisco Xavier  
Processo nº 774063/2014

Governo do Estado do Pará  
Secretaria de Estado de Educação  
Secretaria Adjunta de Gestão

### ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº 308/2014

QUE ENTRE SI CELEBRAM, DE UM LADO, A ENTIDADE ASSOCIAÇÃO OBRAS SOCIAIS DA DIOCESE DE ABAETETUBA / ESCOLA SÃO FRANCISCO XAVIER E, DE OUTRO LADO, O GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO – SEDUC.

Pelo presente instrumento, a Entidade ASSOCIAÇÃO OBRAS SOCIAIS DA DIOCESE DE ABAETETUBA / ESCOLA SÃO FRANCISCO XAVIER, neste ato representada pelo D. JOSÉ MARIA CHAVES DOS REIS, portador da Carteira de Identidade Nº 1943088 e CPF Nº 132.457.242-68, doravante denominada de ENTIDADE MANTENEDORA, e o GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ, por sua SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO, também chamada SEDUC, inscrita no CNPJ. n.º 05.054.937/0001-63, com sede na Rodovia Augusto Montenegro, Km 10, nesta cidade, neste ato representada por seu Titular Sr. JOSÉ SEIXAS LOURENÇO, geofísico, brasileiro, casado, doutor (PHD), portador da Carteira de Identidade nº 488.640-SSP/PA e CPF. Nº 026.190.912-68, residente e domiciliado na Tv. Rui Barbosa, nº 1797, Ed. Paola, Ap. 1702, bairro Nazaré, nesta cidade, Secretário de Estado de Educação, nomeado através do Decreto Governamental publicado no Diário Oficial do Estado nº 32.571 em 28 de janeiro de 2014 e/ou LICURGO PEIXOTO DE BRITO, brasileiro, casado, doutor em geofísica, portador da Carteira de Identidade nº 2414484-SSP/PA e CPF. Nº 081.431.612-34, residente e domiciliado na Rua Diogo Mória, nº 254 – Bairro: Umarizal, nesta cidade, Secretário Adjunto de Ensino, nomeado através do Decreto Governamental publicado no Diário Oficial do Estado nº 32380 em 19 de abril de 2013, resolvem celebrar entre si o presente Acordo de Cooperação Técnica, com fundamento na Lei Nº 8.666/1993 (e alterações introduzidas pelas Leis Nº 8.883/1994 e Nº 9.648/1998) e nas demais disposições legais pertinentes, de acordo com as cláusulas a seguir expostas:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

O objeto do presente Acordo de Cooperação Técnica é a Coordenação Administrativa e Pedagógica da ESCOLA ESTADUAL DE ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO SÃO FRANCISCO XAVIER, criada pela Portaria nº 03/2014-SAEN/SEDUC, publicado no DOE nº 32.569 em 24/01/2014, localizada no Município de Abaetetuba, Pará, à Rodovia Dr. João Miranda, km 02, S/N, Bairro: Cristo Redentor, CEP 68.440-000.

**Parágrafo Único:** Para a consecução do objeto deste instrumento, a Entidade ASSOCIAÇÃO OBRAS SOCIAIS DA DIOCESE DE ABAETETUBA, na condição de proprietária do imóvel, dará em COMODATO à SEDUC o imóvel onde funciona a Escola Estadual identificada no *caput* desta Cláusula, conforme termo próprio para este fim, o qual passará a fazer parte deste Acordo de Cooperação Técnica para todos os fins e efeitos de direito.

#### CLÁUSULA SEGUNDA: DA RESPONSABILIDADE ADMINISTRATIVA E PEDAGÓGICA

- 2.1. Considerando que historicamente a ESCOLA EM REGIME DE CONVÊNIO SÃO FRANCISCO XAVIER sempre foi administrada pela entidade ASSOCIAÇÃO OBRAS SOCIAIS DA DIOCESE DE ABAETETUBA em regime de convênio;
- 2.2. Considerando que a ESCOLA EM REGIME DE CONVÊNIO SÃO FRANCISCO XAVIER, sob a responsabilidade Administrativa e Pedagógica da entidade ASSOCIAÇÃO OBRAS SOCIAIS DA DIOCESE DE ABAETETUBA, tem histórico de rendimento dos seus alunos acima da média estadual;
- 2.3. Considerando a história, tradição e rendimento da ESCOLA EM REGIME DE CONVÊNIO SÃO FRANCISCO XAVIER os quais integram os direitos difusos da população do município e, assim, deve ser respeitados e preservados pela SEDUC;
- 2.4. Considerando a necessidade de adequação da ESCOLA EM REGIME DE CONVÊNIO SÃO FRANCISCO XAVIER às regras estabelecidas pela Lei nº 11.494, de 20 de Junho de 2007, que regulamentou o FUNDEB – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação e pela Lei nº 12.695, de 25 de Julho de 2012 e demais legislações pertinentes a matéria;
- 2.6. A SEDUC fará funcionar, no Prédio dado em Comodato, ESCOLA ESTADUAL DE ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO SÃO FRANCISCO XAVIER a qual ficará sob responsabilidade

*[Assinatura]*

*Acordo nº 308/2014-SEDUC  
EEEFM São Francisco Xavier  
Processo nº 774063/2014*

Administrativa e Pedagógica da ASSOCIAÇÃO OBRAS SOCIAIS DA DIOCESE DE ABAETETUBA, conforme estabelecido a seguir.

**Parágrafo Único:** Em virtude do presente Acordo de Cooperação Técnica, a ESCOLA ESTADUAL DE ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO SÃO FRANCISCO XAVIER possuirá REGIMENTO DIFERENCIADO, o qual deverá ser previamente aprovado pela SEDUC sem procedimento próprio.

**CLÁUSULA TERCEIRA: DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES**

**I – DA ASSOCIAÇÃO OBRAS SOCIAIS DA DIOCESE DE ABAETETUBA**

- a) Desenvolver na íntegra a execução do objeto deste ACORDO, mantendo a SEDUC informado de qualquer eventualidade que interrompa ou dificulte a execução das ações;
- b) Orientar e participar do processo de escolha de diretor e vice-diretores da ESCOLA ESTADUAL DE ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO SÃO FRANCISCO XAVIER, devendo tal processo observar as disposições legais pertinentes, em particular a LDBN 9394/96, Art. 64, Lei 7.855/2014, Resolução 001/2010 Conselho Estadual de Educação do Pará – CEE/PA, além de orientações da SEDUC-PA e do Regimento Interno da Escola.
- c) Indicar, para nomeação pela SEDUC, o(a) Secretário(a) da ESCOLA ESTADUAL DE ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO SÃO FRANCISCO XAVIER, devendo tal indicação observar a legislação pertinente, em particular as disposições da Resolução 001/2010 Conselho Estadual de Educação do Pará – CEE/PA.
- d) Respeitadas as normas regimentais aprovadas pelo Conselho Estadual de Educação, observar as diretrizes pedagógicas da SEDUC;
- e) Prestar conta ao Órgão responsável pela merenda escolar, do recebimento dos gêneros alimentícios e execução dos alimentos confeccionando mapas e outros materiais gráficos relativos ao controle do atendimento e o que for orientado pelo Órgão responsável;
- f) Constituir UNIDADE EXECUTORA legítimo, representativo e equitativo, dentro do prazo de 60 (sessenta) dias a contar da data de assinatura do presente Acordo de Cooperação Técnica, sob pena de não poder receber os recursos provenientes do Fundo Rotativo e do FNDE;
- g) Realizar a prestação de Contas Final até 30 (trinta) dias após o encerramento de cada exercício financeiro ou quando exigido por outros instrumentos que importem no repasse de verbas diretamente à ESCOLA ESTADUAL DE ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO SÃO FRANCISCO XAVIER;
- h) Manter e conservar os materiais permanentes disponibilizados à ESCOLA ESTADUAL DE ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO SÃO FRANCISCO XAVIER de que trata a alínea “d”, item II, desta cláusula.

**II – DA SEDUC**

- a) Colocar a disposição da ESCOLA ESTADUAL DE ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO SÃO FRANCISCO XAVIER, os servidores pertencentes ao quadro da SEDUC, de acordo com o número de dependências, áreas cobertas e/ou livres, número de alunos e turnos, dentre os servidores da referida Secretaria;
- b) Nomear e manter a indicação do(a) Diretor(a), Vice Diretor(a) e Secretário(a) da ESCOLA ESTADUAL DE ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO SÃO FRANCISCO XAVIER apresentada ASSOCIAÇÃO OBRAS SOCIAIS DA DIOCESE DE ABAETETUBA (conforme já previsto na alínea “b”, Inciso anterior desta mesma Cláusula do presente Termo);
- c) Fazer a lotação dos servidores mencionados no item anterior, através da Coordenadoria de Recursos Humanos (CRH) da referida Secretaria, realizando o pagamento dos mesmos pela Gerência de Folha de Pagamento (GCFOP);
- d) Fornecer a ESCOLA ESTADUAL DE ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO SÃO FRANCISCO XAVIER materiais de avaliação: Histórico Escolar, Ficha Individual, Ficha de Matrícula, Certificado de Conclusão de Curso, Boletim Escolar, Diploma e Diário de Classe;
- e) Fornecer, considerando sua disponibilidade orçamentária e financeira, materiais permanentes necessários à realização das atividades da Escola, bem como apoiar nos projetos socioeducativos;

*Acordo nº 308/2014-SEDUC  
EEEFM São Francisco Xavier  
Processo nº 774063/2014*

f) Fiscalizar *in loco*, durante a vigência do presente Acordo, a **ESCOLA ESTADUAL DE ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO SÃO FRANCISCO XAVIER**, com a finalidade de confirmar os dados constantes deste instrumento; bem como acompanhar e supervisionar a perfeita execução do objeto do presente instrumento, através da **SECRETARIA ADJUNTA DE ENSINO/SAEN/SEDUC**, a quem compete acompanhar e denunciar quaisquer irregularidades constatadas, bem como emitir o laudo conclusivo sobre o objeto deste Acordo, ficando designado para tal pleito **HORÁCIO FERREIRA CARDOSO**, matrícula nº 5286824, lotado na 3ª URE - ABAETETUBA.

g) Assegurar junto ao Conselho Estadual de Educação a autorização dos cursos já iniciados pela **ESCOLA EM REGIME DE CONVÊNIO DE ENSINO MÉDIO SÃO FRANCISCO XAVIER** até o ano de 2014 e os que iniciarão a partir de 2015, pela **ESCOLA ESTADUAL DE ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO SÃO FRANCISCO XAVIER**;

h) Efetuar, por ocasião da vigência deste instrumento, o pagamento integral das taxas de consumo de **água, energia elétrica, telefone**, podendo ser pago com acréscimo de **10% (dez por cento)**, caso se faça necessário, em nome da **ESCOLA ESTADUAL DE ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO SÃO FRANCISCO XAVIER**;

i) Fornecer à **ESCOLA ESTADUAL DE ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO SÃO FRANCISCO XAVIER** os gêneros alimentícios destinados exclusivamente à merenda escolar diária, devendo esta prestar conta do recebimento e execução dos gêneros, confeccionando mapas relativos ao controle do atendimento, salvo, se no município, a merenda for municipalizada;

j) Observar o que dispõe o **Contrato Nº 205/2014**, que trata do Comodato do imóvel sede da **ESCOLA ESTADUAL DE ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO SÃO FRANCISCO XAVIER**, em especial quanto à manutenção e eventuais reformas no prédio.

**CLÁUSULA QUARTA: DO PATRIMÔNIO**

Os bens móveis que guarnecem a **ESCOLA ESTADUAL DE ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO SÃO FRANCISCO XAVIER**, assim como quaisquer outros que vierem a compor seu acervo imobiliário, adquiridos com recursos públicos, serão incorporados ao patrimônio da **SEDUC**.

**CLÁUSULA QUINTA: DA VIGÊNCIA**

Este Acordo de Cooperação Técnica terá um prazo de vigência de **48 (quarenta e oito) meses** a contar da data de sua publicação, podendo ser prorrogado mediante acordo dos partícipes, por meio de Termos Aditivos.

- 5.1. Ficam as partes compromissadas de se reunirem no período de até **18 meses** que antecede o prazo de duração do Termo de Cooperação Técnica, por fim de decidir a renovação ou encerramento definitivo do presente contrato ajustado;
- 5.2. Ficam as partes compromissadas em se reunirem semestralmente, nos meses de junho e dezembro de cada ano por fim de avaliação, sugestão e ajustes da gestão administrativa e operacional do presente contrato.

**CLÁUSULA SEXTA: DA DENÚNCIA, DA RESCISÃO E ADITAMENTO**

- 6.1. A qualquer momento, voluntariamente, poderá a parte interessada, desde que formalize a parte contrária, com antecedência mínima de 180 dias requerer a rescisão do presente Termo;
- 6.1. O requerimento de rescisão contratual, em hipótese nenhuma, poderá prejudicar o ano letivo em curso, onde, caso o requerimento seja formalizado no decorrer do segundo semestre do ano letivo, o término da rescisão contratual deverá ocorrer somente no final do ano letivo seguinte;
- 6.3. Manifestada a intenção da rescisão e, após encerrado o ano letivo em curso, a **SEDUC** poderá permanecer no imóvel, sem ônus, por um prazo adicional de 30 (trinta) dias, a fim de que possa efetivar os procedimentos necessários a desocupação do mesmo;
- 6.4. Constitui motivo para rescisão do presente Termo de Cooperação Técnica o inadimplemento de quaisquer das suas Cláusulas.

**CLÁUSULA SÉTIMA: DAS PENALIDADES**

É facultado ao partícipe que se sentir lesado, mantendo ao outro o direito de ampla defesa, aplicar, sem prejuízo de outras, quaisquer das seguintes penalidades:

- a) Advertência expressa;
- b) Rescisão do Convênio.

Acordo n° 308/2014-SEDUC  
 EEEFM São Francisco Xavier  
 Processo n° 774063/2014

**Parágrafo Único:** A aplicação das penalidades acima indicadas, assim como as listadas na Lei n° 8.666/1993, quando de iniciativa da SEDUC, deverá observar o procedimento da Instrução Normativa N° 004/2013-GB/SEDUC.

**CLÁUSULA OITAVA: DOS DOCUMENTOS INTEGRANTES**

As partes declaram estar cientes da observância dos seguintes documentos, que passam a fazer parte integrante do presente Acordo de Cooperação Técnica, independente de sua transcrição: Contrato n° 168/2014 – Comodato do imóvel onde funciona a ESCOLA ESTADUAL DE ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO SÃO FRANCISCO XAVIER, Regimento Diferenciado da ESCOLA ESTADUAL DE ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO SÃO FRANCISCO XAVIER; Instrução Nominativa n° 004/2013-GB/SEDUC e a Lei n° 8.666/1993 e suas alterações.

**CLÁUSULA NONA: DA NÃO TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS FINANCEIROS**

O presente instrumento não implica na transferência de recurso por quaisquer dos partícipes, seja a que título for.

**Parágrafo Único:** Não representa transferência de recursos as verbas públicas oriundas dos repasses legais às Escolas da Rede Pública como, por exemplo, o Fundo Rotativo e verbas do FNDE, por se tratarem de verbas destinadas a objetivos específicos.

**CLÁUSULA DÉCIMA: DA CONCORDÂNCIA DAS PARTES**

As partes declaram, neste ato, que se acham de acordo e se submetem a todas Cláusulas deste instrumento.

**Parágrafo Único:** Em se tratando de instrumento que não envolve transferência de recursos financeiros, fica dispensada a apresentação das informações discriminadas no art. 116, § 1°, incisos III, IV, V e VII da Lei n° 8.666/1993.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DA PUBLICAÇÃO**

A publicação do extrato do presente instrumento será providenciada pela SEDUC no Diário Oficial do Estado, e demais órgãos, a contar da data de sua assinatura, na forma do artigo 61, parágrafo único, da Lei n° 8.666/1993.

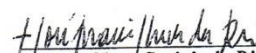
**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DO FORO**

As partes elegem o foro da Comarca de Belém, capital do Estado do Pará, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas deste Instrumento, ficando expressamente vedada a eleição de qualquer outro, por mais privilegiado que seja ou venha a ser.


E por estarem assim, justas e acordadas, firmam as partes o presente Termo em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas abaixo assinadas, para que produza os efeitos legais.

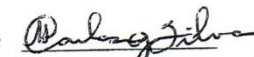
Belém (Pa), 30 de Dezembro de 2014.

  
 Secretária de Estado de Educação

  
 Associação Obras Sociais da Diocese de Abaetetuba  
 Escola São Francisco Xavier

**TESTEMUNHAS:**

Nome   
 CPF n° 300543542-34

Nome   
 CPF n° 329736912-49

## ANEXO H – Autorizações

### Autorizações

#### Termo de consentimento livre e esclarecimento

Eu, *Mayra da Cordeiros Sena*, concordo em participar, como voluntário, da pesquisa intitulada “Estado Laico e Gestão Democrática Escolar no Colégio São Francisco Xavier (2011-2015)” desenvolvida na Faculdade de História do Tocantins pelo pesquisador Elando Pantoja e Pantoja orientado por Josué Berlesi, que podem ser contatados pelo e-mail elando.pantoja45@gmail.com ou telefone 91981478751.

O presente trabalho tem como objetivo analisar como ocorre o respeito à laicidade dentro da escola, através do papel da gestão. E minha participação consistirá em oferecer uma entrevista que será gravada. Compreendo que os dados obtidos serão divulgados seguindo as diretrizes éticas da pesquisa.

Assinatura *Mayra da Cordeiros Sena* data: *27/06/2019*

**Autorizações****Termo de consentimento livre e esclarecimento**

Eu, *Marcel Carlos Guimarães da Silva*, concordo em participar, como voluntário, da pesquisa intitulada "Estado Laico e Gestão Democrática Escolar no Colégio São Francisco Xavier (2011-2015)" desenvolvida na Faculdade de História do Tocantins pelo pesquisador Elando Pantoja e Pantoja orientado por Josué Berlesi, que podem ser contatados pelo e-mail elando.pantoja45@gmail.com ou telefone 91981478751.

O presente trabalho tem como objetivo analisar como ocorre o respeito à laicidade dentro da escola, através do papel da gestão. E minha participação consistirá em oferecer uma entrevista que será gravada. Compreendo que os dados obtidos serão divulgados seguindo as diretrizes éticas da pesquisa.

Assinatura *Marcel Carlos*

data: *27/06/19*

**Autorizações****Termo de consentimento livre e esclarecimento**

Eu, *Neuzilene Peixoto*, concordo em participar, como voluntário, da pesquisa intitulada “Estado Laico e Gestão Democrática Escolar no Colégio São Francisco Xavier (2011-2015)” desenvolvida na Faculdade de História do Tocantins pelo pesquisador Elando Pantoja e Pantoja orientado por Josué Berlesi, que podem ser contatados pelo e-mail elando.pantoja45@gmail.com ou telefone 91981478751.

O presente trabalho tem como objetivo analisar como ocorre o respeito à laicidade dentro da escola, através do papel da gestão. E minha participação consistirá em oferecer uma entrevista que será gravada. Compreendo que os dados obtidos serão divulgados seguindo as diretrizes éticas da pesquisa.

Assinatura *Neuzilene Peixoto*

data: *27/06/2019*

**Autorizações****Termo de consentimento livre e esclarecimento**

Eu, Antonio Braga Junior, concordo em participar, como voluntário, da pesquisa intitulada "Estado Laico e Gestão Democrática Escolar no Colégio São Francisco Xavier (2011-2015)" desenvolvida na Faculdade de História do Tocantins pelo pesquisador Elando Pantoja e Pantoja orientado por Josué Berlesi, que podem ser contatados pelo e-mail elando.pantoja45@gmail.com ou telefone 91981478751.

O presente trabalho tem como objetivo analisar como ocorre o respeito à laicidade dentro da escola, através do papel da gestão. E minha participação consistirá em oferecer uma entrevista que será gravada. Compreendo que os dados obtidos serão divulgados seguindo as diretrizes éticas da pesquisa.

Assinatura

Antonio Braga Junior

data:

06/08

**Autorizações****Termo de consentimento livre e esclarecimento**

Eu, *Berenice Ferreira Vasconcellos*, concordo em participar, como voluntário, da pesquisa intitulada "Estado Laico e Gestão Democrática Escolar no Colégio São Francisco Xavier (2011-2015)" desenvolvida na Faculdade de História do Tocantins pelo pesquisador Elando Pantoja e Pantoja orientado por Josué Berlesi, que podem ser contatados pelo e-mail elando.pantoja45@gmail.com ou telefone 91981478751.

O presente trabalho tem como objetivo analisar como ocorre o respeito à laicidade dentro da escola, através do papel da gestão. E minha participação consistirá em oferecer uma entrevista que será gravada. Compreendo que os dados obtidos serão divulgados seguindo as diretrizes éticas da pesquisa.

Assinatura

*Berenice Ferreira Vasconcellos*

data: 07/08/2019